

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Laura Velasques Gomes

**IMPEACHMENT: UM OLHAR SOBRE OS DISCURSOS DOS EX-  
PRESIDENTES FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA VANA  
ROUSSEFF**

Santa Maria, RS  
2019



**Laura Velasques Gomes**

**IMPEACHMENT: UM OLHAR SOBRE OS DISCURSOS DOS EX-PRESIDENTES  
FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA VANA ROUSSEFF**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Letras**.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Taís da Silva Martins

Santa Maria, RS  
2019

Gomes, Laura

IMPEACHMENT: UM OLHAR SOBRE OS DISCURSOS DOS EX  
PRESIDENTES FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA VANA  
ROUSSEFF / Laura Gomes.- 2019.

123 p.; 30 cm

Orientadora: Taís da Silva Martins

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação  
em Letras, RS, 2019


1. Análise de discurso 2. Discurso político 3.  
Discurso presidencial 4. Impeachment 5. Linguística I. da  
Silva Martins, Taís II. Título.

**Laura Velasques Gomes**

**IMPEACHMENT: UM OLHAR SOBRE OS DISCURSOS DOS EX-PRESIDENTES  
FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA VANA ROUSSEFF**

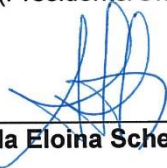
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Letras**.

**Aprovada em 15 de fevereiro de 2019:**



---

**Tais da Silva Martins, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**  
(Presidente/Orientadora)



---

**Amanda Eloina Scherer, Dr.<sup>a</sup> (UFSM)**



---

**Maria Cleci Venturini, Dr.<sup>a</sup> (Unicentro)**

Santa Maria, RS  
2019

## DEDICATÓRIA

À minha avó Irma, mulher negra, doméstica desde criança, teve o primeiro filho aos treze anos e nunca deixou de batalhar. Ela sempre quis ter um(a) neto(a) enfermeiro(a). Bom, não cumpri o seu desejo, mas gostaria que ela estivesse aqui para ver o quão longe eu cheguei.

À minha mãe, Elizabeth, mulher negra, doméstica desde criança, por ser o meu exemplo e por me motivar a sempre ir atrás dos meus sonhos com garra e perseverança.

Ao meu pai, Carlos, por ter saído em dias de sol ou de chuva para que nós pudéssemos ter, ao menos, uma vida confortável. Por ter trabalhado muito para que pudéssemos estudar para aproveitar as oportunidades que ele não teve.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Taís da Silva Martins por ter aceitado embarcar nessa aventura junto comigo, por ter acreditado em mim quando nem eu acreditava e por ter me ajudado quando precisei. Sei que dei um pouco de trabalho no início da escrita, mas, no fim, deu tudo certo.

Agradeço imensamente também à professora Verli Petri, por ter sido tutora do PET Letras e propiciar um lugar de trabalho e pesquisa para acadêmicos. A experiência como petiana foi um divisor de águas em minha formação acadêmica e profissional. Essa dissertação não seria possível se eu não tivesse, há pouco mais de quatro anos, sido selecionada para participar desse grupo e tido a oportunidade de conhecer o mundo da pesquisa científica.

Agradeço à minha amiga Kariny Carrazoni Aimon por, mesmo com mais de 200km de distância, me ouvir, aconselhar, incentivar, motivar. Sou grata por tua amizade, por ter vibrado junto comigo quando passei no vestibular, por ter ficado nervosa quando fui fazer a prova do mestrado, por ficar ansiosa com o resultado, por participar da minha vida e estar comigo em todos os momentos.

Agradeço à Annie Meireles Resch pela nossa parceria desde o início da graduação até hoje, com a preocupação com os prazos, com a escrita, com as disciplinas. Grata por poder compartilhar momentos de alegria e tristeza, e por saber que tenho uma amiga para todas as horas.

Agradeço à Nathália Marques Flores por ter sido um grande presente do mestrado em minha vida, por termos nos aproximado e por dividirmos as conversas, os conselhos, as risadas e, também, a preocupação com a escrita da dissertação.

Agradeço aos meus sobrinhos Vinicius, Francisco, Bernardo e Jonas por serem tão pequenos e me ensinarem tanto todo o dia. Obrigada por serem meu incentivo, mesmo sem saber, e por fazerem a minha vida mais colorida e divertida com o sorriso de vocês.

Agradeço aos meus irmãos Carlos Eduardo, Marcio, Paulo Ricardo, Leandro, Silvia e Denise por me apoiarem sempre nessa jornada, o apoio de vocês foi fundamental para que eu chegasse até aqui e, sem dúvidas, também será para prosseguir. Guardo com amor os momentos que partilhamos todos juntos em casa, espero que Deus seja bom para que possamos nos reunir mais vezes.

Agradeço ao Luiz Edmundo, meu namorado, amigo, companheiro de todas as horas, por ter sido tão parceiro e paciente nos momentos turbulentos desde a graduação até a seleção do mestrado. Grata por poder dividir minhas alegrias e tristezas, minha vida com essa pessoa tão atenciosa e amorosa comigo. Grata por aparecer na minha vida e por ter ficado, por me ensinar tanto sobre o amor e sobre ser um casal.

Agradeço imensamente e de coração aos meus pais por terem constituído essa família grande que eu amo tanto. Agradeço por todas as oportunidades que me foram dadas e que só foram possíveis graças ao esforço de vocês para que eu pudesse estar nesse lugar hoje. Vocês são e sempre serão a minha inspiração como pessoas de garra e fibra das quais me orgulho muito de ser filha. Obrigada por estarem sempre junto comigo em minhas empreitadas, por serem os primeiros a segurar minhas mãos quando estou prestes a cair e por me protegerem. Essa dissertação não seria possível se não fosse o incentivo de vocês.

Por fim, agradeço a Deus por me permitir viver e dividir a vida com tanta gente de bom coração. Agradeço pelas muitas bênçãos em minha vida e por ter saúde para desfrutar de cada uma delas.



## RESUMO

### IMPEACHMENT: UM OLHAR SOBRE OS DISCURSOS DOS EX-PRESIDENTES FERNANDO COLLOR DE MELLO E DILMA VANA ROUSSEFF

AUTORA: Laura Velasques Gomes  
ORIENTADORA: Taís da Silva Martins

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o resultado de nossa pesquisa através do pronunciamento de dois ex-presidentes brasileiros impedidos nos anos de 1992 e 2016, Fernando Collor e Dilma Rousseff, respectivamente. Amparando-nos no aparato teórico da Análise de Discurso de linha francesa, cujo precursor é Michel Pêcheux, e buscamos verificar como se constituem os discursos dos ex-presidentes com o desenvolvimento de um processo de *impeachment*, observando a forma como os posicionamentos de cada presidente deslocam-se a partir de momentos distintos dos processos, compreendendo o processo de impeachment por um viés linguístico, em que os sujeitos envolvidos em tal processo valem-seda língua para defender-se e defender o cargo para o qual foram eleitos. Para resolvermos nossa questão de pesquisa, fizemos um recorte analítico por meio de dois pronunciamentos de cada ex-presidente em dois momentos determinantes dos processos: o início e o fim. Os discursos selecionados foram veiculados em rede nacional de forma oficial (diretamente do Palácio do Planalto para a população) e de forma não-oficial (veiculados pela imprensa, de modo geral).

**Palavras-chave:** Análise de discurso. Discurso político. Discurso presidencial. *Impeachment*. Linguística.

## ABSTRACT

### IMPEACHMENT: A LOOK AT THE SPEECHES OF FORMER PRESIDENTS FERNANDO COLLOR DE MELLO AND DILMA VANA ROUSSEFF

AUTHOR: LAURA VELASQUES GOMES

ADVISOR: TAÍS DA SILVA MARTINS

This article aims to present the result of our research through the speech of two Brazilian Presidents prevented in the years 1992 and 2016, Fernando Collor and Dilma Rousseff, respectively. Supporting us in the theoretical apparatus of the French line speech analysis, whose precursor is Michel Pêcheux; we could notice how are the speeches of former presidents with the development of a process of impeachment, noting the way as the positions of each President moving from different moments of the process, including the process of impeachment by a linguistic bias, in that the subjects involved in such a process, use the language to defend themselves and defend the position for which they were elected. To resolve our research question, we did our analytical clipping through three speeches of each former President in two crucial moments of the processes: The beginning and the end. Selected speeches were aired on national network of official way (directly from the Presidential Palace to the population) and non-official (served by the press in General).

**Keywords:** discourse analysis. Political speech. Presidential speech. *Impeachment*. Linguistics.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – O Presidente Collor saúda público presente em sua posse presidencial no dia 15 de março de 1990.....	45
Figura 2 – Revista Veja repercutindo a vitória de Fernando Collor de Melo, presidente mais jovem da história do Brasil .....	47
Figura 3 – Jovens no movimento "Caras-pintadas" de 1992, que pedia o impeachment do Presidente Collor.....	56
Figura 4 – A presidenta Dilma Rousseff em sua posse presidencial em 1º de janeiro de 2011.....	58
Figura 5 – Repercussão da vitória de Dilma Rousseff no portal de notícias G1 .....	61
Figura 6 – Repercussão no portal de notícias Gazeta do Povo.....	61
Figura 7 – Boneco gigante da presidenta Dilma durante as manifestações do dia 15 de março de 2015.....	74
Figura 8 – Presidente Collor convoca, no dia 13 de agosto de 1992, a população para ir às ruas defender seu governo.....	107
Figura 9 – Pronunciamento da ex-presidenta Dilma Rousseff divulgado pelo Palácio do Planalto em ambiente virtual, no dia 17 de abril de 2016, antes da votação do impeachment no Congresso Nacional .....	111
Figura 13 – Pronunciamento da ex-presidenta Dilma após o afastamento pelo Senado Federal, no dia 31 de agosto de 2016.....	120

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dos critérios para seleção do corpus de pesquisa.....	16
Quadro 2 – Processo de impeachment.....	38
Quadro 3 – Esquema de corrupção na Petrobrás.....	67

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>ENTRE O POLÍTICO E A POLÍTICA</b> .....	19
2.1	SOBRE DISCURSO .....	19
2.2	SOBRE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO .....	20
2.3	SOBRE IDEOLOGIA .....	23
2.4	SOBRE FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS .....	26
2.5	SOBRE SUJEITO .....	31
<b>2.5.1</b>	<b>Interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia</b> .....	32
2.6	SOBRE IMPEACHMENT .....	35
2.7	SOBRE INTERPRETAÇÃO .....	40
<b>3</b>	<b>O PRESIDENTE MAIS JOVEM DA HISTÓRIA</b> .....	45
3.1	A VOLTA DA DEMOCRACIA: O PLEITO DE 1989 .....	45
<b>3.1.1</b>	<b>O presidente mais jovem da história</b> .....	47
3.2	DENÚNCIA! O CASO PC FARIAS .....	48
3.3	O PROCESSO DE IMPEACHMENT .....	51
3.4	DOS CARAS-PINTADAS À RENÚNCIA AO CARGO .....	53
<b>4</b>	<b>A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTA DO BRASIL</b> .....	58
4.1	DE MINISTRA-CHEFE DA CASA CIVIL A CANDIDATA À PRESIDÊNCIA .....	58
<b>4.1.1</b>	<b>Primeira mulher eleita presidenta do Brasil</b> .....	61
4.2	A REELEIÇÃO .....	63
4.3	A OPERAÇÃO ‘LAVA-JATO’ .....	65
4.4	MANIFESTAÇÕES DE 2015: A VOLTA DOS CARAS PINTADAS .....	68
4.5	O PROCESSO DE IMPEACHMENT .....	76
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS EX-PRESIDENTES FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF</b> .....	81
5.1	(RE)INICIANDO A DISCUSSÃO .....	81
5.2	CONHECENDO O ARQUIVO .....	81
5.3	DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS: A IMAGEM DOS PRESIDENTES AFASTADOS .....	83
5.4	O FUNCIONAMENTO DO IMPEACHMENT ATRAVÉS DA LINGUAGEM .....	87
<b>5.4.1</b>	<b>Fernando Collor</b> .....	88
<b>5.4.2</b>	<b>Dilma Rousseff</b> .....	93
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	99
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	103
	<b>ANEXO 1 – DISCURSO DE FERNANDO COLLOR PARA TAXISTAS NO DIA 13/08/1992</b> .....	107
	<b>ANEXO 2 – CARTA DE RENÚNCIA DIVULGADA PELO ADVOGADO DE FERNANDO COLLOR NO DIA 29/12/1992</b> .....	109

## SUMÁRIO

<b>SENADO EM 2007</b> .....	110
<b>ANEXO 4 – PRONUNCIAMENTO DE DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DO <i>YOUTUBE</i> NO DIA 15/04/2016</b> .....	111
<b>ANEXO 5 – DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF EM ATO DO DIA DO TRABALHADOR EM SÃO PAULO NO DIA 01/05/2016</b> .....	114
<b>ANEXO 6 – PRONUNCIAMENTO DE DILMA PARA JORNALISTAS APÓS O AFASTAMENTO DEFINITIVO DO CARGO PELO SENADO FEDERAL NO DIA 31/08/2016</b> .....	120

## 1 INTRODUÇÃO

O discurso político é, entre todos os tipos de discurso, aquele que mais incorpora a si a história e a estrutura dos acontecimentos que o cercam, pois ele tem o objetivo central de ser direcionado a um conjunto de pessoas, a fim de manter a posição de poder que é atribuída a quem o domina. E o que ocorre quando o detentor do domínio é um presidente cuja governabilidade está em jogo devido ao desenvolvimento de um processo de impeachment? E quando esse presidente usa o seu discurso para que possa, por meio dele, defender a legitimidade/idoneidade do sujeito ou do mandato para o qual ele foi eleito? A partir desses questionamentos, este trabalho pretende compreender como as condições de produção podem ser determinantes na formulação do discurso político ou, mais especificamente, de um discurso presidencial. Segundo Scherer,

as condições de produção (quadro institucional, aparelho ideológico, representações que subjazem, conjunturas políticas, relação de força, efeitos estratégicos procurados) não formam um simples contexto de circunstâncias que se alojam de maneira simples no discurso do sujeito, mas que constituem e ao constituí-lo são recuperáveis para uma análise da identidade linguístico discursiva desta comunidade(SCHERER, p. 122).

Quando nos referimos às condições de produção do discurso, entendemos que tal conceito está diretamente relacionado às formulações do discurso pelo sujeito, pois é nessa relação, nessa articulação entre as condições de produção e o sujeito que é possível visualizar uma materialização da língua ou a produção do discurso. Tal reflexão ajuda-nos a compreender que o discurso não é originário do sujeito, uma vez que a formulação do discurso pelo sujeito é sempre atravessada pelo já-dito, pela memória.

Frequentemente conhecidas pelo senso comum e, também, por outras linhas teóricas, como o contexto ou o entrelaçamento de circunstâncias que geram ou acompanham um fato ou acontecimento, as condições de produção são, para a Análise do Discurso, exatamente condições para as formulações do discurso, ou seja, o discurso não é produzido apenas pelo sujeito, estando ele alheio às circunstâncias (e por uma falsa ilusão de autonomia do discurso), mas só é produzido porque é constituído pelas condições de produção.Retomamos as

reflexões teóricas de Michel Pêcheux sobre a relação constitutiva entre discurso e condições de produção:

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está 'isolado', etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado. O que diz, o que anuncia, promete ou denuncia, não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz. Um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para 'dar o troco', o que é uma outra forma de ação política (1997, p. 77).

Ao atentarmos para o processo de impeachment dos ex-presidentes Fernando Collor de Mello e Dilma Vana Rousseff, é possível observarmos que as condições de produção de cada processo são distintas. De um lado temos o então presidente Collor, envolto a escândalos de corrupção divulgadas pelo próprio irmão e acusado de rituais de magia negra; de outro, a presidenta Dilma Rousseff, enfrentando o distanciamento de pessoas do próprio governo, a fama de exigente e tendo sido mencionada como parte integrante em atos de corrupção. Enquanto Collor viu grande parcela da população ir às ruas pedindo a sua saída, Rousseff viu o povo dividir-se em defesa de sua saída e em defesa de sua permanência.

Lembremos também que as denúncias de desvio de dinheiro público envolvendo o nome de Collor eram destaque na mídia meses antes de seu afastamento; o nome de Dilma Rousseff, ao contrário, não estava diretamente ligado a denúncias de corrupção – essa dissonância entre os processos levou os aliados e articuladores políticos da ex-presidenta a designarem<sup>1</sup> o processo de “golpe parlamentar”<sup>2</sup>, designação ganhando ainda mais força quando o processo de impeachment contou com o apoio do então vice-presidente, Michel Temer.

Isso nos leva a questionar como o discurso desses dois sujeitos foram constituídos a partir da situação política em que estavam inseridos, conforme afirma Orlandi:

---

<sup>1</sup>Compreendemos a noção de designação por meio das reflexões de Eduardo Guimarães em *Semântica do acontecimento* (2002, Pontes Editores)

<sup>2</sup>Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/cardozo-diz-que-impeachment-e-golpe-parlamentar-e-que-vai-recorrer.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.



Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (Ibidem, p. 30).

Nosso objetivo, ao propormos essa questão, é compreender como as condições de produção podem (re)significar e alternar o discurso produzido por dois ex-presidentes que passaram por um processo de impeachment. Nesse caso, interessam-nos os processos de impeachment que ocorreram no Brasil em um período de pouco mais de vinte anos de diferença, e pelos quais passaram o ex-presidente Fernando Collor de Mello e a ex-presidenta Dilma Vana Rousseff, processos ocorridos em 1992 e 2016, respectivamente. Não pretendemos legitimar tais processos ou questionar a sua validade, uma vez que, do ponto de vista jurídico, não cabe a nós fazê-lo. O processo de impeachment dos dois ex-presidentes tiveram motivações diferentes e, ainda hoje, são alvos de questionamentos.

Recordemos que o impeachment do ex-presidente Fernando Collor teve início a partir das denúncias feitas pelo seu irmão Pedro Collor, em maio de 1992, nas quais acusava o presidente de manter negócios ilegais com o empresário Paulo César Farias (popularmente conhecido como PC Farias). Nessas negociações, PC Farias seria “testa-de-ferro” o ex-presidente, agindo em nome de Collor. A partir dessas denúncias, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a relação entre Collor e PC Farias, a qual resultou na comprovação da participação de Collor em negócios ilegais, oferecendo condições para a abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados. Em 29 de dezembro de 1992, em sessão do Senado para votar o julgamento do impeachment, o presidente Collor, por meio de seu advogado, apresentou uma carta de renúncia ao cargo de Presidente da República. Tal atitude não impediu que os senadores votassem pela inelegibilidade do político por oito anos, período em que ficou fora de eleições.

Já o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff teve, como dissemos anteriormente, motivação diferente daquela pela qual foi afastado o presidente Collor. Em março de 2014, com o início das investigações da operação Lava Jato<sup>3</sup>, teve início uma série de denúncias envolvendo políticos de diversos partidos, incluindo o partido da então presidenta, o Partido dos Trabalhadores (PT).

---

<sup>3</sup> Investigação realizada pela Polícia Federal e Ministério Público deflagrada em 2014. No item 4.3 deste trabalho discorreremos detalhadamente sobre a operação.

Segundo delatores, Dilma sabia de todos os esquemas de corrupção envolvendo a Petrobrás, empreiteiras e doleiros<sup>4</sup> (tais como superfaturamento de obras para desvios de dinheiro público em troca de propina), mas nunca teria se pronunciado quanto a tais crimes. A população (classe média e alta, diga-se), que já não estava contente com o baixo crescimento econômico, foi às ruas para pedir o afastamento de Dilma Rousseff. Esse também foi o ponto de partida para que a oposição utilizasse tais denúncias para pressionar a renúncia da presidenta, o que (diferentemente do caso Collor) não ocorreu. Outro fator determinante para o afastamento da presidenta foi a conversão do PMDB, partido da base aliada e do então vice-presidente Michel Temer, que se aliou aos partidos oposicionistas. A inquietação causada pelas motivações distintas que culminaram nesses dois processos foi o que nos levou a propor esse trabalho de pesquisa, cujo objeto de trabalho são os discursos produzidos pelos ex-presidentes no decorrer dos processos de impeachment.

Para constituirmos nosso corpus de pesquisa para esse trabalho, realizamos o seguinte percurso: primeiramente fomos em busca de livros, revistas ou jornais disponíveis em bibliotecas da UFSM ou na Biblioteca Pública de Santa Maria além de buscarmos em acervos digitais, os quais trouxessem em si informações sobre o processo de impeachment. Também buscamos em vídeos da plataforma digital *YouTube*, por entrevistas e discursos produzidos pelos ex-presidentes. Dessa forma, constituímos o arquivo de nossa pesquisa.

Após reunirmos esse arquivo, fizemos um recorte temporal para selecionar o corpus de análise. Esse recorte é necessário para que não nos estendamos demasiadamente nos períodos em que os discursos foram produzidos, como já mencionamos, o impeachment produz questionamentos/sentidos até hoje. Limitamo-nos, então, a selecionar os recortes para análise em três períodos distintos: antes, durante e depois do processo de impeachment.

Feitos esses primeiros dois percursos, foram selecionados discursos que fizessem referência ao processo de impeachment (ou equivalentes, como o termo “golpe”, levantado por Dilma), ou que estivessem inseridos em determinados momentos dos processos (como o discurso de Collor à nação, conclamando os

---

<sup>4</sup> Segundo o Dicionário Aurélio (1999), doleiro é: S.m. Aquele que se ocupa ilegalmente em compra e venda de dólares.

brasileiros para irem às ruas de verde e amarelo defender o seu governo, o que causou um efeito contrário: as pessoas saíram de preto para as ruas e pediam pela sua saída imediata do governo).

Abaixo, apresentamos em um quadro uma sistematização dos critérios que utilizamos para realizar a seleção do corpus de nossa pesquisa:

Quadro 1– Dos critérios para seleção do corpus de pesquisa

CRITÉRIOS ADOTADOS PARA SELEÇÃO DOS RECORTES QUE SERÃO ANALISADOS NESSE TRABALHO
Recorte temporal: esse critério é fundamental para o desenvolvimento desse trabalho, uma vez que não serão quaisquer discursos selecionados para análise, mas sim aqueles que foram produzidos em três momentos envolvendo os processos de impeachment: antes (quando especulava-se sobre a instauração dos processos), durante (no decorrer do processo e do afastamento dos então presidentes) e depois (com os processos já finalizados).
Constituição do arquivo de pesquisa: arquivos relacionados ao processo de impeachment e que foram divulgados em revistas, jornais, rádio ou TV (ou mídias digitais).
Recorte de palavras e/ou situações: A partir dos dois critérios acima, procuramos identificar discursos que fizessem referência direta ao processo de impeachment (ou equivalentes) ou que estivessem inseridos em um determinado momento do processo.

Fonte: Autora.

Neste sentido, o contexto sócio histórico em que esses dois sujeitos estavam inseridos exigia que ambos assumissem um posicionamento de defesa, tanto de si próprios enquanto cidadãos, quanto em relação ao cargo para o qual foram eleitos. Entendemos, dessa forma, que o discurso dos ex-presidentes assume um papel fundamental em tal conjuntura política, visto que o discurso é um artifício utilizado como uma forma de – não só defender-se, como já foi mencionado – sensibilizar a opinião pública (eleitores, mídia e parlamento) sobre a não-necessidade/impossibilidade de prosseguir com o processo de impeachment. Identificamos, então, um posicionamento ideológico dos sujeitos aqui mencionados.

Ressaltamos que não entendemos o termo ideologia, aqui, como um conjunto de ideias e/ou doutrinas, mas, sim, como “a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2009). Ainda, conforme Pêcheux,

o conceito de Ideologia em geral aparece, assim, muito especificamente como o meio de designar, no interior do marxismo-leninismo, o fato de que as relações de produção são relações entre “homens”, no sentido de que não são relações entre coisas, máquinas, animais não-humanos ou anjos; nesse sentido e unicamente nele: isto é, sem introduzir simultânea, e sub-repticiamente, uma certa ideia de “o homem”, como antinatureza, transcendência, sujeito da história, negação da negação, etc. (...) Muito pelo contrário, o conceito de Ideologia em geral permite pensar “o homem” como “animal ideológico”, isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza (...) (1997, p. 151-152).

Dessa forma, a relação entre discurso do sujeito e contexto histórico estabelece que, segundo Cazarin:

Essa relação da ideologia com o sujeito imbrica-se com a questão da historicidade do texto, ou seja, com o modo pelo qual a história se inscreve no discurso – é a relação constitutiva entre linguagem e história. Não se parte da história para o texto, e sim do texto como materialidade histórica, na qual emerge o político (...) (CAZARIN, 2011, p. 36)

Ao observarmos a forma como estes dois ex-presidentes, Collor e Rouseff, produzem seu discurso, questionamos, entre outros pontos, como se dá a constituição desse discurso de acordo com a situação em que estão ancorados, pois entendemos, em consonância com Cazarin (2011, p. 38), que

o discurso, por sua vez, é constitutivo da ação - sem o discurso, a ação deixaria de ser ação. É através do discurso sobre as questões do mundo em comum que a ação assume caráter político específico, que se manifesta no espaço público (esfera pública).

Ao analisarmos os discursos dos dois ex-presidentes impedidos, pretendemos não compreender o processo por um viés político-partidário, mas, sobretudo, por um viés discursivo, em que uma determinada condição de produção, um determinado contexto sócio histórico pode ser determinante para a resignificação de um posicionamento, bem como para a formulação do discurso.

Nosso trabalho, enquanto texto, está organizado em quatro capítulos, sendo o Capítulo I, esse em que fazemos a Introdução dessa pesquisa. No segundo capítulo, por sua vez, apresentamos o aparato teórico que nos irá guiar em nossa pesquisa.

Mobilizando conceitos que são caros à Análise de Discurso de linha francesa, na linha de Michel Pêcheux, e na linha de Eni Orlandi, no Brasil, fazemos um percurso teórico desses conceitos e explanamos a importância de cada um para nosso estudo. Os conceitos levantados por nós como centrais para nossas reflexões teóricas e analíticas compreendem as noções de noção de sujeito, discurso, ideologia, formação ideológica e formações discursivas, condições de produção, além da noção de interpretação, avultada por Eni Orlandi. Outro conceito mobilizado nesse momento do texto, mas que está fora do campo de trabalho da AD, é a noção de impeachment, para a qual buscamos conhecimento no texto da Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, documento no qual constam as motivações que podem levar um presidente (ou outro gestor público) a sofrer um processo de impeachment.

No terceiro capítulo desse trabalho, por sua vez, apresentamos o percurso de Fernando Collor de Melo na Presidência da República no Brasil, desde o momento em que foi eleito, no pleito de 1989, em uma disputa acirrada com o então sindicalista e deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva, até o momento em que renunciou ao cargo. Para apresentar tal trajetória trazemos acontecimentos históricos que marcaram o processo de impeachment do Presidente Collor, e que foram determinantes na produção dos seus pronunciamentos no decorrer desse período, tais como as denúncias de seu irmão Pedro Collor, a CPI que investigou sua relação com o empresário PC Farias e as manifestações dos caras pintadas.

Em sequência, no quarto capítulo desse trabalho, apresentamos as condições de produção dos pronunciamentos da presidenta Dilma Rousseff, desde a sua eleição, no pleito de 2010, quando foi apoiada publicamente pelo ex-presidente Lula, até o momento em que foi destituída do cargo de Presidenta da República. Para tanto, nos reportamos a acontecimentos históricos, como a reeleição de Dilma no pleito de 2014 em uma disputa de números muito próximos com o candidato Aécio Neves, as investigações da Operação Lava Jato, deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014, e as manifestações que ocorreram em 2015 e 2016 contra a presidenta.

Por fim, nas Considerações Finais, apresentaremos as conclusões às quais chegamos ao término desse trabalho e, também, faremos a apresentação de aproximações e distanciamentos que encontrarmos no discurso dos dois ex-presidentes impedidos (quando e se houver).

## 2 ENTRE O POLÍTICO E A POLÍTICA

### 2.1 SOBRE DISCURSO

Nosso trabalho de análise do discurso de dois ex-presidentes brasileiros impedidos levanta questões bastantes pertinentes à pesquisa, de forma que nos auxilia a compreender o nosso objeto de análise e as suas complexidades. Afinal, o que é esse objeto discurso? Mais do que sermão ou gênero oral proferido por um orador<sup>5</sup>o conceito teórico de discurso, na área do conhecimento em que nos inserimos, disciplinarizada como Análise de Discurso, é basilar para a compreensão dos estudiosos e analistas, por é a partir de tal conceito que é possível mobilizar os demais conceitos e, assim, estabelecer relações, possibilitando as análises.

Na análise de discurso (AD), a partir do objeto discurso, é possível que observemos a relação do sujeito (discursivo) com a linguagem, ou seja, a língua em funcionamento. A esse respeito, Orlandi propõe que,

na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive.(ORLANDI, 2009, p. 15)

Dessa forma, podemos depreender que o discurso, para nós, analistas, não é, pois, um objeto fechado em si mesmo, mas ele se produz a partir da relação do sujeito com a exterioridade. Conforme Orlandi, em um sentido amplo, o discurso é, para a AD, efeitos de sentidos entre locutores. E se assim o é, é necessário que pensemos a linguagem de uma forma particular, uma vez que é a relação do sujeito com o outro, ou seja:

o discurso supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade já que sem história não há sentido, ou seja, é a inscrição da história na língua que faz com que ela signifique. Daí os efeitos entre interlocutores(ORLANDI, 1994, p. 53).

---

<sup>5</sup> Evitando-se a confusão que se dá muitas vezes entre discurso enquanto gênero oral idealizado para um grande público e discurso enquanto materialidade histórica.

O discurso, enquanto conceito teórico é de fundamental importância para a AD, pois é a partir dele que Pêcheux, considerado o “fundador” da teoria do discurso, irá construir toda a teoria discursiva e estabelecer relações com outros campos de estudo, como as Ciências Sociais, visto que a Linguística, apenas, não comporta o estudo da historicidade no discurso, tampouco as Ciências Sociais comportam a linguagem. No capítulo *Entremeio e Discurso*, de seu livro “Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico”, Orlandi (2007) discorre sobre o *status* de disciplina de entremeio que envolve a análise de discurso, cujo trabalho não acumula conhecimentos, mas os discute continuamente. A AD, segundo ela, não é uma disciplina que pode ser considerada interdisciplinar, mas, antes disso, é uma disciplina que trabalha na contradição da relação entre as outras ciências da linguagem, pois não tem o objetivo de acrescentar a elas ou trabalhar na relação entre as ciências da linguagem e as ciências sociais, mas trabalha com a sua própria especificidade. Ela coloca questões da linguística, interpelando-a pela historicidade, mas também coloca questões da historicidade para a linguística. É na relação da linguagem com a exterioridade que a AD trabalha, não pela linguagem enquanto meio de comunicação, mas, sim, como uma forma de o sujeito significar e significar-se na/pela linguagem. É a partir dessa relação da linguagem com o mundo que a AD retoma a noção de ideologia, que funcionará como condição para essa relação sujeito/mundo. E é na relação contraditória da linguagem com a exterioridade que faz a regularidade da AD, uma vez que busca compreender a exterioridade a partir de sentidos presentes no texto. Assim,

Esse objeto, o discurso, trabalhando esse espaço disciplinar, faz aparecer uma outra noção de ideologia, passível de explicitação a partir da noção mesma de discurso e que não separa linguagem e sociedade na história. É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 1994, p. 54).

Com isto, através de seu próprio objeto de estudo, que é o discurso, a AD constitui outra forma de estudo, em que é possível observar a relação entre a linguagem e a ideologia.

## 2.2 SOBRE CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Filiando-nos teoricamente à Análise de Discurso francesa, na linha de estudos de Michel Pêcheux (França) e de Eni Orlandi (no Brasil), buscamos mobilizar, nessa dissertação, conceitos caros à AD, os quais nos possam auxiliar a compreender o objeto de pesquisa aqui proposto, o discurso de dois ex-presidentes impedidos, em nosso percurso analítico. Dessa forma, não há como analisarmos dois períodos políticos no Brasil, quando há a ocorrência de processos de impeachment em ambos, sem nos ancorarmos teoricamente na noção de Condições de Produção para a Análise de Discurso.

As condições de produção nos interessam porque são, como já mencionado, condições para que um discurso “x” seja produzido. Com isso, queremos dizer que quando o sujeito “x” produz um discurso “x”, não o faz alheio aos acontecimentos que o rodeiam, acontecimentos da sociedade em que se insere, mas o faz a partir da relação entre si e os acontecimentos. Sendo assim, as condições de produção

compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação(...). Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2009, p. 30).

Para o analista de discurso, a noção de condições de produção é fundamental para compreender a forma como os discursos são formulados pelo sujeito a partir de determinados fatos e/ou situações que ocorram à sua volta e que vão incidir na produção do discurso pelo sujeito.

Buscando a teoria da comunicação de Jakobson (com seus remetente, destinatário, contexto, mensagem, contato e código) para fazer um contraponto, Pêcheux (1997, p. 82) afirma que, ao preferir o termo *discurso*, “implica que não se trata necessariamente de uma transmissão de informação entre A e B, mas de modo mais geral, de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B.” Com isso, Pêcheux afirma que A e B não podem ser apenas considerados como organismos humanos e individuais, mas, sim, que A e B ocupam um lugar social, sendo esses lugares sociais mecanismos representados nos processos discursivos.

Entretanto, seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a



imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro(PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Ainda segundo Pêcheux, todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias, em um jogo de imagens

obtido por meio de expressões / sentenças e respectivas questões com as quais se visualiza o imaginário das condições de produção de um discurso. Ou seja, esquematicamente, podemos pensar: 1) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem sou eu para lhe falar assim?”; 2) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A, com a pergunta “Quem é ele para que eu lhe fale assim?”; 3) a imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem sou eu para que ele me fale assim?”; 4) a imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B, com a pergunta “Quem é ele para que me fale assim?”; 5) o “ponto de vista” de A sobre R, com a pergunta “De que lhe falo assim?”; 6) o “ponto de vista” de B sobre R, com a pergunta “De que ele me fala assim?”. As relações desse complexo jogo de imagens não são previamente estabelecidas, mas, ao contrário, vão-se dando no decorrer do processo discursivo(MEDEIROS, 2008, p. 50).

Tais perguntas são respondidas na formação das funções imaginárias que um sujeito tem do outro, determinando, dessa forma, as possibilidades de enunciação de A pra B. Sobre tais formações imaginárias, Pêcheux (1997) afirma que elas mesmas são resultados de outras condições de produção que, agora, determinam o seu dizer a partir de tomadas de posição que asseguram a possibilidade do processo discursivo, isso porque o discurso é sempre atravessado pelo *já-dito*, ou seja, o discurso é sempre atravessado pela exterioridade, pelo interdiscurso.

Em outras palavras, as condições de produção constituídas pelas formações imaginárias são atravessadas (determinadas mesmo) pelo interdiscurso, exterioridade constitutiva, saber discursivo, não datado, não representável. As circunstâncias imediatas da enunciação já são determinadas por esta exterioridade e elas funcionam de forma desigual no discurso. A significância do contexto é delimitada pelo já-dito que con-forma o conjunto da situação que intervém no dizer. É só o que conta para o sentido “x” (efeito de pré-construído) que faz parte das condições de produção imediatas (ORLANDI, 1998, p. 75-76).

Esses elementos do interdiscurso que atravessam o discurso não são estáticos, mas mantêm relações entre si e podem variar, conforme afirmou Pêcheux, de acordo com a natureza em que estão inscritos, determinando, assim, um elemento dominante, ou seja, um elemento que poderá determinar a natureza, o valor e o lugar de outros termos. Isso porque a língua segue a sua própria ordem e os sentidos não podem ser considerados como conteúdo, conforme afirma Orlandi.

O sujeito, então, não é dotado de intencionalidades e nem mesmo pode ser considerado como origem de seu dizer, uma vez que não se tem acesso à exterioridade constitutiva. Segundo a autora,

É nesta perspectiva que se deve considerar a antecipação. Todo sujeito (orador) experimenta o lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador, constituído pelo jogo das formações imaginárias (a imagem que faz de x, de si mesmo, do outro). Cada um 'sabe' prever onde seu ouvinte o espera. Esta antecipação do que o outro vai pensar é constitutiva de todo discurso (ORLANDI, 1998, p. 76).

Seguindo essas reflexões teóricas as quais afirmam que o discurso do sujeito, em suas formações imaginárias, pode sempre ser atravessado pelo interdiscurso, pelo já-dito, Orlandi (2009, p. 32) afirma que “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua. O que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”. A partir dessa relação que há entre o já-dito e o discurso do sujeito, podemos observar como se dá o funcionamento do discurso e a sua relação entre sujeito e ideologia, ou seja, o interdiscurso determina a formulação do discurso pelo sujeito.

### 2.3 SOBRE IDEOLOGIA

Em nosso trabalho de pesquisa, o conceito de ideologia é fundamental para o percurso analítico, isso porque irá auxiliar-nos em nossa compreensão acerca dos discursos produzidos pelos ex-presidentes em questão. Tal conceito é importante porque, conforme as reflexões teóricas propostas pela AD, o sujeito é sempre interpelado pela ideologia e, sendo interpelado, submete-se à língua para significar e significar-se. Sendo assim, não é possível dizermos que o discurso produzido pelo sujeito é livre de ideologia, uma vez que é sempre a partir dela que o sujeito (interpelado) irá produzir o seu discurso.

Pêcheux discorre sobre ideologia tomando como base a filosofiamaterialista marxista do discurso, em que traz para a sua reflexão os aparelhos ideológicos de estado, realizando uma leitura de Althusser. Para isto, o autor explicita quatro elementos que, segundo ele, são decisivos para a compreensão do porquê usar tal denominação, uma vez que “as ideologias não são feitas de ‘ideias’, mas sim de práticas” (PÊCHEUX, 1997)

1) a ideologia não é pertencente à uma determinada época; não é realizada de forma igual e homogênea a todos os sujeitos;

2) não é possível atribuir uma ideologia dominante à cada classe, ou seja, não é adotada de forma consciente;

3) os aparelhos ideológicos do estado não são a expressão da ideologia dominante, mas sim um instrumento para impô-la;

4) mas os aparelhos ideológicos de estado não apenas instrumentos da classe dominante, mas também constituem “simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (PÊCHEUX, 1997).

Através da questão da interpretação, Orlandi discorre também sobre a ideologia, afirmando que não há sentido sem interpretação, já que em sua prática de produção de sentido se atesta a presença da ideologia. Se há uma injunção à interpretação e o homem é sempre levado a interpretar, não há, pois, sentido sem interpretação. Nesse movimento de interpretação, ainda segundo Eni Orlandi, o sentido aparece sempre como algo evidente, como algo lá, o *já lá*. “Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2009, p. 46)

Sendo a ideologia elemento dominante para a constituição do sujeito, devemos entender que o indivíduo é sempre interpelado em sujeito pela ideologia, ou seja, buscando nas reflexões teóricas de Althusser, Pêcheux explicita essa questão da seguinte forma: 1) só há prática através de e sob uma ideologia e 2) só há ideologia pelo sujeito e para sujeito (PÊCHEUX, 1997). Ou seja, não há ideologia sem sujeito e não há sujeito sem ideologia.

O conceito de ideologia, conforme Pêcheux, se baseia na ideia de que as relações de produção são relação entre homens (biológico) e não relações entre máquinas, animais, etc. Assim, “o conceito de Ideologia em geral permite pensar ‘o homem’ como ‘animal ideológico’, isto é, pensar sua especificidade enquanto parte da natureza” (PÊCHEUX, 1997). Com isso, Pêcheux estabelece relação entre ideologia e inconsciente, em que a função da ideologia é a de dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo, dessa forma, o que o autor chamará de *tecido de evidências*, em que essas evidências não afetam o

sujeito: o constituem. Decorre daí a necessidade de trabalhar uma teoria materialista do discurso, de forma que se possa trabalhar não só a evidência do sujeito (como origem de si), mas também outra evidência que é bem próxima àquela, a evidência do sentido. Por esse viés,

a evidência do sentido – a que faz com que uma palavra designe uma coisa – apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funciona com uma dominante. (...). Por sua vez, a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia (ORLANDI, 2009, p. 46).

A interpelação do indivíduo em sujeito torna tangível ao sujeito o vínculo superestrutural entre o aparelho repressivo de Estado e os aparelhos ideológicos de Estado, mostrando esse vínculo pelos bastidores, através do *teatro da consciência*, “lá de onde se pode captar que se fala do sujeito, que se fala ao sujeito, antes que o sujeito possa dizer: ‘eu falo’”(PÊCHEUX, 1997). Em última instância, tem-se o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência, o indivíduo é interpelado pela ideologia, ao mesmo tempo em que é sempre já-sujeito.

Na verdade, o que a tese “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” designa é exatamente que o “não-sujeito” é interpelado-constituído em sujeito pela Ideologia. Ora, o paradoxo é precisamente, que a interpretação tem, por assim dizer, um efeito retroativo que faz com que todo indivíduo seja “sempre-já-sujeito”(PÊCHEUX, 1997).

Dessa forma, é possível compreender que a ideologia não é ocultação, mas, como afirma Orlandi (2009), função da relação necessária entre linguagem e mundo. Isto porque é preciso, para fazer sentido, que nesta relação entre o objeto simbólico e o mundo, que a língua se inscreva na história. Logo,

o sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados(ORLANDI, 2009, p. 47).

Ainda segundo Orlandi, a ideologia não é vista como um conjunto de representações ou um elemento de ocultação da realidade, mas, sim, efeito da

relação necessária do sujeito com a história e com a língua para que, assim, ele possa produzir sentidos.

Por outro lado, como dissemos, é também a ideologia que faz com que haja sujeitos. O efeito ideológico elementar é a constituição do sujeito. Pela interpelação ideológica do indivíduo em sujeito inaugura-se a discursividade. Por seu lado, a interpelação do indivíduo em sujeito pela traz necessariamente o apagamento da inscrição da língua na história para que ela signifique produzindo o efeito de evidência do sentido (o sentido lá) e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. Efeitos que trabalham, ambos, a ilusão da transparência da linguagem. No entanto, nem a linguagem, nem os sentidos, nem os sujeitos são transparentes: eles têm sua materialidade e se constituem em processos em que a língua, a história e a ideologia concorrem conjuntamente (ORLANDI, 2009, p. 48).

Entendemos, dessa forma, que a noção de ideologia tem um papel fundamental para a AD, uma vez que é a partir dessa teoria (que Pêcheux busca no marxismo e em Althusser) que podemos compreender como se dá a relação do sujeito com a linguagem e com a exterioridade e, especialmente, como essa exterioridade funciona na formulação do discurso pelo sujeito. Se não há ideologia sem sujeito e nem sujeito sem ideologia, também é possível dizer que há discurso que não seja também formulado sob o trabalho ideológico. Para fins de uma síntese sobre o que apresentamos, poderíamos, em poucas palavras e de uma forma simplificada, afirmar: a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, que se submete à língua para significar e significar-se. Através dos esquecimentos, da ilusão da evidência de origem de si e da evidência dos sentidos, o sujeito produz sentidos. E isto só é possível pelo trabalho da ideologia.

## 2.4 SOBRE FORMAÇÕES IDEOLÓGICAS E FORMAÇÕES DISCURSIVAS

O processo de impeachment de dois ex-presidentes brasileiros, os quais propusemos a analisar nesse trabalho, a partir de recortes de discursos proferidos por ambos, é constituído, como verificaremos mais adiante, a partir de condições de produção distintas e, também, formulado por sujeitos que se inserem em formações discursivas e ideológicas distintas. Sendo esses conceitos-chaves (condições de produção, sujeito, formações discursivas, formações ideológicas) para nosso trabalho, faz-se necessário compreender de que forma eles reverberam no discurso dos ex-presidentes impedidos. Começamos nossa explanação estabelecendo uma breve distinção entre formação ideológica e formação discursiva (FI e FD,

respectivamente), com a ciência de que, embora essa última seja constitutiva da primeira, se distinguem em sua definição.

O conceito de Formação Ideológica, basilar da AD e levantado por Michel Pêcheux, tem como âncora o conceito de ideologia, em que, através dos Aparelhos Ideológicos de Estado (conforme Althusser), as formações sociais se relacionam através da “contradição-desigualdade-subordinação” (PÊCHEUX, 1997, p. 145). Isso porque conforme o mesmo autor “os aparelhos ideológicos de Estado constituem simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção” (idem). As formações ideológicas são, pois, a materialidade concreta da instância ideológica, que possuem um caráter “regional” e que comportam posições de classe:

os “objetos” ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo em que a “maneira de se servir deles” – seu “sentido”, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem -, o que se pode comentar dizendo que as ideologias práticas são práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia (PÊCHEUX, 1997, p. 146).

É a partir desse caráter regional e das posições de classe que as formações ideológicas poderão intervir como uma força em confronto com outras em uma conjuntura ideológica. De acordo com as reflexões de Pêcheux e Fuchs:

Falaremos de *formação ideológica* para caracterizar um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento; desse modo cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 166).

Sendo assim, é impossível propor uma separação entre discurso e ideologia, uma vez que todas os empreendimentos discursivos do sujeito são dotados de ideologia, de forma que se pode, então, definir discurso como um dos aspectos materiais da materialidade ideológica (ibidem), ou seja,

a espécie discursiva pertence, assim pensamos, ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas (...) “comportam necessariamente” (...) uma ou várias formações discursivas (ibid).

Para entendermos um pouco mais sobre o conceito de formação discursiva formulado e apresentado por Pêcheux em seus textos, precisamos, antes de tudo, compreender como ele surgiu.

O conceito de formação discursiva, “tomado de empréstimo a Michel Foucault” (PÊCHEUX, 1997, p. 314), surgiu a partir das reflexões de Foucault sobre linguagem e discurso, explicitando a noção de formação discursiva. Foucault expõe a sua definição de FD depois de um trabalho de investigação que tinha o objetivo de verificar as relações entre os enunciados que circulam sobre um mesmo assunto, mas em épocas distintas. Para isso, ele apresenta quatro hipóteses para essa investigação<sup>6</sup>: 1ª) os enunciados formam um conjunto se se referem a um único e mesmo objeto; 2ª) forma e tipo de encadeamento dos enunciados; 3ª) estabelecer grupos de enunciados, determinando o sistema de conceitos permanentes e coerentes; 4ª) identidade e persistência dos temas. Em todas essas hipóteses, no entanto, Foucault não encontra uma unidade que possa abranger a totalidade de sua teoria:

Mas nos encontramos em presença de conceitos que diferem pela estrutura e pelas regras de utilização, que se ignoram ou se excluem uns aos outros e que não podem entrar na unidade de uma arquitetura lógica. (...) encontramos antes possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda o investimento de um mesmo tema em conjuntos diferentes. Daí a ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se, entre esses elementos que, seguramente, não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria pouco a pouco através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não pode delimitar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, um funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas (FOUCAULT, 1972, p. 51).

A partir, então, dessas regularidades entre os enunciados, dessa dispersão que encontrou nas suas quatro hipóteses, é que o autor lança a definição de formação discursiva:

No caso em que se pudesse descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se poderia definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e

---

<sup>6</sup> Não vamos aqui nos debruçar sobre essas hipóteses, apenas trazemos as ideias centrais de cada uma para que possamos compreender o percurso feito por Foucault até chegar à noção de formação discursiva que, de fato, é o que nos interessa.

funcionamentos, transformações), dir-se-á, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (Ibid.).

Feita a explanação sobre a noção de formação discursiva abordada por Foucault, vamos adentrar na questão da noção de formação discursiva deslocada, apreendida a partir da leitura de Pêcheux para a teoria da Análise de Discurso. De forma geral, nós, analistas de discurso, entendemos por formação discursiva aquilo que “numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2009, p. 43).

A noção de formação discursiva é primordial para a AD, pois é a partir desse conceito que será possível verificarmos como se dá a produção de sentidos no/pelo sujeito, uma vez que o discurso produzido por e pelos sujeitos produz sentidos que se relacionam diretamente às formações discursivas em que se inserem. Isso “porque os sentidos de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Ainda, conforme Pêcheux,

Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa forma ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (Ibidem).

Ou seja, não é possível dizer que existe um sentido literal para cada discurso formulado pelos sujeitos, mas, sim, que os sentidos são determinados pelas FDs em que esses sujeitos estão inseridos, como afirma Orlandi: “podemos perceber que as palavras não têm sentidos nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. Formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas”(ORLANDI, 2009, p. 43). Com isso, queremos dizer que os sentidos produzidos por um discurso A não serão literais, mas, sim, como já mencionado, significarão de acordo com a formação discursiva de quem ouve/lê, isso porque



é pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a escrevemos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. Todos esses usos se dão em condições de produção diferentes e podem ser referidos a diferentes formações discursivas. (ORLANDI, 2009, p. 44)

Não quer dizer, no entanto, que o sentido será qualquer um, mas sim que os sentidos “são determinados ideologicamente” (Ibid.).

Sendo os sentidos determinados ideologicamente e sendo as FDs o lugar de constituição dos sentidos (PÊCHEUX, 1997), entendemos que os conceitos de formação ideológica e formação discursiva são essenciais para o nosso trabalho de pesquisa e, mais, não é possível trabalhar com uma noção em detrimento da outra, uma vez que ambas “caminham” juntas no processo discursivo. Isso porque, conforme Courtine,

As FD são componentes interligados das FI. Isso implica que as FD que constituem a mesma FI possam ser distinguidas umas das outras (em razão, por exemplo, de sua “especialização”), mas sobretudo que as FD que dependem de FI antagônicas, aliadas... mantem entre si relações contraditórias que se inscrevem necessariamente na própria materialidade dessas FD (...)(COURTINE, 2009, p. 73).

Como dissemos anteriormente, as FD e as FI têm um lugar privilegiado em nosso trajetória de pesquisa, a qual tem como *corpus* discursivo o pronunciamento de dois ex-presidentes impedidos, isso porque entendemos que ambos os sujeitos de nossas análises se inscrevem em diferentes FD's e FI's e formulam seu discurso através de condições de produção distintas, ou seja, ainda que tenham o mesmo propósito de defenderem-se e defenderem a seu mandato, os sentidos movimentados por seu discurso serão sempre distintos e, ainda que se dirijam à população, à mídia e/ou à oposição, os sentidos constituídos no discurso de cada um serão sempre outros que não aqueles que, em uma falsa ilusão de autonomia, os sujeitos pensam determinar a partir de suas formulações. Isso porque é constitutivo dos sentidos que escapem, deslizem – deslize no qual vamos construindo nossa análise.

## 2.5 SOBRE SUJEITO

Ao propormos um projeto de pesquisa em que empreendemos uma análise do discurso presidencial de sujeitos que foram destituídos do seu cargo através de um processo de impeachment, sabíamos que não seria possível iniciar nosso percurso analítico sem tocarmos uma noção que consideramos central para as reflexões em AD: o conceito desujeito. Muito temos falado aqui de noções basilares dessa linha teórica; de fato, todos os conceitos até aqui expostos contribuem de forma exponencial para que as reflexões analítico-discursivas possam ser desenvolvidas. Já tratamos em nosso texto sobre condição de produção, ideologia, formação ideológica e formação discursiva, discurso... Nesse ponto, enfim, resgataremos alguns pontos de reflexão teórica sobre a noção de sujeito para a AD; relacionadas, todas essas noções contribuem para a compreensão do nosso objeto de estudo (o discurso presidencial) e, também, para que a nossa análise tenha um percurso coerente. Todas essas noções estão entrelaçadas entre si e, ainda, todas elas tocam no sujeito: não é possível, portanto, conceber esta análise sem que se considere aquele pelo/por qual o discurso circula.

Para a Análise de Discurso de linha francesa, a noção de sujeito permite, como afirma Orlandi (2002, p. 65), compreender como a língua acontece no homem. Segundo a autora, a subjetividade se estrutura no acontecimento do discurso. Isso porque o discurso tem a subjetividade como um lugar teórico fundamental (idem), sendo discurso, então, compreendido como uma conjunção entre sujeito (psicanálise), história (marxismo) e língua (linguística). Pensando essa subjetividade, segue a autora, é possível observar “os sentidos possíveis em uma posição-sujeito dada” (idem). A partir disso, é possível observar que as posições-sujeito vão constroem-se entre outras posições-sujeito, ou seja, uma posição-sujeito não é condição para a existência de outras, mas, sim, *uma entre outras*, isso porque o sujeito se subjetiva “à medida mesmo que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito discursiva” (Orlandi, 2002, p. 65-66), ou seja, o sujeito se subjetiva a cada posição que ocupa no mundo e as suas ações estarão relacionadas à posição que ocupa em determinado momento.

Nesse sentido é que os sujeitos são intercambiáveis. Quando falo a partir da posição de “mãe”, por exemplo, o que digo deriva seu sentido, em relação à formação discursiva em que estou inscrevendo minhas palavras, de modo equivalente a outras falas que também o fazem dessa mesma posição. Quando, ao abrir a porta para um filho altas horas da madrugada, a mãe fala “Isso são horas?” ela está, na posição-mãe, falando com as mães falam. Exatamente. Podemos até dizer que não é a mãe falando, é sua posição. Ela está aí sendo dita. E isso a significa. Isso lhe dá identidade. Identidade relativa a outras: por exemplo na posição de professora, de atriz etc.(ORLANDI, 2009, p. 49).

Com isso, podemos afirmar que o sujeito vai significando e significando-se pelas posições-sujeito em que se insere.

### 2.5.1 Interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia

Quando consideramos que o sujeito significa e significa a si de acordo com as posições-sujeito que assume, não estamos, pois, afirmando que o sujeito é livre para escolher as posições que lhes forem convenientes, mas que essas posições são ideologicamente determinadas, Como afirma Althusser:

o indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, o que é mais, participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual “dependem” as ideias que ele livremente escolheu com plena consciência enquanto sujeito (ALTHUSSER, 1985, p. 90).

Sendo essas posições ideologicamente determinadas, podemos afirmar que “a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos” (Orlandi, 2007, p.46). Segundo Althusser (1985), a categoria de sujeito é constitutiva da ideologia, uma vez que “toda ideologia interpela os indivíduos concretos em sujeitos concretos, através do funcionamento da categoria de sujeito (p. 96). Ainda segundo o autor, “a ideologia ‘age’ ou ‘funciona’ de tal forma que ela ‘recruta’ sujeitos dentre os indivíduos, ou ‘transforma’ os indivíduos em sujeitos através desta operação muito precisa que chamamos *interpelação*” (idem, grifos do autor).

Sendo o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia, ele precisa assujeitar-se à língua para significar e significar-se na história, e tal processo não pode ser quantificado porque

o assujeitamento não é quantificável. Ele diz respeito à natureza da subjetividade, à quantificação do sujeito pela sua relação constitutiva com o simbólico: se é sujeito pelo assujeitamento à língua na história. Não se pode dizer senão afetado pelo simbólico, pelo sistema significante. Não há nem sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. Sem isto, não tem como se subjetivar (ORLANDI, 2002, p. 66).

Esse assujeitamento do sujeito à língua efetua-se pela identificação do sujeito com as FD's, e “essa identificação apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito” (PÊCHEUX, 1997, p. 163). Isso quer dizer que o sujeito será sempre uma espécie de “agente ideológico”, se assim podemos dizer, pois irá sempre reproduzir, em seu discurso, as características da ideologia que o domina. Por isso, quando analistas do discurso afirmam que não existe neutralidade no discurso, o fazem a partir da compreensão de que a ideologia sempre escapa, bem como os sentidos, ao sujeito. Quando, na produção do discurso, “opta-se” por dizer X ao invés de Y, o sujeito já está fazendo significar a ideologia em que se inscreve e a qual o domina. A esse respeito discorre Althusser:

Na verdade se ele não faz o que, em função de suas crenças deveria fazer, é porque faz algo diferente, o que, sempre em função do mesmo esquema idealista, deixa perceber que ele tem em mente ideias diferentes das que proclama, e que ele age segundo outras ideias (...) Em todos os casos, a ideologia da ideologia reconhece, apesar de sua deformação imaginária, que as “ideias” de um sujeito humano existem em seus atos, ou devem existir em seus atos, e se isto não ocorre, ela lhe confere ideias correspondentes aos atos (...) (ALTHUSSER, 1985, p. 90-91).

Ou seja, os atos do sujeito sempre expressam a sua ideologia, seja no discurso por ele produzido, seja pela sua forma de se posicionar no mundo, seja até mesmo pelas escolhas lexicais... Toda prática o sujeito é ideológica. O sujeito, interpelado pela ideologia, sempre está significando, pois “não se pode dizer se não afetado pelo simbólico” (ORLANDI, 2002, p. 66).

Ainda segundo Orlandi, “quando dizemos que o sujeito, para se constituir, deve-se submeter à língua, ao simbólico, é preciso acrescentar que não estamos afirmando que somos tomados pela língua como sistema formal, mas sim pelo jogo da língua na história pelos sentidos” (ibidem, p. 68). Essa relação entre língua e história (e inconsciente) faz-se necessária para que, aí, então, o discurso do sujeito possa fazer sentido.

De acordo com a evidência de “eu realmente sou eu”, há o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito (PÊCHEUX, 1997, p. 159). Ou seja, ainda que o sujeito tenha a impressão de domínio de sua própria existência, ele sempre será ideologicamente interpelado, porque é desse modo que a “ideologia está designando ao mesmo tempo o que é e o que deve ser, e isso, às vezes, por meio de ‘desvios’ linguisticamente marcados entre a constatação e a norma que funcionam como um dispositivo de ‘retomada de jogo’”(ibidem, p. 160). É dessa forma que, submetendo-se à língua, o sujeito significa. Essas evidências (do sujeito enquanto origem de si), segundo Pêcheux (1997), são fornecidas pela ideologia, e é a partir dela, ou melhor, das formações ideológicas representadas na linguagem pelas formações discursivas, que, como já mencionado anteriormente, se determina o que o sujeito pode ou deve falar.

Sendo o sujeito o produtor do discurso (atravessado pelo interdiscurso) e sendo o discurso determinado pelas formações discursivas, ainda que o sujeito acredite ser origem do seu dizer, Pêcheux afirma que

Ora, eis o ponto preciso onde surge, a nosso ver, a necessidade de uma teoria materialista do discurso; essa evidência da existência espontânea do sujeito (como origem ou causa de si) é imediatamente aproximada de uma outra evidência (...), que é a evidência do sentido (PÊCHEUX, 1997, p. 153).

Essas evidências as quais Pêcheux se refere estão relacionadas ao que Althusser irá designar como “efeito ideológico elementar”, isso porque é papel da ideologia impor tais evidências como evidências, ou seja, como se elas estivessem o tempo todo evidentes para o sujeito. Essa evidência da identidade, segundo Orlandi (2007), impossibilita que se veja que ela é resultado de uma identificação- interpelação do sujeito. Essas evidências de origem do dizer, origem de si mesmo e de literalidade dos sentidos se relaciona diretamente aos esquecimentos propostos por Pêcheux, os quais ele distingue da seguinte forma:

- Esquecimento nº 2: aquele em que o sujeito-falante “seleciona” no interior da FD dominante palavras e proposições que estão em relação de paráfrase. Ex: escolher x ao invés de y para dizer algo, significando essa escolha em nosso dizer.<sup>7</sup>
- Esquecimento nº 1: aquele em que o sujeito não pode estar fora da formação discursiva dominante, está relacionado ao inconsciente na medida em que a exterioridade determina a formação discursiva (PÊCHEUX, 1997, p. 173).

## 2.6 SOBRE IMPEACHMENT

O processo de impeachment de um presidente em exercício é cercado de diversos fatores externos que influenciam a forma como se desenvolve tal acontecimento. Dentre os fatores externos que podemos destacar, são eles: mídia, oposição, apelo popular, etc. Nos processos que trazemos à baila nessa pesquisa, esses fatores foram determinantes no desenrolar do impedimento de Fernando Collor e Dilma Rousseff. Antes de darmos seguimento a esse trabalho, é importante responder a algumas questões que se tornam pertinentes para a compreensão dos processos: o que é um impeachment? Quais são as bases legais que permitem que um sujeito que ocupa um cargo político sofra um impeachment? Quem pode pedir a abertura do processo de impeachment? A fim de responder a esses questionamentos, procuramos nessa parte de nosso trabalho esmiuçar o que é um impeachment e as suas consequências.

É importante esclarecer que não pretendemos aqui descobrir, justificar ou questionar a validade jurídica e/ou política do impeachment dos dois ex-presidentes. A esse respeito, consideramos que se trata de um trabalho destinado a especialistas do estudo jurídico e político que contribuam para a reflexão em um outro espaço acadêmico de construção do saber. Dito isso, podemos prosseguir com foco em nosso objetivo de responder aos questionamentos acima levantados.

Para entendermos o funcionamento e a origem da palavra impeachment, recorreremos à definição proposta por Lopes, em sua dissertação, na qual a autora traça um percurso minucioso histórico da palavra a partir do estudo de dicionários de língua inglesa e portuguesa, além de propor uma retomada histórica do processo no

---

<sup>7</sup> “Este ‘esquecimento’ produz em nós a impressão da realidade do pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim” (ORLANDI, 2009, p. 35).

Brasil. Segundo a autora, no “cenário político brasileiro, a palavra impeachment tem seu marco no ano de 1992” (LOPES, 2011, p. 59). Ainda conforme as reflexões de Lopes,

(...) encontramos algo em comum em todas elas: o impeachment é a acusação de um governante por um crime, delito ou ofensa séria, todos dependentes de um ato, de um processo ou de uma declaração feita por alguém. Esses pedidos de *impeachment*, pelo que podemos notar, estão relacionados ao cargo ocupado, por um governante (a tomada de posição do sujeito) em questão (Ibid, grifos da autora).

A partir dessas definições, a autora discorre sobre a dificuldade de estabelecer limites entre os enunciados que propõe analisar<sup>8</sup>, isso porque “nessa perspectiva é que a palavra impeachment pode apresentar diferentes funcionamentos, de acordo com as Condições de Produção de cada cenário político” (idem). Com isso, podemos entender que, embora dois sujeitos passem por um mesmo processo de impeachment (no sentido de organização e funcionamento do processo), esses processos nunca serão os mesmos, ainda que sigam o mesmo modo de funcionamento. Seria contraditório se não entendêssemos que, como Lopes(2011) afirma, cada processo está inserido um contexto sócio histórico distinto e, portanto, as condições de produção dos processos se distinguem. É necessário que compreendamos, então, como se define esse processo de impeachment que tem bases jurídicas, mas que tem critérios políticos.

Vejamos: Segundo a Lei 1.079/50, pode sofrer um impeachment aquele que estiver no cargo de Presidente da República, Ministro de Estado, Ministros do Supremo Tribunal Federal ou Procurador Geral da República<sup>9</sup> que tenham cometido crimes de responsabilidade. No caso do Presidente da República, cargo que aqui nos interessa, o artigo 85 da Constituição Federal (2016), que discorre sobre as responsabilidades do Presidente da República, define como “crime de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal” (2016, p. 33) e ainda aqueles que coloquem em risco os seguintes itens:

I – a existência da União;

---

<sup>8</sup> “Impeachment ao Collor (1992), impeachment ao Lula (2005) e impeachment à Yeda Crussius, governadora do RS (2009)” (idem)

<sup>9</sup> Incluindo demais membros do Executivo nas diferentes esferas.

II – o livro exercício do Poder Legislativo, do poder judiciário, do Ministério Público e dos poderes constitucionais das unidades da Federação;

III – o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV – a segurança interna do País;

V – a probidade na administração;

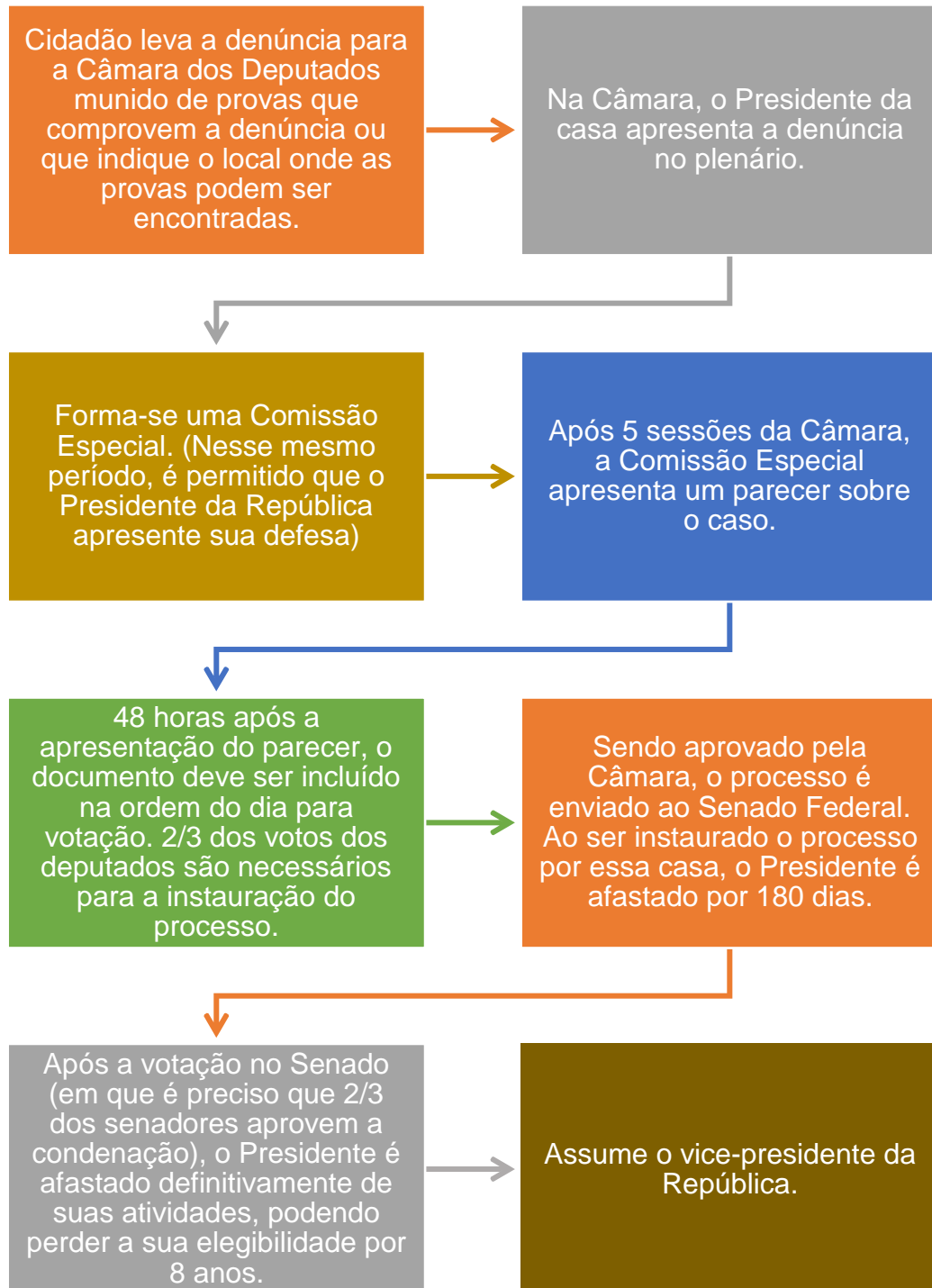
VI – a lei orçamentária;

VII – o cumprimento das leis e das decisões judiciais(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016, p. 33).

É permitido que qualquer cidadão entre com um pedido de impeachment na Câmara dos Deputados, desde que acompanhado de provas, ou o acusador deve indicar onde tais documentos podem ser encontrados. Após a denúncia, o processo segue conforme mostra o gráfico abaixo:



Quadro 2 – Processo de impeachment



Fonte: Autora.

Nos processos de impeachment dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff, as denúncias feitas por cidadãos comuns (que estão fora do ambiente político-partidário) foram distintas.

O pedido de impeachment feito contra Collor embasava-se nas denúncias de corrupção em seu governo, especialmente por ter, entre os acusados, pessoas próximas ao Presidente, tais como Paulo César Farias, que foi tesoureiro de sua campanha presidencial, Ana Acioli, sua secretária e até mesmo o motorista do então presidente Collor. Atentamos para o fato de que as denúncias contra Collor partiram de seu próprio irmão, Pedro Collor, que acusava o empresário PC Farias de articular um esquema de corrupção e tráfico de influência com a conivência do próprio Presidente Collor.

Em 29 de setembro, o processo de impeachment contra Collor foi aprovado pela Câmara Federal, por 441 votos a favor do processo e 38 contrários, afastando o presidente<sup>10</sup>. Collor renunciou ao seu cargo em 29 de dezembro de 1992, a fim de proteger seus direitos políticos, no entanto, o Senado cassou seu mandato e os seus direitos políticos, ficando suspensa a elegibilidade de Collor por oito anos. Entre os algozes de Collor, ou seja, aqueles que votaram a favor da abertura do processo de impeachment, estavam os representantes do Partido dos Trabalhadores (PT), que anos mais tarde veriam uma presidenta do seu próprio partido ser também afastada por um processo semelhante.

Já o pedido de impeachment contra Dilma Rousseff foi feito pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Os acusadores afirmavam que a então presidenta havia cometido crime de responsabilidade fiscal, por meio das chamadas “pedaladas fiscais”, e pela edição de decreto de abertura de crédito sem a autorização do Congresso, permitindo que houvesse uma suplementação do orçamento em mais de R\$ 95 milhões, descumprindo a meta fiscal do ano de 2015.

Em relação às pedaladas, a acusação disse que não foram apenas atrasos operacionais porque o débito do Tesouro com os bancos públicos se acumulou por longo tempo e chegou a valores muito altos. Segundo os juristas, o acúmulo dos débitos serviu para fabricar superavit fiscal que não existia e para criar uma situação positiva das contas públicas que não era verdadeira. O objetivo das “pedaladas”, como afirmaram, teria sido, portanto, esconder a real situação fiscal do país (Senado Federal, 2016).

Em 17 de abril, o plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment contra a Presidenta; foram 367 votos a favor do processo e 137 contrários, afastando Dilma Rousseff do cargo. Diferentemente de Collor, Rousseff

---

<sup>10</sup>Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,impeachment-de-collor,887,0.htm>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

não renunciou ao cargo e, ainda, compareceu ao Congresso para defender-se. Em 31 de agosto de 2016, o mandato de Dilma Rousseff foi cassado, mas (diferentemente o que ocorrera com Collor) seus direitos políticos foram mantidos.

Observando a Legislação vigente e a Constituição Federal, é possível verificar que, de acordo com as denúncias, ambos os presidentes fugiram às suas responsabilidades enquanto mandatários, ainda que tais acusações apresentem inconsistências.

## 2.7 SOBRE INTERPRETAÇÃO

Neste item, trazemos o conceito de interpretação, segundo a Análise de Discurso, para guiar-nos em nosso percurso de análise. Entendemos que o espaço de interpretação em que um autor se insere, assim como afirma Orlandi (2007), deriva da relação da memória com o saber discursivo.

Tomamos como referência, nesse momento, as reflexões de Orlandi em sua obra *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico* e, aliando tais propostas à base teórica da AD, construímos nosso percurso para leitura, interpretação e análise de nosso objeto de interesse. A interpretação, enquanto trabalho o analista de discurso, é vista, muitas vezes, pelos teóricos, como característica evidente do texto, segundo Orlandi (2007); de acordo com a autora, “a sua importância, no entanto, a coloca como objeto de atenção e estudo” (idem). A partir do aparato teórico da AD em sua vertente francesa (a partir das reflexões pecheutianas e, posteriormente, de seus colegas de estudo), a autora desenvolve sua reflexão sobre a interpretação por meio das relações que se estabelecem entre as demais noções da AD (ideologia, formações discursivas, sentido, etc.) que contribuem para o que ela irá chamar de “gesto de interpretação”. Tal empreendimento teórico se faz através da questão do silêncio, em que o silêncio é primordial para os sentidos, uma vez que não há sentido sem silêncio. É através do silêncio, que também cobra sentidos, que é possível compreender que os sentidos de um texto não se fecham, mas sempre há outros sentidos. Conforme Orlandi (2007), pelo viés discursivo, o texto é um *bólido* de sentidos que pode partir para inúmeras direções. É necessário saber, no entanto, que os sentidos não podem se desenvolver em quaisquer direções, visto que é através da relação do autor com a exterioridade (interdiscurso) que vão criando possibilidades de interpretação. A

interpretação seria, então, um “gesto”, visto que o espaço simbólico é marcado pela incompletude e a interpretação é o espaço do possível, da ideologia. Por ocorrer sempre desde algum lugar da história, desde uma sociedade, e ter uma direção, é sempre possível apreender o político no gesto de interpretação. Porque há incompletude no discurso é que o gesto de interpretação é uma relação necessária, pois intervém, também, na relação do sujeito com o mundo. Sendo o sujeito sempre instado a interpretar, há sempre interpretação e não há sentido sem ela; a partir dessa concepção, nega-se a literalidade do discurso. Sendo esse, então, o espaço da interpretação, o espaço do possível, da falha, do equívoco, do trabalho do sujeito.

A partir dessa noção de interpretação, a autora discorre sobre o status de disciplina de entremeio que envolve a análise de discurso, cujo trabalho não acumula conhecimentos, mas os discute continuamente. A AD, segundo ela, não é uma disciplina que pode ser considerada interdisciplinar, mas, antes disso, é uma disciplina que trabalha na contradição da relação entre as outras ciências da linguagem, pois não tem o objetivo de acrescentar a elas ou trabalhar na relação entre as ciências da linguagem e as ciências sociais, mas trabalha com a sua própria especificidade. Ela coloca questões da linguística interpelando-a pela historicidade, mas também coloca questões da historicidade para a linguística. É na relação da linguagem com a exterioridade que a AD trabalha, não pela linguagem enquanto meio de comunicação, mas sim como uma forma do sujeito significar e significar-se na/ pela linguagem. É a partir dessa relação da linguagem com o mundo, que a AD retoma a noção de ideologia que funcionará como condição para essa relação sujeito/mundo. E é na relação contraditória da linguagem com a exterioridade que se faz a regularidade da AD, uma vez que busca compreender a exterioridade a partir de sentidos presentes no texto.

A ideologia, neste espaço de interpretação, tem um papel fundamental, pois “na perspectiva da AD a ideologia não é “x” mas o mecanismo de produzir “x””, conforme Orlandi (2007), somos instados a interpretar e ao interpretar os sentidos aparecem como evidência. Essa evidência se dá pela necessidade da exterioridade de todo discurso de remeter a outro discurso, sendo os sentidos sempre referidos a outros sentidos. E é pelo funcionamento da ideologia que se produz o efeito de evidência, que os discursos são tomados como “naturais”. Pela ideologia, pode-se interpretar os sentidos em certa direção e, como afirma Orlandi(2007), a ideologia é função da relação necessária entre a linguagem e o mundo.

Seguindo em sua reflexão sobre interpretação, a autora traz o discurso como dados, ou seja, um novo objeto de estudo que é fundamental para a constituição da AD. Para explicitar isso, a autora traz novamente a questão da interpretação e, na sequência, a questão do real e da exterioridade.

A exterioridade intervém na textualidade e a isso chama-se discursividade. Para a AD, a noção de exterioridade é tomada como interdiscurso, em que é explicitado o processo de constituição do discurso: memória, domínio do saber, outros dizeres já ditos ou possíveis. Para que as palavras façam sentido, no entanto, é preciso que elas já signifiquem, resultando no efeito de exterioridade: o sentido lá. Através do efeito de exterioridade, é possível compreender a relação discursiva entre o real e a realidade. O real é a função das determinações históricas que constituem as condições de produções materiais; e a realidade é a relação imaginária dos sujeitos com essas determinações em um processo de significação. Esse processo é constituído ideologicamente pelos esquecimentos 1) sujeito como origem e 2) impressão da realidade do pensamento. (PÊCHEUX, 1997)

Dessa forma, é possível compreender que a ideologia não é consciente, mas um efeito da relação do sujeito com a língua e com a história. O discurso é, então, a ligação necessária da língua com a história, produzindo a impressão de realidade.

A AD, por não ser uma disciplina interdisciplinar, mas, sim, uma disciplina de entremeio (que trabalha as contradições) não herdou das ciências positivas a noção de dado, uma vez que a AD atesta a contradição entre processos e produtos, conforme Orlandi (2007). Para a AD, a noção de dado é um efeito ideológico o qual se busca desconstruir a evidência, redefinindo, através da noção de discurso, o político, a história, a ideologia, o social e o linguístico.

A partir disso são apresentadas as noções de ordem e organização, as quais estão ali colocadas como forma material, interessando ao analista a ordem da língua (sistema significante) e da história (materialidade simbólica), estabelecendo-se aí o que Orlandi (2007) irá chamar de *ordem do discurso*. Trabalhando com a ideia de que existe um real da língua e um real da história, o analista busca compreender a relação entre essas duas ordens. Para isto, dois deslocamentos são necessários: a) passagem para a forma material, b) necessidade de considerar que a língua significa porque há intervenção da história, o que leva a pensar que o sentido é uma relação do sujeito com a história. A partir disso é que se pode observar que o gesto de

interpretação é uma relação do sujeito com a língua (que é uma marca de subjetivação).

Ao analista de discurso, o que interessa não é a organização, mas a ordem do discurso em que o sujeito se define pela relação com o sistema significante. Para isso, é fundamental que o analista saiba fazer a distinção entre texto e discurso, compreendendo que o texto é um objeto histórico e que tem, empiricamente, início, meio e fim, mas que, ao admitir a sua discursividade, abarcaa incompletude que lhe é constitutiva. Para abordar essa distinção, Orlandi (2007) explicita a noção de historicidade, sendo essa constitutiva do discurso, ou seja, ela não está fora do discurso, ao contrário, utiliza-se do texto como materialidade histórica para compreendermos os sentidos que nele se constituem. Considerando, ainda, a heterogeneidade do texto, a autora discorre sobre as formações discursivas que atravessam o texto, sendo elas fundamentais para compreender a historicidade do texto.

Por esse viés, é trazida à baila, uma vez mais, a questão da interpretação (atravessadas pelas FDs, pelo interdiscurso, entre outros conceitos que se fazem significar no processo discursivo), em que, frente a algo, o sujeito necessita sempre dar sentido a isso, ou seja, interpretá-lo. Essa interpretação (efeito ideológico), no entanto, não ocorre de forma isolada, mas é sempre regida por condições de produções específicas, que se apagam quando o sujeito fala. Isto se pode verificar através da leitura de arquivo, em que é necessário dividir, separar e gerenciar os modos de interpretação, pois é preciso que a história intervenha (e, com ela, o equívoco, a ambiguidade, a opacidade...) para que a língua faça sentido. A interpretação, conforme Orlandi (2007) não pode ser qualquer uma, mas ela tem elementos que a determinam.

Sobre a questão da autoria, a autora discorre sobre a posição discursiva de um autor (função-autor), cujo trabalho se dá pela escrita em que ele tem a ilusão de origem, de ser origem daquilo que escreve. Segundo Orlandi (idem) o autor é tocado de modo particular pela história, pois consegue formular, no interior do formulável, e interpretar em meio a outros lugares, historicizando seu dizer. A função-autor inscreve-se no repetível, pois, para que um texto faça sentido, é preciso que ela já tenha sentido, ou seja, é já uma interpretação. Segundo a autora, a posição-autor se faz na relação com a constituição de um lugar de interpretação, sendo definido pela relação com o Outro (interdiscurso, o autor não pode dizer coisas que não tem

sentido) e pelo outro (efeito-leitor, o discurso deve ter um sentido para o interlocutor).

A autora distingue os gestos de interpretação do analista e do leitor; enquanto o gesto de interpretação do analista é realizado pelo dispositivo teórico, o gesto do leitor é realizado pelo dispositivo ideológico. Espera-se, no entanto, que a interpretação do analista seja feita através de uma relação crítica, uma vez que o analista pode compreender e contemplar o movimento da interpretação, explicitando os processos de significação que trabalham o/no texto, compreendendo como ele produz sentidos através do seu funcionamento.

A interpretação, como afirmamos anteriormente, não é realizada apenas pelo sujeito, mas ela se inscreve em uma formação discursiva e, assim sendo, possui um “peso” ideológico. É neste espaço de interpretação que a questão da autoria recebe outro olhar, uma vez que o que caracteriza, ainda segundo a autora, a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, ao mesmo tempo em que formula o texto, o autor também interpreta. Isso toca a questão da ideologia na sua relação necessária (e solidária) com o inconsciente. Ressaltando que a língua se inscreve na história para fazer sentido e seu mecanismo de constituição é ideológico. A ideologia tem um papel fundamental na interpretação, pois é através da sua relação com o sujeito e com a língua que os sentidos se produzem.

### 3 O PRESIDENTE MAIS JOVEM DA HISTÓRIA

Figura 1– O Presidente Collor saúda público presente em sua posse presidencial no dia 15 de março de 1990



Fonte: Memorial da Democracia<sup>11</sup>.

#### 3.1 A VOLTA DA DEMOCRACIA: O PLEITO DE 1989

As eleições de 1989 foram um grande marco na década de 1980, quando o Brasil havia recém saído de um período em que o governo fora comandado por militares<sup>12</sup>. Sob a égide da recentemente reelaborada e promulgada Constituição

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.memorialdademocracia.com.br/card/fernando-collor-de-mello-toma-posse>>. Acesso em: jun. 2018.

<sup>12</sup> O regime militar havia chegado ao fim em 1985, ano em que foi realizada eleição indireta para Presidência da República pelo Colégio Eleitoral. Naquela eleição, Tancredo Neves saiu vitorioso na disputa contra Paulo Maluf, mas não chegou a assumir o cargo. Um dia antes da posse, Tancredo



Federal, o pleito daquele ano foi uma disputa singular. Ao todo, havia 22 candidatos à presidência; dentre eles, figuras já conhecidas pela população brasileira, como Ulysses Guimarães, Leonel Brizola e Mário Covas, além de candidatos de menor prestígio, como o líder sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (que viria a se tornar presidente pouco mais de vinte anos depois) e o então governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello. Esses últimos candidatos, não eram tão conhecidos pelos eleitores, mas representavam, naquela eleição, uma nova força no ambiente político brasileiro.

Essa nova força política, constituída pelas candidaturas de Collor e Lula foi, aos poucos, ganhando espaço entre a população que se encontrava já esgotada pelo governo Sarney, quando os índices de inflação estavam em alta e a economia em baixa: Para Schwarcz (2018, p. 491), “com a hiperinflação batendo na porta, muita gente começou a achar que não existia mais chance para uma saída convencional na situação econômica e que era preciso salvar o Brasil.” Aindasegundo a autora, o candidato a “salvador” era Fernando Collor, um jovem político que tinha como carro-chefe de sua campanha o combate à economia de Sarney, à corrupção e ao empreguismo. Collor era o candidato preferido das grandes mídias, como afirma Schwarcz (2019, p. 491), “à exceção da Folha do jornal Folha de São Paulo, ele recebeu apoio maior parte dos donos das empresas de comunicação – em especial o de Roberto Marinho<sup>13</sup>, para quem o desastre atendia, em primeiro lugar, pelo nome de Brizola e, em seguida, pelo de Lula (...)” e do eleitorado empresarial, que via a expectativa de a economia crescer com a sua vitória<sup>14</sup>.

Ainda em março de 1988, meses antes da corrida presidencial, a revista Veja havia feito uma reportagem com o então deputado federal Fernando Collor, estampando em sua capa a figura do político e a alcunha que lhe era atribuída: o “caçador de marajás”<sup>15</sup>. Isso porque “Collor alardeava ter pressa em mudar o Brasil (...) e muita gente se encantou com sua panaceia: ia modernizar o país, acabar com a corrupção e botar o funcionalismo para trabalhar”(SCHWARCZ, 2018, p. 491). Em

---

Neves passou mal e foi hospitalizado, e José Sarney, seu vice, assumiu interinamente a presidência até assumi-la em definitivo devido à morte de Tancredo em abril de 1985.

<sup>13</sup> Presidente das Organizações Globo.

<sup>14</sup> “O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Amato, declarou que 800 mil empresários deixariam o Brasil na eventualidade de Lula vencer.” (SCHWARCZ, 2018, p. 492).

<sup>15</sup> Capa da revista disponível em: <<https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/33526>>. Acesso em: jul. 2018.

linhas gerais, a “caçada” de Collor era contra funcionários públicos estaduais que recebiam altos salários; tal atitude era benéfica para Collor, que se tornava, aos olhos dos eleitores, um político corajoso para enfrentar as imoralidades da política e combatente contra a corrupção, como afirma Fausto (2015, p. 473), “Collor se apresentou como herói salvador, combatente destemido da corrupção.”

Com a mídia ao seu lado e com o afastamento cada vez maior dos eleitores de Lula, a vitória de Collor era cada vez mais certa. O resultado veio no dia 17 de dezembro: Collor sagrou-se vitorioso no pleito eleitoral.

### **3.1.1 O presidente mais jovem da história**

Com a vitória sobre Lula, no dia 17 de dezembro de 1989, no segundo turno das eleições presidenciais, Collor tornava-se o mais jovem presidente do Brasil, com apenas 40 anos, como podemos ver na repercussão da vitória na Figura 1 – e, conforme veiculava-se na mídia, carregava consigo, além da tenra idade, o desejo pelo novo, o desejo de mudança, que lhe foi confiado por 53% dos eleitores, ou 35 milhões de votos. Collor havia surgido com a imagem de “bom moço” e esperava-se que o país, sob seu comando, voltasse a crescer economicamente e que o novo presidente controlasse a hiperinflação daquele momento. Segundo Bresser-Pereira (2016, p. 303), a eleição de Collor foi “uma manifestação da sua indignação (popular) diante da incapacidade que os dirigentes revelaram em estabilizar uma inflação que causava insegurança e sofrimento para todos.”

Figura 2 – Revista Veja repercutindo a vitória de Fernando Collor de Melo, presidente mais jovem da história do Brasil



Fonte: Acervo Digital da Revista Veja

A esperança, em vários setores da sociedade, era de que a política econômica adotada por Collor recuperasse o desenvolvimento do Brasil, estagnado há mais de 10 anos. Para isso, o presidente chamou sua então assessora Zélia Cardoso para o Ministério da Economia. A ministra tinha planos enérgicos para controlar o crescimento da inflação, diminuir as despesas do governo e promover a negociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI), tudo isso sem que tais ações atrapalhassem o desenvolvimento econômico do país. Não se esperava, porém, que uma outra política econômica fosse adotada pelo governo.

A nova política econômica adotada por Zélia Cardoso, e aprovada por Collor, foi um choque para a sociedade e para a mídia brasileira, que não esperavam tamanha ousadia do recente governo: o novo pacote econômico promovido pelo governo federal previa o congelamento de preço dos produtos, reajustes nas tarifas de luz, telefone e serviços dos Correios, privatização de estatais e, por último, aquela que deixaria a população mais estupefata: o confisco de dinheiro de poupanças e contas correntes, valores que ficariam retidos pelo Estado por um ano. Esse pacote, segundo expectativas do governo, deveria acabar com a inflação que assolava o país.

### 3.2 DENÚNCIA! O CASO PC FARIAS

Com a popularidade em baixa e contando com pouco apoio político depois dos fracassos das políticas econômicas promovidas pelo Palácio do Planalto até

então, a situação do governo Collor tornava-se cada vez mais crítica. O governo estava enfraquecido econômica e politicamente, havia membros do governo envolvidos em denúncias de corrupção e até mesmo o braço direito da campanha eleitoral de Collor estava sob investigação por crime de enriquecimento ilícito: o empresário Paulo César Farias (mais conhecido como PC Farias<sup>16</sup>) estava próximo de se tornar o estopim de uma investigação que atingiria o presidente Collor e resultaria em sua destituição do poder.

Antes de prosseguirmos com nossa explanação, consideramos ser necessário esclarecer o porquê de este tópico ser tão importante para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Pretendemos fazer com que, através dele, o leitor compreenda o que motivou, posteriormente, a abertura do processo de impeachment contra Collor. Esse acontecimento, como já mencionado, foi o estopim para que as acusações contra o presidente fossem investigadas. Não é possível analisarmos o discurso do presidente sobre o impeachment sem antes apresentarmos as condições em que esse(s) discurso(s) foram produzidos. Sigamos adiante.

Com as denúncias de corrupção atingindo o alto escalão da presidência, o governo estava cada vez mais acuado. A administração de Collor não tinha apoio político e o povo já estava começando a desacreditar do governo. Nada caminhava bem para o governo, porém, em maio de 1992, uma bomba foi detonada no Palácio do Planalto, ativada pelo próprio irmão do presidente, Pedro Collor<sup>17</sup>: denúncias de crimes que comprometiam, por extensão, o presidente

Embora o principal objetivo de Pedro fosse derrubar Paulo César Farias, suas denúncias atingiram em cheio o governo de Collor em maio de 1992. A motivação das denúncias feitas pelo irmão do presidente contra o empresário eram de origem empresarial. PC tinha planos de lançar em Alagoas o jornal Tribuna de Alagoas, com o aval de Collor. Tal proposta foi tomada como afronta por Pedro, que era o presidente do jornal Gazeta de Alagoas e das Organizações Arnon de Mello,

---

<sup>16</sup> PC Farias foi encontrado morto junto à sua namorada em junho de 1996, ambos foram atingidos por um disparo de arma de fogo no peito de cada um. As circunstâncias da morte não foram até hoje esclarecidas pelas autoridades, nem mesmo o assassino ou o mandante do assassinato foi identificado. Informação disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/20-do-assassinato-de-pc-farias/caso-pc-20-anos-do-crime/misterio-ate-hoje-e-sem-culpado.shtml>>. Acesso em: jul. 2018.

<sup>17</sup> Pedro Collor foi acometido por um câncer cerebral em 1994. Foi vítima de morte cerebral logo após o início do tratamento com radioterapia, nos Estados Unidos.

veículos que detinham o controle do mercado de comunicação em Maceió e que pertenciam à família de Collor.

A partir dessa investida de PC, Pedro Collor ordenou que o seu veículo de comunicação fosse mais contundente nas críticas e coberturas envolvendo escândalos no governo federal; pouco tempo depois, antes do lançamento do jornal Tribuna, o irmão do então presidente da república ameaçava vaziar um dossiê que continha informações sobre o enriquecimento meteórico de PC, cujas informações movimentariam um escândalo que “respingaria” no Planalto. Para Krieger, Novaes e Faria:

PC e Collor pretendiam lançar o jornal em janeiro de 1992. Pedro passou, então, a vaziar informações de que tinha em mãos um dossiê capaz de colocar PC na cadeia e provocar o impeachment de Collor (...). Em dezembro de 91, Pedro Collor solta seus primeiros tiros. Dá entrevistas à revista Veja e à Folha de S. Paulo questionando a forma como PC conseguira juntar dinheiro para lançar o jornal.

- PC precisa explicar como é que se consegue operar o milagre da multiplicação dos cruzeiros, ironiza (KRIEGER, NOVAES e FARIA, 1992, p. 148).

Em maio de 1992, em uma entrevista para a revista Veja e em um vídeo divulgado pela mesma, Pedro Collor fala em detalhes sobre a negociação entre o presidente e PC Farias. O depoimento de Pedro, segundo a sessão Carta ao Leitor, da revista Veja, era imprescindível para que providências fossem tomadas e, ainda, “por mais que se lamente a dor pessoal e familiar, o depoimento do irmão do presidente não pode ser ignorado” (VEJA, 1992, p. 15).

As denúncias de Pedro Collor contra seu irmão deram início a uma crise política no governo, abrindo a possibilidade para os deputados criarem uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigasse a relação entre o presidente e seu ex-tesoureiro. Segundo Pedro Collor, PC agia como “testa-de-ferro” do presidente, ou seja, o empresário fazia negociações usando seu próprio nome, mas quem estava no “comando” de suas ações era o presidente Collor, tal como foi na negociação do jornal Tribuna:

Quando percebeu o volume de dinheiro que estava sendo injetado no jornal concorrente, Pedro lembrou da época em que Fernando tentou comprar as ações dos irmãos Leopoldo e Ana Luiza. Teve a certeza de que PC agia novamente como testa-de-ferro de Fernando. A briga entre os dois acirrou-se quando a Tribuna tirou jornalistas da Gazeta, oferecendo salários acima

de qualquer comparação com o mercado alagoano(KRIEGER, NOVAES e FARIA, 1992, p. 147-148).

Ainda segundo Pedro Collor, seu irmão, Fernando Collor, detinha 70% dos lucros nos negócios, enquanto PC ficava com apenas 30%, sendo clara a participação do presidente nas negociações e a ciência de que seu amigo agia em seu nome.

A partir dessas denúncias, a grande imprensa - que havia sido um fator importante na vitória de Collor no pleito de 1989, uma vez que muitos desses veículos faziam campanhas a seu favor – tomava distância da imagem do presidente e Fernando Collor perdia o prestígio que mantinha com a imprensa, que passou a investigar as denúncias:

Não há registro em toda a história do Brasil de tantos jornais e jornalistas atrás de provas, utilizando os critérios mais rígidos do jornalismo independente. Até mesmo jornais tradicionalmente mornos, atrelados a versões oficiais, saíram a campo para provar a vinculação de PC com FC. A imprensa travou sua guerra de bastidores, cada qual mais desesperado para dar o furo, buscar a informação exclusiva. Os editores sabiam que se vivia um momento histórico: nunca um presidente brasileiro fora devassado. Quem ficasse longe desse processo pagaria um alto custo para gerações futuras dos leitores(KRIEGER, NOVAES e FARIA, 1992, p. XV).

Com as denúncias veiculadas na imprensa e com a inflação voltando a subir, a população, que havia elegido Collor acreditando em sua moralidade e no seu discurso anticorrupção, espantava-se com o envolvimento do presidente em falcatruas. Tal espanto levou o povo às ruas do Brasil, pedindo a saída de Collor do governo; a esse respeito, discorreremos mais detalhadamente no item 2.4 de nosso texto.

### 3.3 O PROCESSO DE IMPEACHMENT

O processo de impeachment do ex-presidente Collor foi instaurado a partir das investigações apuradas pela CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), a qual havia sido proposta por membros da bancada do PT (Partido dos Trabalhadores), e que tramitou na Câmara dos Deputados após as denúncias feitas por Pedro Collor, irmão do então presidente.

Em suas denúncias, Pedro Collor acusava PC Farias de transitar no meio empresarial intermediando negócios, troca de favores e até mesmo nomeações para

ministérios a partir da cobrança de propinas, ações que teriam aval do presidente. Em meio às denúncias feitas pelo irmão de Collor no mês de maio (Pedro passou o mês inteiro divulgando à imprensa as acusações que tinha da relação entre o presidente e o empresário), o deputado José Dirceu (PT) iniciou uma investigação paralela das contas de PC Farias, solicitando à Receita Federal que realizasse uma sindicância nas declarações de imposto de renda do empresário, na qual foi constatada a disparidade entre o modo e os custos de vida do empresário e a quantia que ele declarava receber. Com as denúncias de Pedro Collor sobre o enriquecimento ilícito de PC, José Dirceu começou a articular a criação de uma CPI para investigar o caso. O objetivo dessa CPI era investigar as denúncias feitas pelo irmão do presidente e esclarecer a relação que havia entre Collor e o empresário.

Inicialmente, com pouco apoio dos deputados e enfrentando opiniões contrárias à abertura da CPI, inclusive dentro do seu próprio partido, o objetivo do deputado José Dirceu era o de controlar os ânimos de setores mais radicais do Partido dos Trabalhadores, os quais começavam a se organizar para pedir o afastamento do presidente. Entre políticos de diferentes partidos, a proposta da CPI era uma precipitação política e, inclusive, desnecessária, visto que muitos membros do Congresso Nacional e do Senado Federal não acreditavam que a CPI poderia comprovar algum crime que comprometesse o presidente.

Com a divulgação do dossiê contra PC Farias, organizado por Pedro Collor, e o vídeo em que esse discorre sobre as denúncias de que o empresário seria “testa-de-ferro” de Collor, a proposta de abertura da CPI ganha mais adesão dos deputados. Somente o PFL (Partido da Frente Liberal, atual Democratas), partido aliado ao governo, não aderiu ao requerimento de abertura da CPI naquele momento (porém, acataria a proposta dias mais tarde, temendo que a sua negativa de adesão fosse considerada uma tentativa do governo de frear as investigações).

Em um primeiro momento da CPI, as investigações das denúncias contra o governo não obtiveram avanços significativos que pudessem comprovar ou refutar a alegação de que o presidente participava das negociações, começando pelo depoimento do próprio irmão do presidente em 4 de junho de 1992. Após ser afastado da direção das empresas da família pela sua mãe, com a alegação de que estava perturbado mentalmente, o irmão do presidente deu um depoimento em que tentou não comprometer ainda mais o presidente. Tal recuo de Pedro Collor animou

a base governista, que acreditava que, em poucos dias, a Câmara encerraria a CPI, uma vez que não havia provas que incriminassem o presidente até aquele momento.

Cinco dias após o depoimento de Pedro Collor, era a vez de PC Farias ser sabatinado na CPI. Seu depoimento era um dos mais aguardados pelos deputados, pois poderia ser decisivo para o avanço das investigações. Logo no início de seu depoimento, o empresário admitiu que havia cometido dois crimes eleitorais: Primeiramente, afirmou ter sido coordenador financeiro da campanha de Collor (o tesoureiro oficial da campanha era Carlos Vieira); ademais, a contabilidade da campanha registrada na Justiça Eleitoral não apresentava todas as doações recebidas de empresários. Ainda em seu depoimento, PC admitiu que intermediou duas negociações envolvendo dinheiro público, a principal delas envolvia a Petrobrás, operação na qual o empresário pressionou o presidente da estatal, Luis Octávio Veiga, para que liberasse um empréstimo de 40 milhões de dólares para a empresa de aviação VASP, sendo 30 milhões em combustível e 10 milhões em espécie. Em troca, a BR Distribuidora ganharia o direito de ser a principal fornecedora de combustível da empresa.

### 3.4 DOS CARAS-PINTADAS À RENÚNCIA AO CARGO

O movimento dos caras-pintadas foi um conjunto de manifestações contra o ex-presidente Fernando Collor, que teve início em agosto de 1992. De caráter suprapartidário, o movimento era heterogêneo, pois agregava pessoas dos mais diferentes níveis da sociedade e idades, especialmente os mais jovens. Inicialmente, segundo (DIAS, sem ano), o movimento não tinha o nome nem as cores com as quais ficaria posteriormente conhecido.

Conforme o autor, o movimento dos caras-pintadas tinha raízes na década anterior, quando a juventude ganhou, com a Constituição de 1988, o direito ao voto a partir dos 16 anos de idade<sup>18</sup>. Aqui, permitimo-nos ir além do referido autor: as manifestações podem ter, sim, origem nas eleições de 1989, mas também em movimentos também populares que ocorreram na mesma década (1980) e que

---

<sup>18</sup> É importante mencionar tal “origem” aqui, pois embora o movimento dos caras-pintadas fosse um movimento popular e heterogêneo, ficou marcado como um movimento da juventude. Discorreremos mais sobre essa característica mais adiante nesse mesmo texto.



obtiveram sucesso, como o movimento pelas “Diretas já!” e pela volta da democracia.

O ponto culminante para o início das organizações pró-impeachment aconteceu no final de julho, quando surgiram provas concretas que comprovavam a ligação entre PC Farias e o presidente Collor. Com as provas, vieram junto o descontentamento popular (que evoluía de forma gradativa à medida que as denúncias surgiam) e a organização de manifestações que pediram o impeachment do governante. A ideia era que os protestos ocorressem ainda no início do mês de agosto, quando a CPI fosse encerrada<sup>19</sup>.

As primeiras manifestações ocorreram nos dias 7 de agosto de 1992 em quatro cidades (Porto Alegre, Curitiba, Recife e São José dos Campos) e reuniram aproximadamente dez mil pessoas. A segunda manifestação ocorreu no dia seguinte e reuniu cerca de quatro mil pessoas “no centro de São Paulo em um Ato Público pela Ética na Política, promovido pelo MEP” (SALLUM, 2015, p. 272).

No dia 11 de agosto, organizada por grupos de estudantes como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), em uma alusão ao dia do estudante, ocorreu a maior das manifestações até então, a qual reuniu aproximadamente sete mil pessoas que protestavam pedindo o impeachment de Collor. Segundo Sallum(2015, p. 274) “essa manifestação uniu, de fato, uma passeata de cerca de 7 mil estudantes, que caminhou da Avenida Paulista até o Largo de São Francisco”. Dois dias após essa manifestação, em um discurso exaltado e improvisado, Collor pediu, conclamou aos brasileiros que vestissem verde e amarelo no próximo domingo (16) para manifestarem-se a favor de seu governo. O “tiro saiu pela culatra” e, ao invés de vestirem verde e amarelo, a população saiu de preto para as ruas. Naquele momento,

[...] as pessoas se vestiram de preto. Sem nenhuma organização prévia nas ruas com roupas negras, tiras pretas no braço ou panos negros amarrados nas antenas dos carros. Collor tinha subestimado o Brasil (SCHWARCZ, 2018, p. 495).

---

<sup>19</sup> É importante mencionar que outras manifestações já haviam sido realizadas em momentos anteriores, mas segundo (SALLUM, 2015, p. 270): “As mobilizações que se realizaram até então, recorde-se, tinham sido promovidas pelo MEP (Movimento pela Ética na Política) e incorporaram não muito mais do que lideranças e ativistas de suas várias organizações componentes em apoio aos parlamentares opositores, em atos públicos realizados em locais fechados.”

As manifestações ganhavam cada vez mais espaço nas mídias e nas ruas e, no fim de agosto, mais de 500 mil pessoas já se mobilizavam nas principais capitais pedindo o impeachment. Segundo Schwarcz:

[...] as manifestações políticas voltaram às ruas das grandes cidades com força total. Traziam novidades: o traço carnavalesco e a marca do bom humor. Surgiram bonecos gigantes de Collor vestido como presidiário, fantasias de ratazanas e com bigodes e óculos como os de Paulo César Farias, esquifes com o nome do presidente e de Zélia Cardoso de Mello. Os estudantes, que já andavam indóceis, pintaram o rosto de preto ou de verde e amarelo – eram chamados “caras-pintadas” –, convocaram a população para protestar e sacudiram as manifestações com a palavra de ordem: “Fora Collor” e “Impeachment já!” (SCHWARCZ, 2018, p. 495).

A partir desse momento de descontentamento popular e da vontade de ver a justiça sendo feita, as manifestações passaram a ganhar novos contornos, novas caras e novas cores. Sobre os rostos pintados, Sallum (2015) afirma que tal prática surgiu como uma forma de protesto dos manifestantes contra Collor, no que seria uma alusão às pinturas de guerra indígenas. Em contrapartida ao pedido de Collor, como vimos, os protestos ganham mais cores, entre elas o verde e amarelo, que caracterizaria o movimento dali por diante. Ainda segundo Dias,

Os “rostos pintados”, de verde e amarelo, acabaram sendo utilizados como uma demonstração de patriotismo. Para não serem confundidos, porém, com os simpatizantes de Collor, estes manifestantes passaram a utilizar-se de roupas pretas. Ostentavam, assim, um luto simbólico (DIAS, sem ano, p. 10).

À essa altura, segundo Dias, o movimento começou a ganhar um ar mais juvenil, uma vez que a participação de jovens nas manifestações aumentava gradativamente, como é possível observar na figura 2. Ao som de “Alegria, alegria”, canção de Caetano Veloso<sup>20</sup>, os jovens, estudantes secundaristas e universitário, aderiam cada vez mais às manifestações contra o presidente. Segundo Fausto (2015, p. 477), os jovens caras-pintadas eram oriundos predominantemente da classe média. Consoante à essa afirmação, Dias afirma que

---

<sup>20</sup> Pelo menos dois dos autores consultados para essa pesquisa trazem a minissérie “Anos Rebeldes”, produzida pela TV Globo no mesmo ano das manifestações, como uma espécie de “referência” para os jovens que aderiam aos movimentos. A trama da minissérie baseava-se nos movimentos estudantis/juvenis que foram às ruas contra a ditadura no final da década de 60. Muitos elementos foram tirados da ficção para a realidade, entre elas a música de Caetano Veloso: “um dos símbolos apropriados pelos manifestantes foi sua música tema, ‘Alegria, alegria’, de Caetano Veloso (...). Ela lembrava o impulso à rebeldia dos jovens de outros tempos (...)” (SALLUM, 2015, p. 276- 277).

quando tentamos traçar um perfil do jovem 'cara-pintada' percebemos que ele majoritariamente pertence às camadas médias. Isso não chega a ser surpreendente, pois, no contexto geral, a maior parte dos estudantes secundaristas ou universitários pertence a essas camadas (DIAS, sem ano, p. 8).

Manifestações ocorridas em dias úteis da semana corroboram a afirmação dos autores, uma vez que a participação de outros setores da sociedade nesses dias era dificultada devido a fatores, como trabalho, transporte, etc.

Figura 3 – Jovens no movimento "Caras-pintadas" de 1992, que pedia o impeachment do Presidente Collor.



Fonte: O Globo<sup>21</sup>.

O movimento dos caras-pintadas ainda se manteve ativo por mais alguns meses, até que se desse o pedido de renúncia do presidente Collor, culminando no encerramento do processo de impeachment. É possível afirmar que as manifestações daquela geração tiveram impactos importantes no desenvolvimento daquele processo, pressionando o governo a ter um posicionamento. A mobilização popular de 1992 conquistou o objetivo ao qual se propusera: Collor renunciou ao

<sup>21</sup> Disponível em: <[https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/9666104-666-  
adf/imagemHorizontalFotogaleria/0000-053668-\\_19920915.jpg](https://acervo.oglobo.globo.com/incoming/9666104-666-adf/imagemHorizontalFotogaleria/0000-053668-_19920915.jpg)>. Acesso em: jul. 2018.

cargo de Presidente da República e teve o seu mandato cassado por oito anos. Outras manifestações de intensidade e engajamento semelhantes surgiram depois, como as manifestações contra Dilma Rousseff, como veremos no capítulo seguinte.

## 4 A PRIMEIRA MULHER PRESIDENTA DO BRASIL

Figura 4– A presidenta Dilma Rousseff em sua posse presidencial em 1º de janeiro de 2011.



Fonte: Estadão<sup>22</sup>.

### 4.1 DE MINISTRA-CHEFE DA CASA CIVIL A CANDIDATA À PRESIDÊNCIA

As eleições de 2010, assim como as eleições de 1989, foram um grande marco desde a queda do regime militar e a volta da democracia. Havia grande

---

<sup>22</sup> Disponível em: <<https://internacional.estadao.com.br/blogs/olhar-sobre-o-mundo/governo-dilma-rousseff/>>. Acesso em: jul. 2018.

expectativa sobre quem seria o novo ocupante da Presidência da República após o término do período de oito anos em que Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente. O governo do ex-presidente Lula gozava de altos índices de popularidade com o eleitorado brasileiro, chegando a 87% em dezembro de 2010, “de fato, superado o abalo provocado pelo escândalo do ‘mensalão’, a popularidade de Lula só fez subir ao longo de seu segundo mandato, atingindo níveis sem precedentes” afirma o historiador Bóris Fausto (2015, p. 555). O novo eleito teria, em função da popularidade de Lula, o grande desafio de mantê-la ou superá-la, além de estar preparado para a enxurrada de comparações que seriam feitas com o governo anterior (fosse positivamente, fosse negativamente).

Gozando de alta popularidade com os eleitores, o ex-presidente Lula tinha em seu ministério um grande trunfo para a escolha do seu sucessor. Seu partido, o PT, não tinha preparado um bom nome para concorrer ao pleito de 2010 e isso começava a preocupar o líder do Partido dos Trabalhadores, visto que não poderia concorrer novamente naquela eleição e não tinha um candidato natural. Em meados de 2008, começaram a surgir boatos de que o candidato de Lula à sucessão seria a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. A ministra já havia assumido o Ministério de Minas e Energia no primeiro mandato do ex-presidente (2003-2007), quando lançou o programa “Luz para todos”, o qual tinha o objetivo de fazer investimentos em regiões do país que ainda não dispunham de luz. Após a queda do ministro José Dirceu, que comandava a pasta da Casa Civil, devido aos escândalos do mensalão, Dilma foi convidada por Lula para assumir o ministério. Conforme Fausto (2015, p. 55) “Dilma Rousseff foi uma escolha pessoal de Lula, confiante que poderia transferir-lhe o imenso cacife político e eleitoral que havia acumulado.

No Ministério da Casa Civil, Rousseff teve um papel fundamental para o aumento da popularidade de Lula; enquanto esteve no comando do ministério, Dilma foi responsável por formular e executar o projeto que envolvia obras de infraestrutura, habitação, transporte e geração de energia. O programa idealizado por Dilma, denominado Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), foi o grande trunfo utilizado por Lula para lançar, extraoficialmente, a candidatura da então ministra Dilma Rousseff, chamando-a de “mãe do PAC”.

Tal enunciado visava não só dar os créditos à ministra pelo programa em questão, mas também transmitir aos eleitores um ar maternal para a pessoa Dilma Rousseff, que era conhecida por ser dura com funcionários do ministério. Atrelado a

isso, a ministra vinha passando por um processo de mudança visual, empreendimento que buscava suavizar sua imagem e deixar de lado sua aparência considerada, por muitos, sisuda. A ministra trocou os óculos de grau pelas lentes de contato, os terninhos sóbrios deram lugar a roupas coloridas, a candidata também realizou procedimentos estéticos e mudou até mesmo o jeito de falar, deixando de usar a linguagem técnica, que costumeiramente utilizava, passando a valer-se de um vocabulário que fosse mais acessível a todos os públicos.

Com o aval de Lula para concorrer à Presidência da República, Dilma Rousseff aparecia nas pesquisas de intenção de voto para as eleições presidenciais 30 pontos atrás do primeiro colocado, José Serra (PSDB). Sua estratégia para angariar votos era o apoio do próprio presidente Lula e sua popularidade. O presidente participava ativamente e sempre que podia dos comícios promovidos pela candidatura de Dilma Rousseff. Com isso, a candidata se colocava (bem como o presidente também a colocava) como a única candidata capaz de dar continuidade aos trabalhos já realizados por Lula na presidência.

Ao mesmo tempo em que costurou uma ampla aliança eleitoral, o presidente lançou-se em campanha aberta em favor de Dilma Rousseff, muito antes do início oficial da campanha, aproveitando ambiguidades e brechas presentes na legislação relativa à participação do chefe de Estado em campanhas eleitorais (FAUSTO, 2015, p. 555).

O primeiro turno das eleições de 2010, que tinha entre os candidatos para a presidência, Marina Silva (ex-PT) e José Serra (PSDB), terminou com saldo positivo para os petistas: Dilma Rousseff foi para o segundo turno das eleições com mais de 47 milhões de votos, contra pouco mais de 33 milhões de José Serra, candidato oponente direto no 2º turno.

Marina Silva, além de angariar os votos de eleitores identificados com a sua biografia e com a sua plataforma em favor de uma “nova visão do desenvolvimento”, com ênfase na temática ambiental, e um “novo jeito de fazer política”, mais aderente a princípios, capturou o voto religioso (...) Assim, a candidata do PV, ela própria evangélica, conquistou a surpreendente fatia de 20% dos votos válidos, à qual, somada aos 33% de Serra, obrigou à realização de um segundo turno (idem).

Diferentemente do que aconteceu na campanha de Collor, em que a mídia apoiava abertamente a candidatura do alagoano, a grande mídia não poupava críticas à Dilma, em busca de desacreditar a sua candidatura.

Em 31 de outubro de 2010, Dilma Vana Rousseff, que nunca havia concorrido a nenhum cargo eletivo, tornou-se a primeira mulher presidenta do país, desbancando o veterano José Serra.

#### 4.1.1 Primeira mulher eleita presidenta do Brasil

A eleição da ex-ministra Dilma Rousseff, em 2010, apresentava singularidades, assim como a eleição de Collor para a Presidência da República, tais como ser o presidente mais jovem da história e, também, o primeiro presidente eleito pelo voto dos eleitores; a vitória de Dilma foi um marco na conjuntura política brasileira. A singularidade na eleição da ex-ministra passava sempre pelos enunciados que aludiam ao fato de ser Dilma primeira mulher eleita Presidenta da República, como podemos verificar nas imagens a seguir:

Figura 5 – Repercussão da vitória de Dilma Rousseff no portal de notícias G1



### **Brasil elege sua 1ª mulher presidente**

TSE anunciou resultado às 20h13. Com 99,99% apurados, petista tem 56,05% dos votos válidos, à frente do adversário, o tucano José Serra, com 43,95%.

Fonte: G1<sup>23</sup>.

Figura 6– Repercussão no portal de notícias Gazeta do Povo

<sup>23</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/>>. Acesso em: jul. 2018.



## Dilma Rousseff é a primeira mulher presidente do Brasil

Às 20h14 deste domingo, o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, anunciou que Dilma está matematicamente eleita. A mineira de 62 anos, iniciou a carreira política no RS, onde ocupou a secretaria de Minas, Energia e Comunicação

Fonte: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/eleicoes/2010/dilma/dilma-rousseff-e-a-primeira-mulher-presidente-do-brasil-120z4xsmvldplqob8thvpic7i>

De fato, a vitória de Dilma trazia consigo um novo momento para a política brasileira e, para as mulheres, em geral, demonstrava que a sua participação ganhava espaço em todos os níveis da sociedade, chegando até mesmo à esfera política. Nunca, no Brasil, uma mulher teve tantos poderes. Como afirma Maria da Conceição Fonseca-Silva(2013, p. 240), ao analisar enunciados divulgados na mídia, após a vitória de Dilma Rousseff, compreende-se

O nome Dilma Rousseff, nesse sentido, deixa de figurar uma pessoa para figurar um lugar que representa todas as gerações de mulheres brasileiras (anônimas, esquecidas, pouco lembradas), que não aceitaram as injunções impostas pela sociedade e se colocaram no lugar de resistência(FONSECA-SILVA, 2013, p. 240).

Com a eleição da ex-ministra, a dúvida que pairava no ar era se seu mandato seria dela, se seria ela, de fato, a governante, ou se Lula estaria por trás de todas as decisões tomadas pelo novo governo. Grande parte da população compreendeu que Dilma soube lidar muito bem com essas questões logo na divulgação dos resultados da eleição, ao afirmar que Lula seria seu conselheiro, mas que seu governo teria identidade própria, ou seja, não viveria nas sombras do governo anterior.

Quando tomou posse, a presidenta tinha ao seu dispor a maioria parlamentar no Congresso Nacional – embora não tivesse uma boa articulação política para negociar com os deputados, ter a maioria dos deputados da base aliada do governo era benéfico para a nova presidenta, uma vez que seria mais fácil a aceitação de seus na Câmara. Para articular as negociações com os deputados no Congresso, Dilma nomeou Antônio Palocci para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil.

A personalidade forte de Dilma foi alvo de muitas matérias divulgadas pela mídia. Era sabido pela imprensa que a presidenta eleita era bastante exigente consigo e com os funcionários que trabalhavam com ela. Segundo as informações que circulavam à época, Rousseff não aceitava demoras ou relatórios incompletos, configurando uma personalidade diferente daquela construída com base em um ar maternal durante a campanha.

#### 4.2 A REELEIÇÃO

Nas eleições de 2014, a presidenta Dilma Rousseff voltou a concorrer à Presidência da República, dessa vez mais enfraquecida política e economicamente. Ainda com o apoio do ex-presidente Lula, o primeiro mandato de Dilma Rousseff passou por dois momentos de turbulência intensa, o que deixou o governo fragilizado.

Diferentemente de seu antecessor, a presidenta chegava ao pleito de 2014 com a popularidade em baixa em pleno ano eleitoral, chegando ao mais baixo índice de aprovação (de apenas 33%) desde que assumira a presidência, resultado das manifestações de junho de 2013. Conforme aponta Bresser-Pereira (2016, p. 374), “a consequência imediata das manifestações populares de junho de 2013 foi uma grande queda dos índices de popularidade da presidente, que passou de 65% de ‘bom’ ou ‘excelente’ a metade disso”

Essa queda nos níveis de aprovação do governo estava relacionada, assim como no governo Collor, ao baixo crescimento da economia, que estava aquém do esperado. A inflação, contudo, não atingiu níveis alarmantes, que pudessem preocupar o governo, mas isso não impediu que a política econômica adotada pelo governo sofresse críticas expressivas. Outro momento que incidiu sobre a queda da popularidade do governo foram as manifestações de junho de 2013, as quais tiveram origem com o aumento da tarifa das passagens dos transportes públicos nas capitais brasileiras, manifestações que somaram-se aos reclames contra a realização da Copa das Confederações, que ocorria naquele mesmo período no país, bem como contra a Copa do Mundo de futebol, que seria sediada no ano seguinte no país, movimentando grandes montantes de investimento de capital público. Esses dois momentos deixaram o governo fragilizado para as eleições de 2014, como veremos no item 3.4 deste trabalho.

O pleito de 2014 tinha entre os principais candidatos a presidenta Dilma Rousseff, o mineiro Aécio Neves e o pernambucano Eduardo Campos. Estavam esses três candidatos correndo na frente nas pesquisas de intenção de voto, sendo a ordem acima colocada a mesma posição das pesquisas divulgadas.

Com as campanhas eleitorais em andamento, a eleição daquele ano passou por um momento perturbador: o presidenciável Eduardo Campos sofreu um acidente de avião em agosto de 2014, quando viajava do Rio de Janeiro ao Guarujá para cumprir agenda de campanha. O avião em que estava o candidato caiu no quintal de uma casa em Santos, matando os setetripulantes e ferindo outras 6 pessoas em solo. A morte de Eduardo Campos causou comoção no Brasil inteiro e mudou o rumo das eleições daquele ano. Em seu lugar, Marina Silva, que era sua vice, assumiu o papel de candidata à presidência, alterando expressivamente os números das pesquisas eleitorais.

Com a entrada da candidatura de Marina Silva para a presidência, confirmavam-se três candidatos favoritos para governar nos próximos quatro anos: Marina Silva, Aécio Neves e Dilma Rousseff. As primeiras pesquisas divulgadas pela imprensa depois da inserção de Marina Silva indicavam que a intenção de votos havia aumentado dos 8% de Campos para 21% com Marina. Nesse momento, Dilma ainda liderava as pesquisas, seguida de Marina e Aécio.

No decorrer da campanha, após passada a sensibilização pela morte de Eduardo Campos, Marina perdia pontos segundo as pesquisas, dando espaço para Aécio Neves. O candidato do PSDB cresceu tanto nas intenções de voto, que saiu em primeiro lugar no 1º turno das eleições, deixando a então presidenta para trás, o que levou os candidatos ao segundo turno. Schwartz (2018, p. 515) afirma que, “no segundo turno, restaram no páreo Dilma Rousseff, do PT, e Aécio Neves, do PSDB, e os dois partidos cantaram antes da apuração das urnas.”

Às vésperas do segundo turno, que ocorreria em 26 de outubro, as pesquisas de intenção de voto mais uma vez apontavam Aécio Neves como o vencedor das eleições presidenciais daquele ano. Com o apoio de Marina Silva, o candidato estava conquistando o voto dos eleitores da ex-ministra, contando com sua vitória como certa.

Em 26 de outubro, após o término da votação e o início da contagem dos votos, Aécio saiu novamente na frente e, com os altos números, acreditava que ganharia a eleição com larga vantagem sobre a segunda colocada. Aécio já estava

em preparação para falar publicamente com os eleitores e agradecer a vitória, quando a candidata do PT virou a disputa. Dilma Rousseff atingiu a marca de 51,64% dos votos válidos contra 48,36% de Aécio, com uma diferença de apenas 3,4 milhões de votos, uma disputa acirrada, que só perdia para a eleição de 1989, quando a diferença entre o primeiro e o segundo colocados foi de pouco mais de um milhão de votos.

Ainda com maioria no Congresso e no Senado Federal, a expectativa era de que o novo governo de Dilma tivesse uma situação delicada nas duas casas, isso porque o principal partido da base aliada do governo, o PMDB, partido de seu vice-presidente Michel Temer, havia se dividido nas eleições entre as candidaturas de Dilma e Aécio; além disso, o partido da presidenta havia conquistado menos cadeiras, tanto no Congresso quanto no Senado.

O candidato derrotado cumprimentou a presidenta reeleita pela vitória e manteve tom cordial após a divulgação dos resultados. Porém, quando voltou a assumir seu cargo no Senado, Neves prometeu que não deixaria Dilma “descansar”, e cobraria por todas as promessas de campanha feitas pela petista e

Quatro dias após o anúncio da reeleição, Aécio Neves e o PSDB solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral uma auditoria formada por técnicos indicados pelos partidos da coligação derrotada, para a fiscalização de todo o processo eleitoral – alegavam que havia dúvida sobre a lisura do resultado (SCHWARCZ, 2018, p. 515)

O posicionamento de Aécio Neves e de seu partido após as eleições de 2014 foram, sem dúvidas, um dos pilares fundamentais do impeachment de Dilma, pouco mais de um ano depois do resultado da eleição. Além disso, o resultado das eleições e o discurso de Aécio motivariam reações adversas dos seus eleitores, adentos sobre os quais nos debruçamos a seguir em nosso texto.

#### 4.3 A OPERAÇÃO ‘LAVA-JATO’

Um processo de impeachment é resultado de uma sequência de acontecimentos que viabilizam a sua instauração, assim como foi com a série de denúncias feitas por Pedro Collor e reveladas pela revista Veja e, posteriormente, a CPI, que apurou o envolvimento do ex-presidente Fernando Collor com o empresário PC Farias, que mencionamos anteriormente e que culminou no impeachment do

presidente. Ao trazermos para reflexão a operação “Lava jato”, entendemos que este evento é o ponto de partida de vários outros acontecimentos que culminaram no impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, tais como as manifestações de 2015(sobre a qual discorreremos no item 3.4 deste capítulo), a CPI da Petrobrás e as denúncias de que a ex-presidenta havia praticado pedaladas fiscais<sup>24</sup>. Tal percurso histórico em torno do processo auxiliará no entendimento das condições de produção em que o discurso sobre o impeachment foi produzido.

A operação “Lava jato” foi deflagrada em março de 2014 pela Polícia Federal (PF) e recebeu esse nome devido à, na primeira fase de investigações, descoberta do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de veículos que era utilizada para movimentar valores de origem ilícita por parte das empresas investigadas. O objetivo dessa operação era investigar crimes cometidos por doleiros<sup>25</sup> com uso do dinheiro público. A partir dessa investigação inicial, foi descoberto um grande esquema de corrupção dentro da Petrobrás, envolvendo políticos de vários partidos, além de construtoras como Odebrecht, Andrade Gutierrez e OAS.

A investigação detonou um bilionário esquema de corrupção na Petrobras que envolvia um punhado de altos funcionários da estatal, as dezesseis maiores empreiteiras do país organizadas em cartel e os principais partidos políticos brasileiros – PMDB, PP, PSD, PSDB, PT. Tudo interligado: obras, contratos, suborno para políticos, partidos e funcionários públicos(SCHWARCZ, 2018, p. 514).

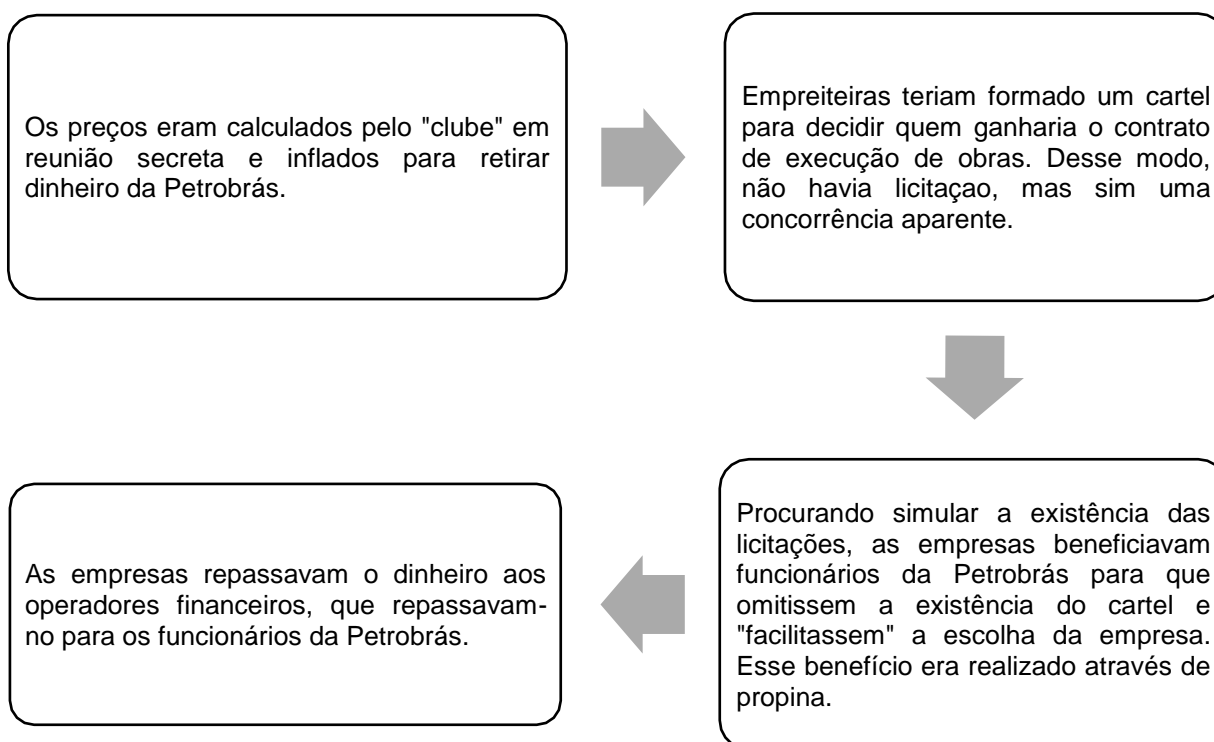
Segundo o site do Ministério Público Federal, a operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que já foi efetuada no Brasil. O esquema de corrupção na Petrobrás funcionaria da seguinte forma, conforme apresentado no Gráfico 2, que apresentamos a seguir:

---

<sup>24</sup> “O termo é usado pelos técnicos da área econômica para indicar a postergação pela União de um pagamento de um mês para outro ou de um ano para o outro. O expediente das pedaladas engorda o caixa do Tesouro e permite inflar artificialmente o superávit primário, de modo a criar a ficção de que o resultado obtido pelo governo melhorou (...)” (SCHWARCZ, 2018, p. 517)

<sup>25</sup> “Doleiros são operadores do mercado paralelo ou ilegal de câmbio, que formam um sistema bancário informal e clandestino. Existem em vários países do mundo. Eles atuam no Brasil basicamente de cinco modos: compra e venda de dólares no mercado de balcão de modo ilegal, por meio das operações de dólar-cabo, administração de ‘caixa 2’, remessa de dinheiro por meio de contratos de importação fraudulentos e transformação de dinheiro eletrônico em espécie.” Consultado no dia 22 de maio de 2017. Fonte: Ministério Público Federal. Disponível em: [www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/perguntas-e-respostas](http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/perguntas-e-respostas)

### Quadro 3– Esquema de corrupção na Petrobrás



Fonte: Adaptado de MPF.

Com o andamento das investigações a pleno vapor, a Polícia Federal (PF) fez um acordo de delação premiada com empreiteiros e ex-diretores da Petrobrás envolvidos no esquema. Dessa forma “graças a um instituto jurídico recentemente adotado pela lei brasileira, a ‘delação premiada’ (informações dadas pelos réus com a redução de suas penas), em menos de um ano a Lava Jato enviou 96 pessoas à prisão (...)” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 381). Com isso, começaram a surgir com grande frequência nomes de políticos que estavam envolvidos com os esquemas de corrupção, entre eles aquele que seria um dos principais responsáveis pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff: Eduardo Cunha.

Entre as investigações da operação Lava Jato, foi descoberto que o deputado Eduardo Cunha havia recebido propinas do lobista João Augusto, responsável por encaminhar propinas de superfaturamentos para políticos do PMDB, a partir da compra do Bloco 4, campo de petróleo localizado em Benin, na África, efetuada pela Petrobrás no valor de 34,5 milhões de dólares. Desse valor repassado pela Petrobrás, um terço foi encaminhado para o lobista, o qual repassou para uma das contas de Cunha, na Suíça, o valor de 1,5 milhão de dólares. Em 2015, o deputado

havia omitido em seu depoimento para a CPI da Petrobrás que possuía tais contas na Suíça, o que originou o pedido de cassação de seu mandato (sobre o qual discorreremos logo adiante). A partir dessas investigações, uma denúncia foi feita pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, no Supremo Tribunal Federal (STF), contra o deputado, com base em acusações de corrupção passiva, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e falsidade ideológica, processo que o tornou réu do tribunal.

Em meio a tais acusações, tramitava no Conselho de Ética da Câmara o pedido de cassação do mandato do deputado, acusado de quebra de decoro parlamentar por ter omitido, em seu depoimento na CPI, a existência de duas contas na Suíça controladas por Eduardo Cunha. O pedido de cassação do mandato de Eduardo Cunha estava em curso desde 2015, mesmo período em que ainda era presidente da Câmara dos Deputados, quando acatou o pedido de abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Quando Cunha acatou o processo de impeachment da então presidenta, em dezembro de 2015, pedido protocolado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, a atitude do deputado foi considerada como um ato de vingança contra o PT, isso porque o deputado teria ficado irritado com o voto favorável da bancada daquele partido à abertura do processo de cassação do seu mandato no Conselho de Ética. Cunha, em contrapartida, defendeu-se, afirmando que só havia acatado a esse pedido por atender aos requisitos formais e legais exigidos para dar entrada ao pedido de abertura do processo de impeachment (ao todo, outros 34 pedidos foram rejeitados pelo então Presidente da Câmara dos Deputados).

#### 4.4 MANIFESTAÇÕES DE 2015: A VOLTA DOS CARAS PINTADAS

Mais uma vez, um processo de impeachment e, mais uma vez, o povo vai às ruas. Assim como em 1992, durante o processo que culminou na destituição do ex-presidente Collor, o povo voltou às ruas das grandes e pequenas cidades do país pedindo – novamente – a destituição de um presidente eleito. Nesse caso, uma presidenta.

É importante mencionar que as manifestações as quais aqui nos referimos não tiveram início efetivamente em 2015, mas tiveram origem em uma onda de

protestos que começou em junho de 2013, com o surgimento, em São Paulo, de manifestações que indicavam, inicialmente, o descontentamento com o aumento do valor da passagem do transporte público urbano, conforme afirma Schwarcz (2018):

No dia 7 de junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), formado por militantes de diversos partidos políticos, posicionados no campo das esquerdas, saiu às ruas, na capital paulista, exigindo a revogação do aumento nas tarifas de transporte. Surpreendentemente, porém, o que parecia ser apenas uma reivindicação municipal produziu uma onda gigantesca que arrastou consigo muita gente, projetos e esperança (SCHWARCZ, 2018, p. 512).

Conforme segue a autora, os protestos expandiram-se para outras grandes capitais e demais cidades do país, e tinham como pauta não mais somente o descontentamento com valor da passagem, mas também diversas outras demandas populares, como a desvalorização da educação em detrimento, por exemplo, a valorização exacerbada de jogadores de futebol (em referência à Copa do Mundo que aconteceria no ano seguinte) e a exigência de ações contra a corrupção.

Eles (manifestantes) varreram doze capitais e as grandes cidades brasileiras em 470 manifestações que revelavam um sentimento de insatisfação e de frustração, além de defender uma agenda meio caótica de mudanças, que questionava desde o alto salário de jogadores de futebol até a baixa remuneração dos professores; não perdoava os políticos e a corrupção; criticava os gastos do governo que não investiam na infraestrutura do país; e exigia reformas educacionais. (Idem, idem).

As manifestações não tinham um único órgão organizador, tampouco apoio de partidos políticos, um dos principais diferenciais dos protestos. As manifestações públicas aconteciam em dias de semana e não eram programadas em reuniões de líderes sindicais e/ou estudantis, mas surgiram e ganharam espaço a partir de uma nova ferramenta que estava se tornando cada vez mais presente na vida das pessoas: as redes sociais. A partir da mobilização por meio de tais ferramentas é que as manifestações começaram a ganhar contornos políticos e angariar novos públicos. Segundo Indursky (2016), as redes sociais foram fundamentais para as manifestações daquele ano. Isso porque, conforme a autora,

No espaço virtual, em que as relações não são verticais, onde não há uma liderança única, responsável pela convocação, diferentes sujeitos, identificados com aquela reivindicação, sentiram-se interpelados a participar e foram passando e repassando o chamado às manifestações e informando



o ponto e a hora do encontro. E o povo comparecia em massa, formando manifestações muito numerosas (INDURSKY, 2016, p. 70-71).

Assim como as manifestações se popularizavam, a desconfiança de parte da sociedade (que não participava dos protestos) e da mídia tradicional, aumentava também, isso porque os manifestantes eram considerados vândalos ou desordeiros. Dessa forma, a sociedade “defendia-se” como podia: abrimos espaço em nosso texto para recordar quando, em um dia de manifestos, saímos da aula e fomos ao centro da cidade de Santa Maria, no interior Rio Grande do Sul, para observar uma das manifestações (e talvez até participar, fosse o caso). Nessa ocasião as lojas fechavam mais cedo, as pessoas iam rapidamente embora, por medo do tumulto que pudesse ser causado ali. Nunca havíamos visto a cidade acuada daquela forma, o que nos impediu de participar dos movimentos que ali aconteceriam e, até mesmo, de observá-los de longe.

Esses movimentos, que até então eram pacíficos, passaram a ser combatidos pelas forças policiais, especialmente nas capitais, o que gerou uma reação em parte dos manifestantes que não eram tão pacíficos: os chamados *black blocks*. Os *black blocks* eram pessoas que usavam máscaras e agiam de forma violenta, destruindo fachadas de prédios públicos e particulares: “mascarados, com uma pose bastante marcial, vestidos com cores escuras, defendiam uma postura libertária, mas guardavam uma atitude padronizada, violenta e agressiva (...)” (SCHWARCZ, 2018, p. 513).

Essa onda repressiva contra os manifestantes gerou, conforme Indursky (201), uma série de novas manifestações - as pessoas que participavam dos atos e não agiam com violência não queriam ser confundidas com os mascarados – que criticavam a violência com a qual os protestos estavam sendo controlados. Em pouco tempo, porém, a mídia tradicional, que antes tratava os manifestantes como vândalos<sup>26</sup>, usou os enunciados produzidos nas manifestações para direcionar as críticas ao governo federal. Ainda segundo Indursky,

---

<sup>26</sup> Sobre essa nomeação, Indursky discorre: “Tal nomeação joga com dois efeitos de sentido: por um lado, dá-lhes existência, retirando-os do anonimato e, por outro, desqualifica-os politicamente para comporem os movimentos sociais. Ao criminaliza-los, deslegitima-os, apagando o sentido de protesto (...) Para a polícia e para a mídia conservadora, tratava-se de um discurso totalmente opaco, da ordem da não-compreensão, pois, para interpretá-lo, impunha-se deslocar-se de seu lugar ideológico. Só assim poderiam ler aí uma crítica feroz ao capitalismo. Por esta razão, essa forma de protesto mais radical foi ressignificada como vandalismo” (INDURSKY, 2016, p. 76).

as mídias tradicionais perceberam que poderiam tirar partido de enunciados como “corrupção não me representa”, tratando aqueles enunciados genéricos, cujo destinatário estava indeterminado, como se tais “recados” políticos se destinassem exclusivamente à presidente Dilma e seu partido. Ou seja: trataram de domesticar o sentido de um enunciado-protesto genérico para aplica-lo a quem lhes interessava atingir(INDURSKY, 2016, p. 72).

Com esse posicionamento político das mídias tradicionais, o que eram protestos que tinham como plano de fundo ideias posicionadas à esquerda, começam a ganhar novos contornos, novos manifestantes e novas pautas. Por não ser organizado por um único grupo, como costumavam ser os protestos, as manifestações de 2013 ganharam a adesão de novos grupos que sustentavam ideais diversos daqueles iniciais, fazendo lembrar a afirmação de Indursky (idem), de que “sem liderança, não há unidade de demandas”. Vale lembrar que as manifestações tiveram início em capitais como São Paulo e Porto Alegre, que tinham em seus respectivos executivos, governos alinhados com ideais de liberais na economia e conservadores nos costumes, orientações que se mantêm à direita do espectro político.

O posicionamento da mídia, comprometido com “deixar de lado” o discurso de que os manifestantes eram vândalos em detrimento do discurso de que, naquele momento, tratava-se de pessoas que estavam em busca de um futuro melhor para o seu país, foi o ponto crucial para que setores da classe média brasileira se sentissem confortáveis para saírem às ruas.

Esses novos manifestantes se vestiam de verde e amarelo, se cobriam com a bandeira nacional, assim identificando-se e tomando posição. Incorporavam frequentemente um nariz de palhaço a significar o momento político e, dessa forma, significando-se também (INDURSKY, 2016, p. 73).

Esse movimento das mídias sobre a construção da imagem dos participantes das manifestações de junho de 2013 é que, como referido, orientou, em parte, novos caminhos para os protestos daquele ano, e que teve ainda outra dimensão nos anos posteriores. Ainda em 2013, segundo Schwartz (2018, p. 513) “já se anunciava um ativismo de pendor individualista, uma postura intransigente e pautada no ódio, e cada vez menos afeita ao diálogo. (...) Inesperadamente o perfil político dos protestos começou a se definir e se dividir.”Essa divisão a qual a autora se refere está relacionada às polaridades que se criariam dali em diante, quando o governo

federal foi efetivamente posto no centro dos protestos: defensores do governo x opositores. As manifestações de 2013 pouco obtiveram sucesso nos diferentes níveis do governo, mas serviram de ponto de partida para as manifestações que ocorreriam pouco mais de um ano depois, após a reeleição de Dilma Rousseff.

Em 2014, ano eleições e ano de Copa do Mundo de futebol no Brasil, não ocorreram grandes manifestações como as que aconteceram no ano anterior, mas com as polaridades (direita x esquerda, pró-governo x anti-governo) cada vez mais em evidência, muitas foram as vezes em que a então presidenta Dilma Rousseff foi vaiada em eventos oficiais, especialmente durante a abertura da Copa do Mundo no Maracanã, quando o nome da líder da república foi vaiado quando anunciado nos microfones do estádio. É importante mencionar que o público que vaiava a presidenta, era um dos grupos mais seletos de pessoas que se situavam da classe média à classe alta; a esse respeito Bresser-Pereira afirma

(...) tivemos a Copa do Mundo de Futebol, jogada no Brasil, na qual a seleção brasileira sofreu uma derrota humilhante da Alemanha na semifinal do torneio. Durante os jogos vimos, principalmente nos locais em que as cadeiras eram mais caras, vaias e ofensas à presidente. Era essa classe média que estava se deixando levar pelo ódio" (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 376).

Era esse o público que comparecia aos estádios e ia aos jogos da Copa do Mundo, e que seriam os novos protagonistas de novos protestos meses depois. Um público que pertencia às classes mais altas da sociedade e que estava descontente com as medidas econômicas tomadas pelo governo federal.

O ano de 2014, no que concerne ao tema manifestações populares, foi mais tranquilo em relação ao ano anterior e, mesmo com as polaridades político-ideológicas presentes, as eleições foram extremamente acirradas e culminaram na reeleição da presidenta, como tratamos no item 3.2 deste trabalho.

Já o ano de 2015, entretanto, foi um ano difícil para o governo federal, isso porque, mesmo tendo sido reeleita a presidenta, contando com pouco mais de 51% dos votos, a oposição recusava-se a baixar a guarda e aceitar a derrota. Tal posicionamento foi verificado também nos eleitores do candidato derrotado, o que impulsionou seus eleitores e deu início às novas ondas de manifestações. Para Indursky,

Uma primeira grande diferença observada: as manifestações voltaram a ser claramente desencadeadas por lideranças políticas. O candidato derrotado, tomado de ressentimento por não ter sido eleito, passou a conclamar os eleitores descontentes com os resultados das urnas a se manifestarem(INDURSKY, 2016, p. 77).

As manifestações de 2015<sup>27</sup>, cujo movimento ficou conhecido como “Vem pra rua!”, diferentemente das de 2013 – que tinha uma heterogeneidade de ideologias – era dominada por pessoas oriundas das classes mais abastadas. E ganharam até cores. Assim como, os Caras Pintadas de 1992, a nova geração de manifestantes também usava as cores da bandeira nacional para externar o descontentamento com o governo e pedir o impeachment de Dilma Rousseff, porém, não mais usando as cores apenas no rosto e vestindo preto como forma de luto pelo país, neste momento surgiram manifestante usando camisas oficiais da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e bandeiras do Brasil, como afirma o sociólogo Jessé Souza:

(...) os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional. Mudaram não apenas as bandeiras iniciais do movimento, mas também o público que as apoiava. Em vez de jovens e estudantes, tínhamos agora famílias de classe média com perfil de renda alta (SOUZA, 2016, p. 91).

Os protestos contrários ao governo de Dilma Rousseff, em geral, aconteciam aos domingos e também eram organizados por meio das redes sociais. O principal foco dos protestos era a corrupção, relacionando-a diretamente à presidenta em exercício, ao ex-presidente Lula e ao Partido dos Trabalhadores de forma geral.

Segundo Indursky, o sentimento causado por Aécio Neves e sua derrota era de ressentimento, o que atingiu também os seus eleitores. Segundo a autora,

apareceu no cenário político algo que ultrapassa o terreno da política. Trata-se do que entendo ser da ordem do ressentimento, vale dizer, um afeto que passa a pautar seus passos políticos daí em diante. E as manifestações foram todas chamadas, passando por essa estreita ligação entre o ressentimento e o político, entre a razão e a paixão(INDURSKY, 2016, p. 78).

Sobre esse sentimento que irrompeu durante as manifestações, a autora ainda discorre:

---

<sup>27</sup> Acreditamos ser importante mencionar que, em 2015, aconteciam manifestações contrárias e favoráveis ao governo federal, concentramos nossa atenção, neste trabalho, nos protestos que pediam o impeachment de Dilma Rousseff, com a expectativa de estabelecer um paralelo entre essas manifestações e aquelas que pediam o afastamento de Fernando Collor em 1992.

E a pergunta que se coloca neste passo é: qual o objetivo desse ódio? Julgo não estar equivocada ao apontar, em primeiro lugar o PT e as políticas sociais desenvolvidas pelo governo federal. Porém, por trás dessas causas visíveis, fortemente alimentadas pelas mídias em geral bem como pelas redes sociais, outra causa bem mais forte e não visível existe: a classe dominante, acreditando-se superior, já não consegue mais digerir a perda do poder por mais de 12 anos e, com ele, privilégios de toda sorte. Para essa classe, tal fato provoca um efeito de sentido específico: é como se a senzala tivesse invadido a casa grande e dela se apropriado. E este sentimento vem expresso em enunciados “ingênuos” como “país sem corrupção é onde rico manda, pois rico não precisa roubar” (Idem, p. 80).

Concordamos com a posição da autora quando essa afirma que as políticas sociais promovidas pelos 12 anos de governo do Partido dos Trabalhadores foram o alicerce para as manifestações que ocorreram naquele ano. E foram muitas as políticas sociais que buscavam dar uma vida mais justa e mais digna para aquelas pessoas que antes tinham pouco ou nenhum acesso a serviços básicos, bem como garantir e ampliar os direitos dos trabalhadores e valorizar o salário mínimo que, ainda longe de ser suficiente, eram movimentos que ofereciam dignidade a quem dependia deles.

Esse sentimento de ódio entre classes foi fundamental para que um discurso contra a presidenta e contra o PT fosse instaurado nas manifestações. Os protestos pediam o fim da corrupção, mas pouco se falava em corrupção praticada por integrantes de outros partidos (tais como PP, PMDB e PSDB) que tinham tantos ou mais políticos envolvidos em processos e investigações como as da Operação Lava Jato do que o PT. Desses políticos, pouco ou quase nada se falava, o que importava era a corrupção praticada pelo governo de situação. Nesse ínterim, a presidenta Dilma e o ex-presidente Lula eram os principais alvos das manifestações, bonecos gigantes dos dois eram “alegorias” dos protestos, como podemos ver na Figura 7.

Figura 7 – Boneco gigante da presidenta Dilma durante as manifestações do dia 15 de março de 2015.



Fonte: El País<sup>28</sup>.

Entre as características já mencionadas dos manifestantes, como as camisas oficiais da seleção brasileira e o uso das cores da bandeira, outra característica que marcou essas manifestações foi o surgimento de cartazes que pediam intervenção militar, bem como rememoravam acontecimentos da ditadura em um claro afronte à presidenta, que fora torturada e presa durante o regime militar no Brasil. Recorremos, uma vez mais, às reflexões de Indursky:

Em 2015, os manifestantes pró-golpe, rememorando e atualizando esse enunciado, diziam intervenção militar não é golpe, é constitucional, identificando-se com uma posição-sujeito de extrema direita, que sempre julgou que os militares são os salvadores da pátria, que não encontra guarida em uma Formação Discursiva Democrática (INDURSKY, 2016, p. 80-81).

Nesse ponto, é possível verificar um diferencial em relação aos Caras Pintadas de Collor: aqueles manifestantes não pediam a volta da ditadura militar, a democracia ainda era muito recente em 1992 e haviam resquícios amargos daquele tempo sombrio; já os manifestantes de 2015 pediam a volta dos militares apenas 30

<sup>28</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333\\_476876.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/14/politica/1429036333_476876.html)>. Acesso em: out. 2018.

anos após o fim da ditadura. Esses que pediam a volta da ditadura tratavam-se, conforme Indursky, de um grupo que sabe o que foi a ditadura e, ainda assim, “formula todos esses enunciados políticos que atualizam a triste e sombria memória da ditadura são sujeitos que sabem o que foi a Ditadura Militar e se identificam com sua ideologia fascista e suas práticas”(INDURSKY, 2016, p. 83).

As manifestações de 2015 que tiveram mais numerosa participação de pessoas ocorreram nos dias 15 de março e 12 de abril e levaram milhares de pessoas às ruas das Capitais, regiões metropolitanas e cidades do interior o país. Se essas manifestações não foram o estopim do processo de impeachment, foram, sem dúvidas, fundamentais para que a oposição, com o intuito de recuperar-se e recuperar o poder, levasse adiante o seu propósito de pedir o impeachment da presidenta Dilma. Sobre o processo que resultou na destituição da presidenta, trataremos no item a seguir.

#### 4.5 O PROCESSO DE IMPEACHMENT

Ao iniciarmos esse item, atendemos à necessidade de considerar uma pergunta introdutória: será que a presidenta Dilma Rousseff realmente saiu vitoriosa das eleições de 2014? A resposta é de que, percentualmente, sim, visto que a candidata do Partido dos Trabalhadores obteve mais votos que o candidato derrotado Aécio Neves, o que a levou ao segundo mandato. Entretanto, a presidenta também saiu perdendo. A oposição (que beira à contradição) que aqui se propõe expõe o sentimento geral que se estabeleceu após as eleições de 2014. Dilma Rousseff foi reeleita, mas como já mencionamos anteriormente, Aécio Neves não aceitou a derrota e, junto com seu partido, o PSDB, recorreu ao Tribunal Superior Eleitoral para que fosse feita uma investigação nas eleições, a qual colocava em xeque os resultados apurados:

Quatro dias após o anúncio da reeleição, Aécio Neves e o PSDB solicitaram ao Tribunal Superior Eleitoral uma auditoria formada por técnicos indicados pelos partidos políticos da coligação derrotada, para a fiscalização de todo processo eleitoral – alegavam que havia dúvida sobre a lisura do resultado. Pretendia-se colocar sob suspeição a legitimidade do mandato de Dilma Rousseff e assim anular sua eleição(SCHWARCZ, 2018, p. 515).

É nesse cenário pós-eleição 2014 que começa a se desenhar o impeachment da presidenta e os tempos sombrios por quais passaria nos próximos meses de seu mandato. Já em 2015, com a popularidade muito em baixa e as relações políticas cada vez mais enfraquecidas, a presidenta toma posse para o seu segundo mandato em meio a um ambiente político fragilizado, isso porque a eleição do ano anterior

já deixava clara a fraqueza da nova presidente junto ao Congresso, que deriva de ter ela, no seu primeiro mandato, dado aos partidos de sua coligação, especialmente ao PMDB, menos espaço no governo do que os votos que haviam obtido na última eleição sugeriam (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 380).

Somando-se tal fragilidade com as denúncias da operação Lava-Jato e a economia em uma crescente crise, cuja “inabilidade política da presidente em lidar com a crise econômica foi impressionante” (idem), tais ocorrências foram fatores fundamentais para que a imagem do governo se desgastasse e para que a oposição usasse isso como um trunfo contra a presidenta.

Ao tomar posse para o segundo mandato, em janeiro de 2015, a crise econômica que já estava deflagrada levou Dilma a tomar medidas contrárias àquelas que prometera em sua campanha eleitoral em 2014. A solução proposta pelo governo, tais como “mudanças no seguro-desemprego, pensões por morte e abono salarial e adotou um projeto anti-intervencionista e ortodoxo” (SCHWARCZ, 2018, p. 516), que em muito lembrava o que o plano eleitoral do candidato derrotado, Aécio Neves, propunha, o que gerou uma desestabilização no apoio do governo e muito descontentamento entre integrantes de seu próprio partido e de partidos aliados. Diante disso “a presidente acabou reforçando o argumento de que, diante do descalabro fiscal e da crise econômica em que o país se encontrava, não existia alternativa para o desastre econômico além de uma solução ortodoxa” (idem). Com a crise econômica e as medidas tomadas pelo governo, começam a entrar em queda o número de empregos formais e a popularidade da presidenta. Nesse momento, foram retomadas as manifestações de rua, protagonizadas por pessoas oriundas da classe média brasileira, como afirmado no item anterior.

Paralelo à crise econômica, uma crise política também se instaurava no governo devido ao progresso da operação Lava Jato, que trazia à tona muitos escândalos envolvendo a maior empresa estatal do Brasil, a Petrobrás, e políticos dos mais diversos partidos políticos, mas com foco especial ao Partido dos



Trabalhadores. Os escândalos envolvendo a empresa abalaram não só o setor político, mas também o setor econômico novamente era prejudicado com os resultados da operação. Bresser-Pereira comenta que:

a Operação Lava Jato continuava no núcleo não apenas da crise política, na medida em que ameaçava quase todos os políticos por seu rigor, mas também da crise econômica, uma vez que paralisou os investimentos da Petrobras e criou uma enorme insegurança entre os empresários associados à indústria da construção(BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 381).

Diante dessa instabilidade política e econômica causada pelos impactos da Lava Jato, não demorou muito para que a oposição, com a intenção de frear as investigações e, com isso, tirar Dilma do poder, começou a se aliar com membros que, até então, eram da base aliada do governo, e que pertenciam ao partido do vice-presidente Michel Temer, PMDB. Entre tais novos aliados estava o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, que estava profundamente envolvido nos escândalos da Petrobras. A aliança de Cunha com os opositores tinha, inicialmente, o objetivo de pressionar o governo para que o apoiasse quando o processo de cassação do seu mandato fosse levado para votação na Comissão de Ética da Câmara. Sobre Cunha, Schwartz discorre:

Cunha revelou-se um líder fortíssimo, e que elevou o processo de corrupção no Congresso a um novo patamar graças à sua estratégia de obter financiamento ilegal para campanhas de cerca de cem candidatos a deputado federal. Sua força política vinha da liderança que exercia sobre um bloco coeso e natureza fisiológica, composto por cerca de 250 parlamentares de oito diferentes partidos políticos – o chamado “bloco”. Além do mais, Cunha era adversário do governo desde 2014, a quem emparedava e chantageava nas votações (SCHWARCZ, 2018, p. 518).

A estratégia do parlamentar era a seguinte: enquanto presidente da Câmara e, por conseguinte, habilitado a aceitar ou rejeitar processos de impeachment contra a presidenta, ele “guardava na gaveta” os pedidos de impeachment, em contrapartida, o governo teria que o apoiar perante a Comissão de Ética. O acordo que o parlamentar e os representantes do governo tentavam negociar não agradava em nada à presidenta Dilma Rousseff, que via com receio essa relação. Segundo o ex-secretário de imprensa da Presidência, Rodrigo de Almeida, Cunha estava

certo que a presidenta e o PT também precisavam de sua ajuda, ele lançava ora ameaças, ora ofertas de rede proteção – afinal, como

presidente da Câmara, ele tinha a prerrogativa de aceitar ou engavetar os pedidos de impeachment contra Dilma (ALMEIDA, 2016, p. 104).

O acordo entre o deputado e a presidência não aconteceu, e no dia 2 de dezembro de 2015, o deputado Eduardo Cunha acatou o pedido de impeachment da presidenta, protocolado em setembro pelos juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr. e Flávio Costa. O embasamento jurídico para dar entrada no processo de impeachment da presidenta foram as “pedaladas fiscais”, o que configuraria crime de responsabilidade fiscal praticado por Dilma Rousseff. Segundo Schwartz, pedaladas fiscais é

O termo é usado pelos técnicos da área econômica para indicar a postergação pela União de um pagamento de um mês pra outro ou de um ano para o outro. O expediente das pedaladas engorda o caixa do Tesouro e permite inflar artificialmente o superávit primário, de modo a criar a ficção de que o resultado obtido pelo governo melhorou – e esse fora um procedimento já utilizado por gestões anteriores do governo federal (SCHWARCZ, 2018, p. 517).

Após o anúncio do acolhimento do pedido de impeachment da presidenta por Eduardo Cunha, o então vice-presidente Michel Temer, que já havia sido avisado da decisão do deputado, e que também participava da aliança para destituir a presidenta, preparava-se com antecedência para assumir o cargo de presidente da República, incluindo a criação de “um documento econômico – ‘Uma ponte para o futuro’ – de caráter liberal-conservador, destinado a obter o apoio das elites econômicas do país” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 382).

Os aliados de Dilma Rousseff e a própria presidenta defendiam-se, afirmando que o processo de impeachment ao qual ela estava sendo submetida não passava de um golpe parlamentar organizado pela oposição inconformada com a derrota nas eleições de 2014, e que não tinha embasamento jurídico para prosseguir com tal processo, como afirma Bresser-Pereira:

A esquerda, que estava em dificuldades por causa do envolvimento direto do Partido dos Trabalhadores no escândalo, mostrou-se indignada com o início do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, e argumentou, com razão, que se tratava de um golpe parlamentar, já que ela não havia cometido “crime de responsabilidade”, que é a condição legal para um impeachment no Brasil (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 382).

Ainda sobre o “golpe”, a historiadora Lilia Schwartz prossegue:

Já os que apoiavam o governo denunciavam o que chamavam de “golpe”; uma tentativa de obstruir um processo democrático que vinha se consolidando no longo curso. Havia também os que questionavam a lisura de todo o processo. “Paralisia, falta de rumo e incapacidade administrativa podem ser motivos para se desejar a deposição de um governo, e milhões de pessoas foram para a rua pedindo isso, mas são insuficientes para instruir um processo de impedimento”, anotou o jornalista Elio Gaspari em sua coluna na Folha de São Paulo, um dia antes da votação do impeachment. Didático, explicou a razão: não está na Constituição (SCHWARCZ, 2018, p. 519).

A tentativa da presidenta e de seus aliados de evitar levar adiante o processo de impeachment foi em vão. No dia 17 de abril de 2016, em votação na Câmara dos Deputados, com Eduardo Cunha ainda na presidência daquela casa, o parlamento aprova por 367 votos a favor do impedimento de Rousseff, aprovando o relatório da Comissão Especial do Impeachment, autorizando o prosseguimento do processo pelo Senado Federal. A justificativa dos deputados federais favoráveis ao impeachment, vale mencionar, foram as mais variadas, mas a maioria dos deputados justificava seu voto “por Deus”, “pela família”, “pela moral” e “pelo fim da corrupção”, houve, na ocasião, até mesmo o caso de um parlamentar homenageando coronel responsável pela prisão e pela tortura (crime contra os direitos humanos) da presidenta durante a ditadura militar, como afirmou Almeida (2016, p. 210), momento em que a presidenta ficou mais abalada.

A votação do impeachment seguiu para o Senado Federal, onde, por 55 votos favoráveis e 22 votos contrários, foi aprovada a abertura do processo de impeachment, o que determinou, por fim, o afastamento da presidenta por 180 dias, até a votação final do processo. No dia 31 de agosto de 2016, foi dada a cartada final de um impeachment que começou antes mesmo de se ter iniciado o segundo mandato de Dilma Rousseff, quando 61 senadores votam favoravelmente ao impeachment da presidenta, afastando-a definitivamente da Presidência da República, mantendo, entretanto, sua elegibilidade.

## **5 ANÁLISE DOS DISCURSOS DOS EX-PRESIDENTES FERNANDO COLLOR E DILMA ROUSSEFF**

### **5.1 (RE)INICIANDO A DISCUSSÃO**

Nos capítulos anteriores, trouxemos para reflexão alguns conceitos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa que são norteadores para o desenvolvimento de nosso estudo, bem como nos dedicamos a compreender as condições de produção do discurso do ex-presidente Fernando Collor de Mello e da ex-presidenteaDilma Vana Rousseff. Neste capítulo, por sua vez, apresentaremos as análises empreendidas após as reflexões mobilizadas ao longo de nosso estudo e, para isso, dividimos esse capítulo em três partes (além desta).

Na primeira parte, descrevemos o arquivo composto para nossa pesquisa, cujos documentos estão disponíveis integralmente na seção “Anexos” deste trabalho; já na segunda parte, abordamos as formações imaginárias que compreendemos como constituídas no discurso dos ex-presidentes. Por fim, apresentamos uma análise discursiva a partir de elementos que buscam verificar como esses ex-presidentes formulam seu discurso em meio ao desenvolvimento do processo de impeachment.

### **5.2 CONHECENDO O ARQUIVO**

Dadas as devidas informações relativas às condições de produção que permearam a formulação dos pronunciamentos(enquanto gênero oral) proferidos pelos ex-presidentes, dedicamos nossa atenção, neste capítulo, a desenvolver a análise dos discursos dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff.

Para constituir o arquivo de nosso trabalho, foi preciso percorrer o seguinte trajeto de pesquisa: buscar, em bibliotecas, revistas, jornais e periódicos datados dos anos de 1992 e 2016 (em que ocorreram os processos impeachment dos dois ex-presidentes), pesquisar, também, em acervos digitais (tais como o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas e o acervo digital da Revista Veja), por fim, buscar vídeos veiculados pela imprensa na época dos processos de impeachment, ou, ainda, vídeos do site

de compartilhamento de mídia *YouTube*, a fim de ter acesso aos pronunciamentos públicos produzidos pelos presidentes durante o período dos processos.

Inicialmente, nesse trajeto de pesquisa, o ponto de partida das análises seria um recorte temporal que abrangesse o seguinte período: seis meses antes do impeachment, o período de duração, e, ainda, o período de seis meses após o encerramento do processo, como mencionamos na introdução deste trabalho; de fato, procuramos estabelecer esse “limite” como uma forma de não estender demasiadamente o montante de documentos a compor o arquivo que constituiria este trabalho. Destacamos, ainda, que entendemos a noção de arquivo em consonância com o proposto por Pêcheux, tomando-o “como o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”. (PÊCHEUX, 1997, p. 51).

Após esse recorte temporal, vislumbrei a possibilidade de recortar novamente os arquivos, tomando como critério a recorrência de palavras que aparecessem nos textos dos pronunciamentos selecionados, tais como: impeachment, processo, povo, entre outras, constituindo assim o nosso corpus de análise, seguindo a definição proposta por Courtine (2006, p. 66) de que

um corpus discursivo como um conjunto de sequências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção de discurso. Dessa maneira, a operação de extração de um corpus de discurso político, primeiramente, consiste em delimitar o campo discursivo de referência (idem).

Começamos por descrever o arquivo que mobilizamos para realizar a análise: os três pronunciamentos do ex-presidente Fernando Collor selecionados para este trabalho, os quais estão disponíveis na sessão de Anexos deste trabalho, foram veiculados em três momentos do processo de impeachment: antes do processo, durante o processo e após o término do processo, adequando-se ao critério de tempo estabelecido para nosso estudo.

O primeiro pronunciamento (Anexo 1) que compõe o arquivo foi proferido pelo ex-presidente no dia 13 de agosto de 1992, em um “discurso”<sup>29</sup> improvisado para dois mil motoristas de táxi que foram ao Palácio do Planalto agradecer a concessão de subsídios” (SCHWARCZ, 2018, p. 495).

---

<sup>29</sup> Discurso aqui entendido como gênero oral.

O segundo pronunciamento (Anexo 2) selecionado, dessa vez de caráter oficial, foi divulgado pelo advogado de Collor no dia 29 de dezembro de 1992, data em que o Senado Federal julgava de forma definitiva o processo de impeachment do ex-presidente, ou seja, adequando-se ao critério de tempo “durante o processo”.

O terceiro pronunciamento (Anexo 3) a ser analisado ultrapassa o recorte temporal que havíamos proposto de seis meses antes e depois do processo, e tal excepcionalidade deve-se à dificuldade que tivemos para encontrar manifestações orais ou escritas de Collor inscritas no período de tempo determinado anteriormente em nosso estudo, ou seja, dentro de seis meses imediatos após a tramitação definitiva do impeachment no Senado. O pronunciamento que selecionamos foi proferido pelo ex-presidente em 2007, quando, passado o tempo de inelegibilidade, Collor assume o cargo de Senador, para o qual foi eleito em 2006. Em forma de relato, em pouco mais de três horas de duração (com interferência dos senadores presentes), Collor conta como foi desenvolvido o processo de impeachment que interrompeu o seu mandato apenas dois anos após a sua posse.

No que diz respeito aos pronunciamentos da ex-presidenta Dilma Rousseff selecionados para realizarmos a análise do discurso da presidenta, esses seguiram os mesmos critérios de seleção anteriormente apresentados.

O primeiro pronunciamento (Anexo 4) selecionado foi divulgado pelo Partido dos Trabalhadores em ambiente virtual no dia 17 de abril de 2016, dois dias antes da votação da admissibilidade do impeachment contra a gestão de Dilma na Câmara dos Deputados. Já o segundo pronunciamento (Anexo 5) foi proferido pela ex-presidenta no dia 01 de maio do mesmo ano para o público que estava presente no Ato do Dia do Trabalhador em São Paulo. Por fim, o terceiro pronunciamento (anexo 6) data do dia 31 de agosto de 2016 e foi realizado logo após a votação final do impeachment pelo Senado Federal em pronunciamento para jornalistas.

A partir da análise de tais elementos, os quais compõem o nosso arquivo, nos dedicaremos agora a analisá-los discursivamente.

### 5.3 DAS FORMAÇÕES IMAGINÁRIAS: A IMAGEM DOS PRESIDENTES AFASTADOS

Um processo de impeachment de um Presidente da República é formado por várias etapas, como já vimos anteriormente, exigindo que o acusado se posicione

através do discurso conforme o desenvolvimento do processo, instaurando, assim, o que compreendemos discursivamente como Formações Imaginárias.

As Formações Imaginárias, por sua vez,

designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se assim ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações)(PÊCHEUX, 1997, p. 82).

Tendo como âncora essa noção pecheutiana de Formações Imaginárias, entendemos que elas são determinantes nas análises que aqui empreenderemos, isso porque, conforme Martins (MARTINS, 2012, p. 95) “é por meio dos lugares assumidos pelos sujeitos que vão estar em jogo os sentidos produzidos e, para nós, é a partir desses lugares que o sujeito produz sentidos”. No caso que aqui nos interessa, os processos de impeachment ocorridos no Brasil levaram-nos a questionar como as Formações Imaginárias funcionariam no discurso dos ex- presidentes, uma vez que eles produzem seu discurso (A) pressupondo um interlocutor (B), “que se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social” (INDURSKY, 2013, p. 67). Tomemos como empréstimo a designação Sequências Discursivas, mobilizadas nos estudos de Courtine (2006), para designar os fragmentos analisados que serão expostos a seguir. Os recortes que serão expostos foram extraídos de discursos produzidos pelos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff anterior e posteriormente ao processo de impeachment para observarmos as Formações Imaginárias que ali se instauravam. Observemos:

Sequência Discursiva 1– Discurso de Collor veiculado no dia 13/08/1992

A sociedade brasileira quer tranquilidade para poder trabalhar pelo engrandecimento da nossa pátria querida. Todos nós desejamos poder avançar com as reformas de modernização, cujos **recalques**, cujos **complexos**, **frustrações**, **ódio**, **inveja**, tudo isso articulado naquilo que chamei **Sindicato do Golpe**, filiado à **Central Única dos Conspiradores**.

### Sequência Discursiva 2– Discurso de Dilma veiculado no dia 15/04/2016

Desde que fui eleita, parte da **oposição, inconformada**, pediu a recontagem dos votos, tentou anular as eleições e passou a **conspirar** pelo impeachment. Os **derrotados** mergulharam o país num estado permanente de **instabilidade política**, impedindo a recuperação da economia com o único objetivo de **tomar à força** o que não conquistaram nas urnas.

Na SD 1, é possível observar que o ex-presidente Collor aponta os seus opositores, aqueles que pedem o seu impeachment, como pessoas (“conspiradores”) que nutrem sentimentos (“ódio”, “recalque”, “inveja”, “frustrações”) que impedem o Brasil de “avançar” com os seus planos governamentais, não permitindo que ele trabalhe em prol do Estado, gerando instabilidade política e prejudicando o seu mandato.

Na SD 2, Dilma Rousseff recorre a elementos que se assemelham aos mobilizados por Collor, afirmando que seus opositores “conspiram” para o seu impeachment, pois não estão “conformados” com a derrota que tiveram nas urnas, criando uma “instabilidade política”. Dessa forma, Collor e Rousseff tiram de si a culpa sobre a crise política que estava em evidência em seus governos e transferem a culpa pelo fracasso aos seus opositores: eles não conseguem trabalhar porque a oposição os impede, tornando-os vítimas de tal situação. Os sentidos produzidos por esses discursos estabelecem uma Formação Imaginária de inocência, levando à construção de um “cenário” no qual os mandatos presidenciais estavam em risco porque a oposição e as suas acusações não permitiam que os projetos dos governantes fossem adiante.

Observemos agora as SDs recortadas de pronunciamentos produzidos após o término dos processos de impeachment de ambos ex-presidentes.

### Sequência Discursiva 3– Pronunciamento de Dilma após o impeachment

Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a constituição federal, **decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade, condenaram uma inocente** e consumaram um **golpe parlamentar**. (...) É o **segundo golpe de estado** que enfrento na vida.



## Sequência Discursiva 4 – Discurso de Collor no plenário do Senado em 2007

Pelo conjunto da obra, **podiamafastar-me do cargo conquistado pelo voto. Podiam incriminar-me. Podiam, inclusive, suspender de forma ilegal e ilegítima os meus direitos políticos. Podiam acusar-me, podiam imputar-me crimes que não cometi. Podiam denunciar-me.**

Nas SDs 3 e 4 destacadas anteriormente, observamos que os ex-presidentes não retomam o prejuízo causado pelos adversários, os quais impediam seus projetos governamentais, como nas SDs 1 e 2, mas, sim, posicionam-se diretamente em relação aos seus opositores, reafirmando, mais uma vez, a Formação Imaginária de presidentes inocentes, uma vez que os recortes da SD3, “podiam imputar-me crimes que não cometi” e da SD4, “presidenta que não cometeu crime de responsabilidade” apontam, nos efeitos de sentido do discurso, a inocência de ambos. Se não havia crime de responsabilidade por parte de Collor e de Dilma, não havia motivos para impeachment, logo, os presidentes eram inocentes e não deveriam ser destituídos. Como houve ocasião de mencionar anteriormente, não pretendemos aqui julgar se os processos são procedentes ou não, a esse respeito, deixamos por conta de especialistas jurídicos a análise processual.

De volta a nossa análise, observemos a constância da palavra “golpe” na SD 1, sequência oriunda do pronunciamento de Collor, e na SD 4, parte do pronunciamento de Rousseff. O primeiro menciona um “sindicato do golpe”, mas não define que golpe é esse, embora em uma Formação Discursiva democrática o uso de “golpe” rememore ao golpe militar de 1964 no Brasil; já a segunda, menciona um “golpe parlamentar” e “golpe de estado”. Segundo o Dicionário Houaiss (2001): golpe: s.m. 6. Fig. Ato pelo qual a pessoa, utilizando-se de práticas ardilosas, obtém proveitos indevidos. G. de Estado POL 1 tomada inesperada do poder governamental pela força e sem a participação do povo. Entendemos que o vocábulo golpe, quando utilizado por Collor, refere-se à primeira definição do dicionário que expusemos acima, enquanto quando do pronunciamento de Dilma, refira-se, de fato, a um golpe de Estado, isso porque a presidenta esteve lutando contra a ditadura, então, a FD em que está inscrita irrompe em seu dizer através da memória, isso porque, segundo Courtine, “o discurso político é um lugar de

memória” (COURTINE, 2006, p. 88). Scherer e Venturini (2017, p. 170) entendem ser “o que entendemos ser a memória discursiva: memória e atualidade, em (dis)curso, como processo, sempre ‘se instando’ e instaurando efeitos de sentidos.” Observemos também as SDs 2 e 3, de Dilma e Collor, respectivamente, em que relembram que foram eleitos pelo povo, produzindo o efeito de sentido de que somente o povo que os elegeu teriam o “poder” de tirá-los do governo.

Nas sequências 3 e 4 é possível verificar também uma Formação Imaginária que Indursky (2013, p. 78) irá chamar “a imagem do presidente injustiçado”, isso porque, conforme essa autora, “trata-se de uma imagem que reflete a mágoa, o sentimento de injustiça” tal como vemos em “podiam condenar-me” e “condenaram uma inocente” dos discursos dos ex-presidentes.

Encerramos a análise das Formações Imaginárias com as imagens de presidentes inocentes e injustiçados, observamos que, em muitos momentos, os discursos de Collor e Dilma convergem e até mesmo se repetem, o que não quer dizer, no entanto, que sejam o mesmo discurso, uma vez que “mesmo que o sujeito repita o mesmo, já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição sujeito em relação à ideologia” (ORLANDI, 2005). Não seria possível fazer uma análise discursiva do discurso dos ex-presidentes sem antes compreender como as Formações Imaginárias funcionavam nos seus discursos, visto que é o meio que tais sujeitos utilizaram para defender-se das acusações e reafirmar a sua inocência enquanto presidentes da república, projetando a imagem de si para os seus interlocutores, nesse caso, o povo, jornalistas, opositores, ou seja, todos os diversos setores da sociedade brasileira.

#### 5.4 O FUNCIONAMENTO DO IMPEACHMENT ATRAVÉS DA LINGUAGEM

Nesta parte de nosso trabalho, dedicaremos nossa atenção a verificar como o impeachment funciona no discurso dos ex-presidentes Fernando Collor e Dilma Rousseff nos três momentos que selecionamos como delimitação para a seleção de documentos para análise. Por questões de organização do trabalho, optamos por realizar a análise de forma separada: iniciemos, então, com o discurso de Fernando Collor, como viemos fazendo em todo o trabalho, atentando a uma ordem cronológica.

### 5.4.1 Fernando Collor

Os fragmentos de pronunciamentos que mobilizamos em nossa análise foram proferidos pelo então presidente Fernando Collor em três momentos distintos do processo de impeachment, como mencionamos anteriormente, e é possível observar duas faces distintas de um mesmo sujeito: em primeira análise (ver anexo 01), temos um presidente exaltado, acuado em meio à CPI, com um texto improvisado e com sua popularidade em queda (como vimos no subtítulo anterior).

Como podemos ver na SD 5:

Sequência Discursiva 5 – Pronunciamento para taxistas em 13/08/1992.

**Nós somos** a maioria. **Nós**, aqui presentes, somos a maioria. A maioria silenciosa, é verdade, mas uma maioria fiel e trabalhadora. A minoridade atrapalha, a maioria trabalha.

**Nós** temos, minha gente, **nós** temos que dar um sinal a este país de que **nós somos** a maioria. **Nós** temos que dar um sinal a este país de que as **nossas** cores são as cores da **nossa** bandeira: verde, amarela, azul e branca. Essas são as **nossas** cores!

**Vamos** mostrar a esta minoridade que intranquiliza diariamente o país de que já é hora de dar um basta a tudo isso. **A sociedade brasileira** quer tranquilidade para poder trabalhar pelo engrandecimento da **nossa pátria** querida. **Todos nós desejamos** poder avançar com as reformas de modernização, cujos recalques, cujos complexos, frustrações, ódio, inveja, tudo isso articulado naquilo que chamei Sindicato do Golpe, filiado à Central Única dos Conspiradores.

Na SD em questão, temos o recorte de um pronunciamento, como já mencionado, improvisado, produzido pelo ex-presidente Fernando Collor no dia 13 de agosto de 1992, durante a concessão de subsídios para taxistas, alguns dias após a maior manifestação popular contrária ao governo que havia acontecido até aquele dia. Com dedo em riste e gritando, em muitos momentos, o então presidente, exaltado, usa repetidas vezes pronomes, verbos e substantivos na forma plural ou que ao “todo” se identifiquem, “construindo assim um referente discursivo que pretende ser suficientemente amplo para representar a ‘totalidade dos brasileiros’ na

qual o presidente está incluído. Trata-se do nível coletivo de NÓS que se localiza na esfera pública não institucionalizada” (INDURSKY, 2013, p. 88). Com o uso desses elementos gramaticais que evidenciam o uso do plural, o então presidente faz um chamamento para que as pessoas que o apoiem, estejam junto a ele, uma vez que essas pessoas fariam parte de uma “maioria” que defende o seu governo ao mesmo tempo em que desqualifica as manifestações contrárias à sua gestão que já haviam ocorrido até aquele momento, sem referir-se a elas necessariamente, mas utilizando elementos como “minorias” que “intranquiliza” e “atrapalha”, constituindo, dessa forma, as condições de produção desse discurso. Entre os efeitos de sentidos que estão presentes nesse discurso, podemos identificar que: as manifestações que ocorreram são organizadas por pessoas que não desejam o bem para o Brasil e que as manifestações tem o intuito de interromper os avanços realizados pelo governo até aquele momento. Menciono também a interpretação sobre a palavra “intranquiliza” que Collor usa para referir-se, também, aos manifestantes, uma vez que as manifestações são da ordem da desordem, ou seja, são formadas por vândalos, marginais, entre outras designações. Esse discurso exaltado de Collor se distancia um pouco da formação imaginária que se faz de um presidente, visto que se espera que um chefe de Estado mantenha a postura austera própria do cargo. A respeito das formações imaginárias, Orlandi (2007, p. 30) discorre que

Quanto ao social, não são os traços sociológicos empíricos – classe social, idade, sexo, profissão – mas as formações imaginárias, que se constituem a partir das relações sociais, que funcionam no discurso: a imagem que se faz de um operário, de um presidente, de um pai, etc. (ORLANDI, 2007, p. 30).

O posicionamento de defesa do presidente e o chamamento ao povo, bem como, sua postura exaltada no primeiro recorte selecionado, é importante destacar, não volta a repetir-se nos outros dois recortes selecionados, como veremos a seguir.

Na SD 6 (o texto na íntegra está apresentado no Anexo 2), o trecho que será analisado foi divulgado no dia 29 de dezembro de 1992, quando o processo de impeachment ainda estava em desenvolvimento, exatamente no dia da votação final pelo Senado Federal. O documento do qual provém tal SD é a Carta de Renúncia do presidente Fernando Collor, a qual consideramos de suma importância que seja analisada aqui.

Em 29 de dezembro de 1992, com o objetivo de frear o julgamento do processo de impeachment pelo Senado Federal, o advogado do então presidente Fernando Collor, José Moura Rocha, solicitou a palavra ao presidente da sessão, Sidney Sanches, e leu a carta, que viria a ser o centro das notícias naquele dia, comunicando a renúncia ao cargo de presidente da república por parte de Fernando Collor. A carta, como veremos a seguir, trazia a renúncia do ex-presidente, sem explicações ou tentativa de defender-se do julgamento do mandato ao qual seria submetido, em contrapartida (e contraditoriamente), o uso da carta é utilizado para defender não o cargo de presidente, mas, sim, os direitos políticos de Collor para que pudesse concorrer a outros cargos posteriormente.

Sequência Discursiva 6 – Carta de renúncia de do ex-presidente.

Levo ao conhecimento de Vossa Senhoria que, nesta data, e por este instrumento, **renuncio ao mandato de Presidente da República**, para o qual fui eleito no pleito de 15 de novembro a 17 de dezembro de 1989.

O objetivo de Collor era que, apesar do julgamento do processo no Senado Federal, não perdesse os seus direitos políticos, o que não aconteceu; os deputados consideraram que a renúncia de Collor aconteceu tardiamente, impedindo que o processo de cassação fosse cancelado.

A escolha pela Carta como corpus de análise se deu por entendermos que tal materialidade constitui também o discurso do presidente Collor durante o desenvolvimento do impeachment, ainda que, através dela, o presidentetente romper tal processo, resultando em uma ruptura nas condições de produção e nos sentidos produzidos até aquele momento. Outra razão para a escolha deste corpus e não outro, se deu pela dificuldade em encontrar documentos de pronunciamentos (impresos, orais, entrevistas, etc) do ex-presidente divulgados naquele período, dado o distanciamento entre a destituição de Collor e a escritura dessa dissertação. Após a renúncia ao cargo de Presidente da República, Fernando Collor de Mello teve os seus direitos políticos cassado pelos senadores em virtude da prática de crime de responsabilidade, tornando-se inelegível por oito anos. Collor ainda tentou recorrer junto ao Superior Tribunal de Justiça para reaver seus direitos políticos, no entanto, não obteve sucesso.

Em 2006, quase 15 anos após a sua renúncia e o fim do processo de impeachment, Fernando Collor foi eleito Senador da República pelo estado de Alagoas. Tal dado sobre a carreira política do ex-presidente se faz necessário neste trabalho devido ao terceiro recorte selecionado para análise e tomado como sequência discursiva. O recorte 03 foi extraído de um relato feito por Collor no plenário do Senado Federal em 2007 com pouco mais de três horas de duração, cuja transcrição foi posteriormente transformada em livro. Entendemos que as condições de produção desse pronunciamento não são as mesmas daqueles anteriores, que também compõem o discurso do ex-presidente, uma vez que mais de uma década já havia transcorrido desde o impeachment. Lembremos, também, que a sequência discursiva que será analisada a seguir apresenta um desvio em relação ao critério de recorte temporal que havíamos proposto inicialmente em virtude da dificuldade, devido ao distanciamento temporal, em ter acesso aos arquivos (vídeos, entrevistas, etc.) do ex-presidente logo após a finalização do processo.

Sequência Discursiva 7 – Relato de Collor sobre seu impeachment no Senado Federal em 2007.

“O espetáculo tão artilhosamente orquestrado e mais primorosamente representado tinha atingido seus objetivos, ao fim do terceiro ato. Para muitos dos que dele participaram, aquele era o 3º turno dos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989. **Podiam afastar-me do cargo conquistado pelo voto. Podiam incriminar-me. Podiam, inclusive, suspender de forma ilegal e ilegítima os meus direitos políticos. Podiam acusar-me, podiam imputar-me crimes que não cometi. Podiam denunciar-me.** Suas testemunhas eram críveis, ilibadas, impolutas. As minhas, conspurcadas, maculadas pela mancha espúria da falta de credibilidade. Os seus laudos, convincentes, os meus tismados de falsidade.”

Observemos a SD 7, na qual Fernando Collor, agora ex-presidente e já novamente elegível, discorre sobre o processo de impeachment pelo qual teve seu mandato cassado como se aquele fosse uma peça de teatro, cujo terceiro ato consistia em destituí-lo da presidência. Além disso, utiliza adjetivos que instauram

sentidos de injustiça sobre como transcorreu o processo, isso porque, conforme o seu discurso, as suas tentativas de provar a inocência, eram vistas pelos senadores que julgaram seu impeachment como testemunhas sem credibilidade. É importante salientar que o sujeito empírico que, naquele momento (2007), discorria sobre o processo de impeachment de 1992, era o mesmo de quinze anos atrás, mas o sujeito discursivo já estava inscrito em uma outra Formação Discursiva, pós- impeachment, pós-eleição de seu concorrente no pleito de 1989, e as condições de produção em que inscreve seu discurso também, e essa mudança que aqui nos interessa porque,

Pela teoria discursiva, o sujeito não é um indivíduo tomado em sua empiricidade, mas uma tomada de posição em relação a uma forma- sujeito invadida por dizeres e saberes próprios de formações discursivas, que determinam para o próprio sujeito, o que ele é (VENTURINI e WINCHUAR, 2017, p. 88).

Ao observarmos os três fragmentos analisados, verificamos que os posicionamentos de Collor sofreram deslocamentos conforme o andamento do processo de impeachment que sofrera. Inicialmente, na SD 5, o ex-presidente tenta defender o seu governo fazendo um apelo ao povo e apontando a “minoría” (adversários e manifestantes) como aqueles que não querem ver o Brasil crescer com seu plano de governo, no que seria uma “conspiração” contra seu mandato. Na SD 6, a carta de renúncia, não traz explicações sobre o motivo de sua renúncia e/ou uma defesa ao cargo, mas tenta defender os seus direitos políticos, apenas. Na SD 7, após quinze anos do término do processo, o ex-presidente relembra o impeachment como uma peça de teatro, cujo ponto culminante foi a sua destituição.

#### **5.4.2 Dilma Rousseff**

Os fragmentos analisados a seguir foram extraídos de pronunciamentos da ex-presidenta Dilma Rousseff que foram veiculados também em três momentos distintos do processo de impeachment: o primeiro pronunciamento da presidenta, disponível na íntegra no Anexo 3, é constituído pela transcrição de sua fala em um vídeo oficial do Palácio do Planalto que foi veiculado no canal virtual de vídeos *YouTubed* dois dias antes da votação da admissibilidade do impeachment pelo Congresso Nacional. Nesse momento, a então presidenta afirma que o processo de

impeachment pelo qual irá passar não fornece evidências contra si ou seu mandato. Vejamos a seguir a SD8:

Sequência Discursiva 8 –Pronunciamento de Dilma no dia 15/04/2016 veiculado no *YouTube*.

**Não há razão para o pedido de impeachment contra mim. Acusam-me sem nenhuma base legal. Não cometi crime de responsabilidade. Não há contra mim qualquer denúncia de corrupção ou desvio de dinheiro público. Jamais impedi investigação contra quem quer que fosse. Meu nome não está em nenhuma lista de propina, tampouco sou suspeita de qualquer delito contra o**

Observemos na SD acima que o uso dos advérbios de negação (não, nenhuma, jamais, tampouco) apontam e reafirmam a falta de evidências para prosseguir com o processo de impeachment contra a presidenta e, juntamente a isso, não havia, nas condições de produção até aquele momento (e também não haveria depois, motivo pelo qual Dilma continuou com seus direitos políticos) provas de que a presidenta estivesse envolvida e/ou houvesse praticado crimes de corrupção. Tal estratégia expõe pelo menos dois efeitos de sentidos para os seus interlocutores: para os opositoristas, ela estará tentando se safar das acusações que permeiam o processo; para os apoiadores, estará reafirmando a sua inocência. Esse posicionamento de auto-defesa nesse momento anterior ao impeachment não se mantém, entretanto, na segunda sequência discursiva selecionada. Vejamos

O segundo pronunciamento de Dilma Rousseff selecionado é de caráter não oficial e foi realizado após a admissibilidade do impeachment pela Câmara dos Deputados da Presidência da República, para jornalistas e milhares de apoiadores que a aguardavam em São Paulo para o Ato do Dia do Trabalhador no dia 01/05/2016, como vemos na SD abaixo:

Sequência Discursiva 9 – Discurso de Dilma no Ato do Dia do Trabalhador em São Paulo.



Eu quero dizer para vocês que **eu vou resistir, eu vou resistir. Eu estou aqui... Eu vou resistir e vou lutar até o fim.** E eu estou aqui nesse 1º de maio porque o 1º de maio é historicamente uma data, uma luta pela resistência. (...) **Não é a minha pessoa, o meu mandato, não é o mandato de uma pessoa individual. O meu mandato é o mandato que me foi dado por 54 milhões de pessoas** que acreditavam num projeto.

Na SD acima, verificamos a recorrência do pronome de primeira pessoa (eu) para esclarecer aos seus eleitores e/ou apoiadores e, de certa forma, dar um recado aos adversários de que a presidenta não sairá do governo sem, antes, “resistir”. É possível afirmar, no entanto, que o sentido de “resistir” não remonta somente ao impeachment em andamento, mas é atravessado pela memória de militante da ex-presidenta, isso porque, durante os anos de ditadura no Brasil, Dilma esteve presa, foi torturada, exilada, perseguida. É sabido que

Dilma Rousseff, quando jovem, militou e integrou movimentos de resistência ao regime militar, foi presa e torturada, e aos 62 anos tornou-se a primeira presidente do Brasil. Nesse trabalho de memória, o sentido aparentemente estabilizado em que Dilma era apresentada pela mídia como subversiva e terrorista, deslizou-se para o sentido em que Dilma Rousseff, a primeira mulher presidente do Brasil, é apresentada como mulher destemida, líder, de personalidade forte, de estilo polêmico e combativo, responsável e comprometida com o Brasil, requisitos que lhe permitiram chegar ao mais alto cargo do Poder Executivo, provocando ruptura tanto na história do País quanto na história das mulheres, que vêm conseguindo conquistar espaços na esfera pública e têm mostrado que podem se subjetivar em todas as esferas de poder político do país - no Executivo, no Legislativo e no Judiciário (FONSECA-SILVA, 2012, p. 204 - 205).

Fonseca-Silva, que faz uma análise das formulações e discursivizações da mídia sobre Dilma Rousseff desde quando ainda era ministra do governo Lula até a sua candidatura e posteriormente sua vitória à presidência, ainda discorre sobre a ditadura:

(...) não a desqualifica (sobre a referência da Revista Veja ao passado militante de Dilma), ainda que tenha sido essa a intenção do semanário mais vendido no Brasil; ao contrário, ajuda o país a não esquecer e contribui para o não apagamento de acontecimentos que fazem parte da memória social brasileira, já que muitos dos homens e mulheres que, quando jovens, militaram contra o regime militar, não puderam e não podem contar suas histórias. A história da ditadura militar é pouco discursivizada nos meios de

comunicação, como também o é no que tange à história das mulheres, havendo um silenciamento neste sentido(FONSECA-SILVA, 2012, p. 197).

Dessa forma, as duas posições-sujeito que a ex-presidenta Dilma Rousseff ocupa(va) se encontram em seu discurso: presidenta eleita x militante que se opõe a ditadura.É a ideologia em funcionamento no discurso, isso porque o “discurso político constitui-se a partir de formações discursivas, formações imaginárias e ideológicas, próprias de um sujeito interpelado pela ideologia e atravessado pelo inconsciente”(CONRADO e VENTURINI, 2011, p. 135), resultando que “as modalidades de identificação com a memória discursiva encaminham para as representações do sujeito e para deslizamentos de sentido.”(VENTURINI, 2012, p. 12)Observemos, também, o deslocamento que Dilma faz sobre o seu impeachment: não é sobre ela enquanto indivíduo e seu mandato, mas, sim, sobre em quem confiou o seu voto a ela, confiança a qual seus opositores tentam romper. Essa menção às eleições em que saiu vitoriosa ainda se repete em vários discursos da ex-presidenta (antes, durante e depois do processo), como podemos verificar no recorte a seguir.

O fragmento analisado a seguir foi extraído do pronunciamento de Dilma para jornalistas e populares que aguardavam a presidenta após a votação definitiva do seu afastamento da presidência pelo Senado Federal.

Sequência Discursiva 10 –

Acabam de derrubar a **primeira mulher eleita presidenta do Brasil**, sem que **haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment**. (...) Às mulheres brasileiras que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem sempre que **vocês podem! As futuras gerações de brasileiras** saberão que na **primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da República**, a presidência do Brasil, **o machismo e a misoginia mostraram as suas feias faces**. Abrimos um caminho de mão única em direção à **igualdade de gênero**, **nada poderá nos fazer recuar!**

Na sequência discursiva acima, Dilma, agora destituída do cargo, volta a afirmar que não há provas, evidências ou “justificativa” para ter o seu mandato interrompido e usa a discursivização mais utilizada desde que foi eleita (“primeira

mulher eleita presidenta do Brasil”) para apontar o peso que o seu impeachment traz para a sociedade brasileira como um todo. Os senadores, os políticos da oposição e as mídias, sujeitos gramaticais significados na flexão do verbo acabar em “acabam”, não apenas interromperam um mandato presidencial, mas interromperam o mandato da *primeira presidenta eleita* no Brasil. O efeito de sentido aí presente irrompe em: um dos países que mais mata mulheres, um país cuja igualdade de gênero<sup>30</sup> ainda está longe de ser o ideal, o país que tem a maioria do parlamento composta por homens, agora destitui a primeira presidenta eleita do país. No Brasil, a participação de mulheres na política ainda é muito inferior ao número de participantes homens no mesmo ambiente<sup>31</sup>, isso porque, segundo (MAGALHÃES, 2013, p. 211).

a maioria dos partidos não consegue alcançar a cota de trinta por cento de mulheres candidatas, pois o impedimento não está na participação das mulheres na política, mas nas relações sociais ideológicas brasileiras, que ainda reservam o lugar da casa como prioritariamente feminino, mesmo que, na prática cotidiana, as mulheres estejam cada vez mais inseridas no mercado de trabalho (MAGALHÃES, 2013, p. 211).

Ao dirigir-se às mulheres brasileiras, a ex-presidenta pede: “acreditem sempre que vocês podem!”, afirmação que se inscreve na formação discursiva feminista em que significa a ex-presidenta Dilma Rousseff, sendo que o efeito de sentido do verbo “poder” remete à possibilidade de as mulheres ocuparem não só os lugares subalternos, mas, também, de atuarem no mercado de trabalho, na política, nas grandes empresas, nos lugares em que ainda predominam a participação masculina.

Dilma Rousseff afirma, ainda, que o “golpe” sofrido é machista e misógino. Segundo o Dicionário Aurélio (1999): S.f. 1. Desprezo ou aversão às mulheres. Tal sentido adquire consistência quando o público masculino, em especial, que foi às ruas pedindo o impeachment de Dilma, era o mesmo público que usava adesivos com a imagem da presidenta com gestos obscenos na abertura do tanque de gasolina dos carros. A primeira mulher eleita presidenta é também a primeira mulher a ter o mandato presidencial cassado e volta a ocupar a posição de coadjuvante na

<sup>30</sup> Um exemplo disso é o Senado Federal, onde banheiros femininos foram construídos somente em 2016. Informação disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/comum/bancada-feminina-do-senado-conquista-direito-a-banheiro-feminino-no-plenario>. Acesso em: 12 de janeiro de 2019.

<sup>31</sup> Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/27/politica/1522181037\\_867961.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/27/politica/1522181037_867961.html)>. Acesso em: out. 2018.

política brasileira, como é o caso da “bela, recatada e do lar”<sup>32</sup>, designação proposta pela Revista Veja para a Marcela Temer, quando virou primeira-dama de Michel Temer, evocando sentidos de uma formação discursiva machista que ainda domina no Brasil. Isso se dá porque “O nome Dilma Rousseff, neste sentido, deixa de figurar uma pessoa para figurar um lugar que representa todas as gerações de mulheres brasileiras (anônimas, esquecidas, pouco lembradas) que não aceitaram as injunções impostas pela sociedade e se colocaram no lugar de resistência” (FONSECA-SILVA, 2012, p. 203).

Por fim, a ex-presidenta afirma que “abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero”, ou seja, sua eleição provocou uma

ruptura tanto na história do País quanto na história das mulheres, que vêm conseguindo conquistar espaços na esfera pública e têm mostrado que podem se subjetivar em todas as esferas de poder político do país - no Executivo, no Legislativo e no Judiciário (FONSECA-SILVA, 2013, p. 205).

Para Magalhães, no entanto, o discurso de que “a mulher pode” sugere outros efeitos de sentido que “agrada” ao sistema capitalista:

No entanto, o discurso de que a mulher pode deixa claro que aquelas que não conseguem se destacar em uma carreira precisam se enquadrar, sob pena ficarem para trás. Esse comando duplo – casa e rua – causa uma permanente sensação de insatisfação nas mulheres, mas ao sistema ele é completamente operante, pois, além de garantir a reprodução do trabalhador com baixo custo, deixa uma quantidade de mão de obra barata sempre pronta a se engajar quando solicitada (MAGALHÃES, 2013, p. 213).

Entendemos, no entanto, que a Formação Discursiva feminista em que Dilma se inscreve não atribui ou tenta atribuir obrigatoriedade de participação em lugares nos quais ela não deseja, sendo assim, a mulher pode ocupar o lugar que melhor lhe aprouver, desde que essa escolha seja sua (interpelada ideologicamente, é verdade), mas não imposta por outrem. Dessa forma, como afirma a ex-presidenta, “um caminho” foi aberto em direção à igualdade de gênero e “nada” - nem mesmo o impeachment da primeira mulher presidenta do Brasil – fará com que as mulheres voltem a ser silenciadas.

Finalizando a análise do discurso da ex-presidenta Dilma, verificamos que é possível observar, pelo menos, três movimentos de sentidos ao longo de seus

pronunciamentos: o primeiro movimento é de defender-se, apontando para a falta de provas que embasassem o processo de impeachment, o que tornaria o seu impedimento uma manobra ilegal por parte de seus opositores; o segundo movimento, que aponta para a resistência da sujeito-presidenta, isto é, tentará defender o seu mandato para não ser afastada definitivamente, mas, também, atravessada pela memória da sujeito-militante que sofreu as agruras da ditadura militar; por fim, a presidenta volta a defender-se, dessa vez, entretanto, apontando o impeachment como um “golpe” machista e misógino. Além disso, Rousseff exalta o fato de ter sido a primeira mulher presidenta do Brasil, bem como enaltece a capacidade da mulher.

Entendemos que esse movimento dos sentidos é causado pelo desenvolvimento do processo, (re)significando os discursos e gerando novas formulações a medida que o impeachment avançava na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro de 2016, quando submetemos para a seleção para o curso de mestrado em Letras o projeto de pesquisa no qual se baseou esse estudo, o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff ainda estava em voga na imprensa, nas redes sociais e em demais mídias; havia passado apenas pouco mais de um mês do afastamento definitivo de Dilma Rousseff pelo Senado, enquanto isso, o impeachment de Collor já chegava quase aos 25 anos de acontecido. Foi justamente nessa disparidade temporal entre os dois processos que encontramos primeiramente as perguntas que norteariam o desenvolvimento do projeto: é possível que os dois processos produzam discursos semelhantes? se não, o que os distancia? em que convergem? quais são as condições de produção desses discursos? Por tais questionamentos, chegamos, então, ao problema de nossa pesquisa: como o discurso dos ex-presidentes são formulados e se (re)significam à medida em que o processo de impeachment avança? A partir dessa questão norteadora, desenvolvemos essa dissertação.

Inicialmente, antes de selecionarmos o nosso corpus de análise, imaginávamos que o discurso dos ex-presidentes não se assemelhavam, afinal, as condições de produção dos processos eram diferentes, não esperávamos, no entanto, que teríamos que desfazer o que Pêcheux (1997) denomina como “tecido de evidências” que permeiam o discurso, e assim foi feito. É impossível, entretanto, empreender uma análise discursiva sem considerar a exterioridade que constitui o discurso, isso porque

para compreendermos o funcionamento do discurso, isto é, para explicitarmos as suas regularidades, é preciso fazer intervir a relação com a exterioridade, ou seja, compreendermos a sua historicidade (ORLANDI, 2007, p. 29).

Ainda em consonância com as reflexões de Orlandi,

Quando afirmamos que há uma determinação histórica dos sentidos, não estamos pensando a história como evolução e cronologia: o que interessa não são as datas, mas os modos como os sentidos são produzidos e circulam (ORLANDI, 2007, p. 33).

Com isso queremos dizer que, por mais que Collor e Rousseff tenham sido protagonistas de processos de impeachment, não seria possível afirmar que passaram pelos mesmos processos e, a partir disso, produziram o mesmo discurso, porque cada um dos discursos tem a sua historicidade e as suas especificidades. Podemos, entretanto, afirmar que há certo tipo de padrão nos discursos, algo que esperávamos, que é a necessidade de defender a idoneidade do sujeito empírico e o seu mandato enquanto líderes da república. Ambos os ex-presidentes passaram por situações singulares durante o desenrolar do processo de impeachment: Collor foi acusado pelo próprio irmão em entrevista à revista “Veja”; Dilma viu o PMDB, partido de seu vice-presidente, Michel Temer, aliar-se aos opositores para afastá-la do governo. Além disso, ambos viram o povo sair às ruas das cidades pedindo os seus impeachments e/ou a sua renúncia; nesse sentido, Dilma Rousseff teve um pouco mais de “sorte”, uma parte da população, contrária ao impeachment, também foi às ruas para apoiar a presidenta, o que acabou gerando uma instabilidade política.

A instabilidade no governo de Dilma Rousseff instalou-se e com ela uma divisão no eleitorado brasileiro: os anti-PT (e qualquer pessoa que represente o partido) x quem defendesse o governo de Dilma Rousseff, instaurando um sentimento de ódio no Brasil. Fazemos par às considerações que apontam que,

À procura de culpados, diga-se de passagem, alimentada pela ideologia religiosa cristã, o ódio ajudou a justificar o golpe jurídico midiático que levou ao afastamento e ao impedimento de poder legal da presidente do Brasil, reeleita democraticamente nas últimas eleições, realizadas em 2014 (VENTURINI e SCHERER, 2017, p. 165).

Esse sentimento de ódio a que nos referimos está relacionado a uma onda reacionária e conservadora que se instalou no Brasil a partir de 2013, atingindo especialmente as minorias da população: mulheres, negros, pobres, LGBT. Juntamente a isso, as políticas públicas promovidas pelos governos de Dilma Rousseff (e anteriormente pelo presidente Lula) foram consideradas por uma parte da população (a mais abastada, diga-se) como medidas “comunistas” e, com isso, o discurso de ódio e reacionário ganhou mais força entre as pessoas que já se identificavam com a ideologia de direita. Com a saída de Dilma Rousseff da presidência da república, a instabilidade política que ameaçou o seu governo foi abrandada devido ao fato de que o público que foi às ruas pedindo a saída de Dilma não voltou para pedir a saída de Michel Temer, o ex-vice-presidente que assumiu

interinamente em seu lugar; após a deposição de Rousseff, os manifestantes não se empenharam em bradar e cobrar pelo combate à corrupção fervorosamente como acontecia poucos meses antes do impeachment e também a oposição que pedia o impeachment da presidenta aliou-se ao novo governo. A nova oposição (que já era minoria quando situação) não teve fôlego para combater as medidas do governo. Populares contrários ao novo governo, no entanto, não reconheciam Michel Temer como presidente, produzindo o enunciado “Fora Temer” ao mesmo tempo em que pediam novas eleições presidenciais.

O impeachment de Collor não apresentou essa dualidade política, havia quase um consenso entre a população sobre a saída do então presidente, como vimos no capítulo sobre os Caras Pintadas. A saída de Collor também gerou estabilidade, com a sua saída, o governo Itamar Franco recebeu apoio da maioria da população e, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser eleito presidente nas eleições de 1994 e 1998, lançou o Plano Real. Voltando ao discurso dos ex-presidentes e respondendo à questão norteadora desse trabalho, observamos que os discursos são formulados de acordo com as condições de produção que permeiam o sujeito. Nos discursos de Collor e Rousseff observamos que ambos estabelecem a Formação Imaginária de sujeitos inocentes, no caso deles, de pessoas que não cometeram crimes contra a máquina pública e com isso tentam defender-se.

Observamos nos discursos analisados que há recorrências e distanciamentos entre os discursos, por exemplo nas SDs 5 e 8: Collor, após as primeiras manifestações contra seu governo, demonstra-se exaltado e, aos gritos, conclama a população para defender o seu governo e defende-lo também, sem mencionar o impeachment. Ao passo que Dilma, ao contrário, em seu discurso, afirma que não cometeu nenhum crime que justifique o pedido de seu impeachment e, com isso, tenta defender-se.

Durante os processos: Já na SD 6, Collor tenta defender apenas seus direitos políticos, não defende o mandato, uma vez que apresenta a renúncia, nem tenta defender a si (pois não confirma sua participação em esquemas com PC Farias, tampouco desmente as acusações) e não se dirige à população. Enquanto na SD 9, Dilma Rousseff, ao dirigir-se à população não tenta defender a si, mas sim o mandato para o qual foi eleita com 54 milhões de votos.



Por fim, após o encerramento dos processos, no discurso dos ex-presidentes verificamos, nas SDs 7 e 10, que ambos fazem uma auto-defesa, uma vez que, segundo eles, não havia justificativa para serem destituídos de seus cargos.

Entendemos, dessa forma, que os discursos se (re)significaram à medida que os processos de impeachment se desenvolveram e isso só é possível pelas condições de produção que constituem o discurso dos ex-presidentes: as manifestações contrárias, a tramitação dos processos e a conclusão dos mesmos.

Entendemos que esse trabalho foi fundamental para compreendermos o funcionamento do discurso político, especialmente com condições de produção tão singulares ao processo democrático, como é o caso de um impeachment. Sem dúvidas, esse estudo foi um divisor de águas para nossa compreensão da teoria do discurso, na qual apoiamos teórica e metodologicamente, visto que, até iniciarmos o mestrado, a Análise de Discurso (tomando como referência os estudos de Pêcheux, na França e de Orlandi, no Brasil) era como um campo de trabalho ainda a ser descoberto. Bom, não descobrimos tudo, mas consideramos termos empreendido um significativo avanço.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. D. **À sombra do poder: bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff**. São Paulo: Leya, 2016.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2016.

CAZARIN, E. A. A análise do discurso nos estudos da linguagem e sua dimensão política. **Revista da ABRALIN**, v. Eletrônico, n. Especial, p. 33 - 46, 2011.

CONRADO, F.; VENTURINI, M. C. Sentidos discursos dos programas sociais do governo Lula. **Interfaces**, Guarapuava, v. 2, n. 1, p. 132 - 141, Julho 2011.

COURTINE, J.-J. **Metamorfoses do discurso político: as derivas da fala pública**. Tradução de Nilton Milanez e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.-J. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

DIAS, L. A. Política e participação juvenil: os "caras-pintadas" e o movimento pelo impeachment. **Revista Agora**, sem ano.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

FILHO, C. P. Metamorfoses do discurso político contemporâneo: por uma nova perspectiva de análise. **Revista da ABRALIN**, v. 6, p. 111-128, Jan-jun 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/abralin/article/download/52714/32415>>. Acesso em: outubro 2016.

FONSECA-SILVA, M. D. C. Memória, mulher e política: do governo das capitanias à presidência da república, rompendo barreiras. In: TASSO, I.; NAVARRO, P. **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: [s.n.], 2012. p. 183 - 208. Disponível em: <>. Acesso em: 10 Dezembro 2018.

FONSECA-SILVA, M. D. C. Língua, memória discursiva e efeitos de sentido. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 65-82.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e outras vozes**. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. **A Análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes Editores, 2016. p. 65-87.

INDURSKY, F. Os (des)caminhos do discurso político brasileiro na contemporaneidade. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S. **A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2016. p. 65-87.

KRIEGER, G.; NOVAES, A.; FARIA, T. **Todos os sócios do presidente**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

MAGALHÃES, B. Sujeito no e do discurso: pensando a resistência. In: PETRI, V.; DIAS, C. **Análise do discurso em perspectiva: teoria, método e análise**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013. p. 203 - 217.

MARTINS, T. D. S. **Efeitos de sentido na disciplinarização de uma teoria**. Tese de doutorado - UFSM. Santa Maria. 2012.

MEDEIROS, C. D. S. As condições de produção e o discurso na mídia: a construção de um percurso de análise. **Sessões do imaginário - Cinema | Cibercultura | Tecnologias da imagem**, Porto Alegre, 13, n. 20, 2008. 48-55.

ORLANDI, E. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, n. 61, p. 53-59, jan/mar 1994.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8ª. ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, E. P. Discurso e argumentação: um observatório do político. **Fórum Linguístico**, Florianópolis, 1, jul-dez 1998. 73-81.

ORLANDI, E. P. Do sujeito na história e no simbólico. In: ORLANDI, E. P. **Língua e conhecimento linguístico: Para uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: Formulação e Circulação dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

ORLANDI, E. P. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: FRANÇOIS GADET, T. H. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Eni Pucinelli Orlandi. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. Análise do discurso: três épocas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 311-318.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 49-59.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. 3ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani. 3ª. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

SALLUM JR., B.; CASARÕES, G. S. P. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, p. 163-200, 2011.

SALLUM, B. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. 1ª. ed. São Paulo: Editora 34, 2015.

SCHERER, A. E. A constituição dos sentidos na fronteira do eu: memória da língua e a língua da memória. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 26, p. 119-130.

SCHWARCZ, L. M. **Brasil: uma biografia**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SENADO Federal. **Notícias do Senado**, 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>>. Acesso em: 23 abril 2018.

SOUZA, J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: Leya, 2016.

SOUZA, J. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

VENTURINI, M. C. Representação e movimento do sujeito no discurso do MST. **Entretextos**, Londrina, v. 12, n. 01, p. 07 - 32, Jan./ Jun. 2012.

VENTURINI, M. C.; SCHERER, A. E. O discurso do/sobre o ódio no contexto brasileiro: nosso compromisso com o dizer. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 50, p. 163-178, Jul-Dez 2017.

VENTURINI, M. C.; WINCHUAR, M. J. D. L. Sentidos do político da/na/para política. **Interfaces**, Guarapuava, v. 8, n. 1, p. 85-94, Março 2017.

## ANEXO 1 – DISCURSO DE FERNANDO COLLOR PARA TAXISTAS NO DIA 13/08/1992

Figura 8– Presidente Collor convoca, no dia 13 de agosto de 1992, a população para ir às ruas defender seu governo



Fonte: Youtube<sup>33</sup>.

### [TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO]:

Nós somos a maioria. Nós, aqui presentes, somos a maioria. A maioria silenciosa, é verdade, mas uma maioria fiel e trabalhadora. A minoria atrapalha, a maioria trabalha.

Nós temos, minha gente, nós temos que dar um sinal a este país de que nós somos a maioria. Nós temos que dar um sinal a este país de que as nossas cores são as cores da nossa bandeira: verde, amarela, azul e branca. Essas são as nossas cores!

Vamos mostrar a esta minoria que intranquiliza diariamente o país de que já é hora de dar um basta a tudo isso. A sociedade brasileira quer tranquilidade para poder trabalhar pelo engrandecimento da nossa pátria querida. Todos nós desejamos poder avançar com as reformas de modernização, cujos recalques, cujos

<sup>33</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BtaRDYuYEZU>>. Acesso em: out. 2018.

complexos, frustrações, ódio, inveja, tudo isso articulado naquilo que chamei Sindicato do Golpe, filiado à Central Única dos Conspiradores. Nós temos que mostrar a estes que nós desejamos trabalhar pelo país, mostrar as nossas verdadeiras cores, o nosso verdadeiro credo, a nossa verdadeira fé.

A nossa fé é na ordem, no progresso. A nossa crença é no país. Vamos inundar esse Brasil de verde e amarelo. Vamos mostrar as nossas bandeiras, vamos mostrar as cores que animam o nosso espírito. Mostrar as cores que balançam o nosso coração que são verde, amarelo, azul e branco.

Por isso, quero pedir a todos vocês que voltando aos seus estados, às suas comunidades, nos seus carros, nos seus táxis, afixem nas suas antenas ou em qualquer outro lugar a fita verde e amarela.

Peçam às suas famílias para que no próximo domingo, e esta é uma mensagem que eu dirijo agora a todo o Brasil, a todos aqueles que tem esta mesma profissão de fé, que saiam no próximo domingo de casa que saiam com alguma peça de roupa numa das cores da nossa bandeira. Que exponham nas suas janelas toalhas, panos, o que tiver nas cores da nossa bandeira. Quero pedir isto a vocês e irei cobrar de vocês esse pedido que lhes faço. Porque é assim, no próximo domingo, nós estaremos mostrando aonde está a verdadeira maioria.

Estaremos mostrando aonde está verdadeira maioria: na minha gente, no meu povo, nos pés descalços, nos descamisados, naqueles por quem fui eleito e naqueles por quem estarei governando até o último dia de meu mandato.

ANEXO 2 – CARTA DE RENÚNCIA DIVULGADA PELO ADVOGADO DE  
FERNANDO COLLOR NO DIA 29/12/1992

FERNANDO COLLOR

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional

Tenho ao conhecimento de Vossa Excelên-  
cia que, neste data, e por este instrumento, renuncio  
ao mandato de Senador da República, para o qual fui  
eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro  
de 1989.

Brasília, em 29 de dezembro de 1992

F. Collor -

SENADO FEDERAL  
Protocolo Legislativo  
Diversos N.º 12 X 92  
Fls. 3126



### **ANEXO 3 – RELATO DE FERNANDO COLLOR NO PLENÁRIO DO SENADO EM 2007**

#### XVII – O ÚLTIMO ATO<sup>34</sup>

O espetáculo tão arditamente orquestrado e mais primorosamente representado tinha atingido seus objetivos, ao fim do terceiro ato. Para muitos dos que dele participaram, aquele era o 3o turno dos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989. Pelo conjunto da obra, podiam afastar-me do cargo conquistado pelo voto. Podiam incriminar-me. Podiam, inclusive, suspender, de forma ilegal e ilegítima os meus direitos políticos. Podiam acusar-me, podiam imputar-me crimes que não cometi. Podiam denunciar-me. Suas testemunhas eram críveis, ilibadas, ímpolutas. As minhas, conspurcadas, maculadas pela mancha espúria da falta de credibilidade. Os seus laudos, convincentes, os meus tismados de falsidade.

Senhor Presidente,

Sras. e Srs. Senadores,

Não foi fácil viver aqueles momentos, em que todas as virtudes estavam num prato da balança e no outro todos os vícios. A mim, nem o benefício da dúvida foi concedido. A reparação dos agravos, das ofensas e das injúrias, encontra no Pretório a que todos os injustiçados pensam em recorrer, mas a que poucos efetivamente apelam, por não estar ao alcance da maioria preponderante dos brasileiros, o Supremo Tribunal Federal. A peça acusatória do Procurador Geral da República era apenas corrosiva. Sabia eu que inepta e inútil. Era fruto contaminado da mesma árvore de cujas seivas se nutriram meus adversários.

Os autos da ação penal 307-3/DF que estão disponíveis no “site” do Supremo Tribunal Federal, são o testemunho mais eloquente, mais definitivo, mais expressivo e mais convincente tanto da falta de fundamento da acusação, quanto da inépcia da denúncia.

---

<sup>34</sup> Capítulo do livro “Relato para a história: a verdade sobre o processo do impeachment” do ex-presidente Fernando Collor de Mello publicado em março de 2007.

## ANEXO 4 – PRONUNCIAMENTO DE DILMA ROUSSEFF ATRAVÉS DO YOUTUBE NO DIA 15/04/2016

Figura 9 – Pronunciamento da ex-presidenta Dilma Rousseff divulgado pelo Palácio do Planalto em ambiente virtual, no dia 17 de abril de 2016, antes da votação do impeachment no Congresso Nacional



Fonte: Youtube<sup>35</sup>.

### [TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO]:

Brasileiras e brasileiros, o Brasil vive momentos que serão decisivos para o nosso futuro. No próximo domingo, teremos uma oportunidade de reafirmar, mais uma vez, nosso compromisso histórico com a democracia, a liberdade e o estado de direito. O que está em jogo na votação do impeachment não é apenas o meu mandato, que pretendo defender e honrar até o último dia, conforme estabelecido na constituição. O que está em jogo é o respeito à vontade soberana do povo brasileiro, o respeito às urnas. O que está em jogo são as conquistas sociais e os direitos dos brasileiros. Por isso, é minha obrigação esclarecer os fatos e denunciar os riscos desta aventura golpista para o país. Desde que fui eleita, parte da oposição, inconformada, pediu a recontagem dos votos, tentou anular as eleições e passou a

<sup>35</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mWYHQyUT5Jc&t=7s>>. Acesso em: set. 2018.

conspirar pelo impeachment. Os derrotados mergulharam o país num estado permanente de instabilidade política, impedindo a recuperação da economia com o único objetivo de tomar à força o que não conquistaram nas urnas. Não há razão para o pedido de impeachment contra mim. Acusam-me sem nenhuma base legal. Não cometi crime de responsabilidade. Não há contra mim qualquer denúncia de corrupção ou desvio de dinheiro público. Jamais impedi investigação contra quem quer que fosse. Meu nome não está em nenhuma lista de propina, tampouco sou suspeita de qualquer delito contra o bem comum. A denúncia contra mim em análise no Congresso Nacional não passa de uma fraude, a maior fraude jurídica e política da história de nosso país. Sem ela, o país sequer seria votado. O Brasil e a democracia não merecem tamanha farsa. Peço a todos os brasileiros que não se deixem enganar. Vejam quem está liderando este processo e o que propõe para o futuro do Brasil. Os golpistas já disseram que se conseguirem usurpar o poder, será necessário impor sacrifícios à população brasileira. Com que legitimidade? Querem revogar direitos e cortar programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida. Ameaçam até a educação pública. Querem abrir mão da soberania nacional, mudar o regime de partilha e entregar os recursos do pré-sal às multinacionais estrangeiras.

Antes de tudo, o que move os golpistas são os nossos acertos. Eles querem derrotar a qualquer custo o que represento: o projeto de desenvolvimento e inclusão social pelo qual estamos trabalhando todos os dias nos últimos treze anos. Para alcançar seus objetivos, estão dispostos a violentar a democracia e a rasgar a constituição, espalhando a intolerância, o ódio e a violência entre nós. Estão dispostos a humilhar o Brasil perante à comunidade internacional, como se fôssemos uma republiqueta qualquer e não uma das maiores democracias do mundo.

Brasileiras e brasileiros, dirijo-me à vocês para pedir que continuem defendendo a legalidade democrática. Continuem se mobilizando no trabalho, nas escolas, nas ruas e nas redes sociais. Não se trata de concordar ou não com o governo, mas de combater um golpe de estado, uma violação constitucional que poderá mergulhar o Brasil em um doloroso processo de instabilidade e insegurança. Nenhum governo será legítimo se não nascer do voto popular, livre, direto, universal e secreto. Fora do voto popular, qualquer governo será sempre a tirania. A tirania dos mais fortes, dos mais espertos, dos mais ricos, dos mais corruptos. Faço uma

advertência aos que veem no processo de impeachment um atalho para o poder. Podem justificar a si mesmos, mas nunca poderão, jamais, olhar nos olhos da nação porque a palavra golpe estará para sempre gravada na testa dos traidores da democracia.

Quero ainda saudar e agradecer, os milhões de brasileiros e brasileiras que nas últimas semanas vem promovendo manifestações em defesa da democracia, do estado de direito e da liberdade. É uma mobilização ampla e generosa, porque vem dos mais diversos setores da sociedade, mesmo dos que não votaram em mim, dos que são críticos ao meu governo, mas que jamais perderam a fé no Brasil. A história registrará a voz dos que não se omitiram nesse grave momento.

Brasileiros e brasileiras, nosso país tem todas as condições de sair da crise, de retomar o crescimento econômico com emprego, estabilidade, distribuição de renda e oportunidades para todos.

Juntos, haveremos de reencontrar a paz necessária para retomar o rumo das mudanças, mas somente o respeito à ordem democrática pode assegurar a reunificação nacional.

Nós, cidadãos e cidadãs do Brasil, pessoas anônimas e famosas, trabalhadores da cidade e do campo, empresários, intelectuais, parlamentares, líderes políticos e sociais, cidadãos de todas as profissões e idades. Homens e mulheres de todas raças e credos. Todos nós, cidadãos e cidadãs deste país, somos os guardiões dos valores que fazem do Brasil essa grande nação.

Por isso, eu tenho certeza que a democracia brasileira sairá vitoriosa.

Viva o Brasil! Viva a democracia!

## **ANEXO 5 – DISCURSO DE DILMA ROUSSEFF EM ATO DO DIA DO TRABALHADOR EM SÃO PAULO NO DIA 01/05/2016<sup>36</sup>**

Queridos e queridas, meus queridos e minhas queridas...

Eu começo cumprimentando aqui cada mulher e cada homem que estão aqui nesse 1º de maio, dia de luta do trabalhador e da trabalhadora.

Eu cumprimento também aqui a frente Brasil Popular, as centrais, a CTB, a CUT, a Inter Sindical,

Cumprimento também a Frente do Povo sem Medo. Agradeço a todos os parlamentares aqui presentes, e cumprimento o nosso prefeito de São Paulo,

Eu queria iniciar dizendo para vocês que tem uma fala solta por aí, que impeachment não é golpe. Impeachment está previsto sim na Constituição, mas o que eles nunca falam é que, para ter impeachment, não basta querer, não basta alguém achar que não gosta da presidenta, ela tem de ter cometido crime de responsabilidade. Como eu não tenho conta no exterior, como eu jamais utilizei recurso público em causa própria, nunca embolsei dinheiro do povo brasileiro, não recebi propina e nunca fui acusada de corrupção, eles tiveram que inventar um crime. Qual é o crime que eles inventaram? Como estava difícil, muito difícil achar um crime, eles começaram dizendo que eram seis decretos, seis decretos.

Eu em 2015 fiz seis decretos chamados de suplementação. O Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2001, fez 101 decretos de suplementação. Para ele não era golpe, não era nenhum golpe nas contas públicas, para mim é golpe nas contas públicas.

Então vejam vocês, dois pesos e duas medidas porque não tem do que me acusar, é constrangedor. E aí, eu quero que vocês pensem comigo: ora, se não tem base para o impeachment o que é que está havendo? Golpe. Mas além de ser golpe, é um golpe muito especial. Não é um golpe com armas, com tanques na rua, não é um golpe militar que nós conhecemos no passado, é um golpe especial. Eles rasgam a Constituição do país. Mas porque eles fazem isso? Eles fazem isso porque há 15 meses atrás eles perderam uma eleição direta.

---

<sup>36</sup> Discurso realizado por Dilma Rousseff no dia 01 de maio de 2016 em Ato do Dia do Trabalhador em São Paulo. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-ato-do-dia-do-trabalhador-sao-paulo-sp>>. Acesso em: set. 2018.

Como eles perderam a eleição, e eles tinham um programa para essa eleição, como perderam as eleições, eles se alinharam, inclusive, com traidores do nosso lado, para fazer o quê? Para sob a cobertura do impeachment fazerem uma eleição indireta. O que é que eles fazem? Eles tiram de nós o direito de voto. Eles tiram os meus 54 milhões de votos, mas não é só isso que eles tiram. Naquela eleição em 2014 votaram 110 milhões de brasileiros e brasileiras, não é só os meus votos que eles praticamente roubam: são os votos mesmo daqueles que não votaram em mim, mas acreditam na democracia e no processo eleitoral.

Quando eles perderam as eleições, eles fizeram de tudo para o governo não poder governar. O que eles fizeram? Primeiro eles que os votos não tinham sido bem contados e pediram recontagem. Perderam, não deu certo. E aí, o que eles disseram: “Ah, a urna, sabe a urna, tem erro na urna, alguém mexeu nessa urna. Então eu quero auditoria nessa urna”. Foram e fizeram auditoria na urna, e o que aconteceu? Perderam, as urnas estavam perfeitas.

Ainda não tinham desistido e antes de eu tomar posse entraram no Tribunal Superior Eleitoral pedindo para que eu não fosse empossada, não tivesse meu diploma de presidente. Aí, o que aconteceu? Tornaram a perder, as minhas contas de campanha foram aprovadas.

Aí começou essa história do impeachment. Foram colocando impeachment no Congresso. E lá no Congresso tinham um grande aliado, um grande aliado que era o senhor presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Esse senhor chamado Eduardo Cunha, foi o principal agente na história de desestabilizar o meu governo. Ele levou à frente uma política chamada “quanto pior melhor”, como é que essa política agia? Quanto melhor para eles, pior para o governo e pior para o povo brasileiro. Não aprovavam nenhuma das reformas que nós propúnhamos. Não aprovavam as necessárias, os necessários aumentos de receita para que a gente pudesse continuar impedindo que a crise se aprofundasse. Apostaram sempre contra o povo brasileiro. São responsáveis pelo fato da economia brasileira estar passando por uma grave crise, são responsáveis pelo aumento do desemprego.

E aí, ele quer se ver livre do seu processo de cassação na Câmara, e exige do governo que o governo convença o seu partido, o PT, para dar-lhe três votos para impedir a sua cassação. Como o PT se recusou ele nos ameaçou com o impeachment. Aliás, o próprio, o próprio autor do processo do impeachment, ex-

ministro do senhor Fernando Henrique Cardoso, chamou a fala do Eduardo Cunha de chantagem explícita. É mais que uma chantagem, é desvio de poder, é usar o seu cargo para garantir a sua impunidade, é isso que ele fez. E aí, o processo do impeachment teve lugar.

E eu repito o que eles me acusam, eles não podem me acusar de ter contas no exterior, eu repito, porque eu não tenho, não podem me acusar de corrupção porque eu não tenho. Então eles chegam ao absurdo de me acusar de algo em que eu não participei, mas alegam que eu devia saber, porque eu conversava com as pessoas responsáveis. Chega a esse nível de absurdo. Mas o que que é grave nisso? É por que é contra mim? Não. Se eles praticam isso contra mim, o que vão praticar contra o povo trabalhador, o que vão praticar? O que vão praticar contra as pessoas mais anônimas desse país?

Quando você rompe a democracia, você rompe para todos. Se nós permitirmos esse golpe, nós permitiremos que a democracia seja ferida. Mas eu quero também alertar, esse golpe não é só contra a democracia e ao meu mandato. Ele também é contra as conquistas dos trabalhadores. E aí vocês me permitam, eu vou ler algumas, algumas das notícias e dos textos em que eles falam o que vai mudar no Brasil, se por acaso eles chegarem lá: eles propõem o fim da política de valorização do salário mínimo. Essa política que garantiu 76% de aumento acima da inflação desde o governo do presidente Lula. Passando pelo meu.

Além disso, essa política, que pela lei que nós aprovamos logo no início do meu primeiro mandato, tem de durar até 2019, querem acabar com ela. Querem acabar também com o reajuste dos aposentados, o reajuste dos aposentados, desvinculando esse reajuste dessa política de salário mínimo. Por isso, os aposentados não terão mais reajustes. Querem também transformar a CLT em letra morta, como eles vão fazer isso? Como é que se faz isso com a CLT? Eles propõem algo que é o seguinte: o negociado pode, pode vigir sobre a lei. Eles propõem, na verdade, que o negociado pode ser menos que a lei. Nós acreditamos que o negociado pode prevalecer, desde que ele seja mais do que a lei. Há uma diferença, eles querem que seja menos, nós queremos que seja mais.

Prometem, prometem e dizem explicitamente privatizar tudo o que for possível. Essa fala 'tudo o que for possível', está escrita 'tudo o que for possível', qual é a primeira, a primeira a primeira vítima dessa lista? o Pré-sal. A primeira vítima é o Pré-sal.

Além disso, há algo extremamente grave, porque nós somos um país que ainda tem muito o que fazer, apesar de todas as conquistas na área de educação e de saúde. Eles querem acabar com a obrigatoriedade do gasto com saúde, e com educação. E aí, sempre que vocês virem uma palavra que as vezes é 'vamos focar', 'vamos visitar', 'vamos reolhar certas políticas sociais', significa: vamos acabar com elas. E aí, eles estão falando em reolhar, rever, visitar o Pronatec, por exemplo, o Minha Casa Minha Vida.

E aí, nós temos uma situação em que os programas sociais são olhados como responsáveis pelo desequilíbrio do país, é mentira. O desequilíbrio do país é a necessária reforma tributária que transforme toda a nossa estrutura, que é extremamente regressiva contra os que menos ganham, numa estrutura mais progressiva.

E aí eles falam em acabar com os subsídios do Minha Casa Minha Vida. O pessoal aqui dos movimentos de moradia tem de ter essa consciência, querem acabar com os movimentos de moradia.

Agora das coisas propostas que ocuparam primeira página de jornal, a mais triste, porque é a mais perversa, é acabar com uma parte do Bolsa Família. Como é que eles falam isso? Eles falam que vão dar Bolsa Família só para os 5% mais pobres. E esses 5% da população brasileira são 10 milhões de pessoas. Sabe quantas milhões de pessoas recebem hoje o Bolsa Família? 47 milhões. Serão 36 milhões que vão ser entregues às livres forças do mercado para se virar. Vão acabar com o Bolsa Família para 36 milhões de brasileiros e brasileiras.

Aí, eles estão afetando não é adulto, não é homem e mulher adulto, porque quem mais se beneficia do Bolsa Família são as nossas crianças e os nossos adolescentes, que tenha assegurado com o Bolsa Família o acesso, não só à alimentação, mas à saúde e à educação também.

Enquanto isso, mesmo eles falando, porque eles gostam de falar isso, que o governo acabou, eu acho que eles fazem isso numa tentativa de nos paralisar, mas não nos paralisam. E aí, enquanto eles fazem isso, o governo está fazendo a sua parte. Primeiro, eu quero aproveitar o 1º de maio e dizer que nós estamos autorizando um reajuste no Bolsa Família que vai resultar em um aumento médio de 9% para as famílias. Quero lembrar que essa proposta não nasceu hoje, ela estava prevista desde quando nós enviamos, lá em agosto de 2015, o orçamento para o Congresso. Essa proposta foi aprovada pelo Congresso, e diante do quadro atual



nós tomamos medidas que garantem um aumento na receita deste ano e nos próximos para viabilizar esse aumento do Bolsa Família. Tudo isso sem comprometer o cenário fiscal, que eles gostam muito de dizer que nós comprometemos.

Além disso, nós estamos propondo também uma correção da tabela do imposto de renda, sobre pessoa física. A correção é de 5% a partir do ano que vem. No Minha Casa Minha Vida Entidades nós vamos contratar um mínimo de 25 mil moradias, com os movimentos do campo e da cidade. Vamos criar um conselho tripartite, um conselho nacional do trabalho com representação tripartite dos trabalhadores, empresários e governo.

Nós também estamos propondo ampliação da licença paternidade, para os funcionários públicos, que é para quem nós temos esse competência, ao invés de cinco gozar 20 dias. Com isso, nós estamos incentivando os homens funcionários públicos desse país a ajudar as mulheres, principalmente nessa questão fundamental que nós sabemos que é a criança nascida nos primeiros dias.

Uma outra medida nós vamos lançar terça-feira, que é o Plano Safra da Agricultura Familiar. Vamos garantir recursos tanto para o programa de aquisição de alimentos como para assistência técnica.

Quero também falar sobre algo muito importante para 63 milhões de pessoas. Sintetizando por que eu estou já falando há muito tempo, além disso, nós fizemos uma coisa que é muito importante para 63 milhões de brasileiros, nós prorrogamos o programa Mais Médicos por mais três anos. E isso porque 70% dos médicos que estão nesse programa, dos mais de 18.200, tinham seu contrato vencido agora em agosto, e isso iria prejudicar milhares e milhões de pessoas.

O programa Mais Médicos ele é justamente o programa contrário ao que eles propõem. Eles propõem acabar com a vinculação, com a garantia de gasto, à emenda 29 da Constituição. Nós não, nós propomos manter e assegurar um programa que garante assistência nas periferias das grandes cidades. Aqui em São Paulo, na periferia da cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, é onde uma parte, a maior parte desses 18 mil médicos estão. Porque não tinha médicos nas regiões mais pobres e mais habitadas. No interior também, nas regiões indígenas, vocês sabem que índios no Brasil morriam por falta de assistência técnica. Então é muito importante a prorrogação desse programa.

E com isso eu quero dizer para vocês, o golpe é um golpe contra a democracia, contra conquistas sociais. Um golpe que é dado contra também investimentos estratégicos do país como o Pré-sal. Quero dizer que o mais grave de tudo o que eles fizeram foi impedir que o Brasil tivesse, tivesse combatido a crise econômica, e impedido o crescimento do desemprego, porque esse é o objetivo principal de qualquer governo que tem compromisso com o trabalhador. Eles vão aprofundar a crise e vão rasgar a Constituição, ferindo essa Constituição, maculando essa Constituição.

Eu quero dizer para vocês que eu vou resistir, eu vou resistir. Eu estou aqui... Eu vou resistir e vou lutar até o fim. E eu estou aqui nesse 1º de maio porque o 1º de maio é historicamente uma data, uma luta pela resistência. Resistência contra a de direitos, uma luta a favor de conquistas sociais, e aqui hoje no nosso país, é uma luta pela democracia e por todas as conquistas e muito mais conquistas que nós ainda temos de alcançar.

Quero dizer ainda que eu lutei como vocês a minha vida inteira. É verdade, é verdade que eu fiquei presa durante três anos. É verdade que eu lutei e resisti à ditadura. Agora quero dizer a vocês, que a luta agora, é uma luta muito mais ampla, é uma luta que nós vamos, vamos levar em favor de todas as conquistas democráticas. Da luta contra a ditadura e de todos os ganhos que nós tivemos nos últimos anos com o governo do presidente Lula e com o meu, é sobre isso que se trata defender o projeto. Não é a minha pessoa, o meu mandato, não é o mandato de uma pessoa individual. O meu mandato é o mandato que me foi dado por 54 milhões de pessoas que acreditavam num projeto.

Esse projeto que eles querem impor ao Brasil não é o projeto vitorioso nas urnas em 2014. Se querem esse projeto vão às urnas em 2018. Se coloquem, se coloquem sob o crivo do povo brasileiro. Se forem eleitos, conseguiram legitimamente, mas da forma que eles querem chegar ao poder, sem voto, numa eleição indireta, sob o disfarce do impeachment, não! Não passarão.

**ANEXO 6 – PRONUNCIAMENTO DE DILMA PARA JORNALISTAS APÓS O  
AFASTAMENTO DEFINITIVO DO CARGO PELO SENADO FEDERAL NO DIA  
31/08/2016**

Figura 10– Pronunciamento da ex-presidenta Dilma após o afastamento pelo Senado Federal, no dia 31 de agosto de 2016



Fonte: Youtube<sup>37</sup>.

Queria cumprimentar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Cumprimento todas as senadoras e os senadores, as deputadas e os deputados, os presidentes de partido, as lideranças dos movimentos sociais, as mulheres e os homens de meu país. Hoje, o Senado Federal tomou uma decisão que entra para a história das grandes injustiças. Os senadores que votaram pelo impeachment escolheram rasgar a constituição federal, decidiram pela interrupção do mandato de uma presidenta que não cometeu crime de responsabilidade, condenaram uma inocente e consumaram um golpe parlamentar. Com a aprovação do meu afastamento definitivo, políticos que buscam desesperadamente escapar do braço da justiça tomarão o poder, unidos aos derrotados nas últimas quatro eleições. Não ascendem ao governo pelo voto direto, como Lula e eu fizemos em 2002, 2006, 2010 e 2014. Apropriam-se do

<sup>37</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gKkpe53jaPk&t=30s>>. Acesso em: out. 2018.

poder por meio de um golpe de estado. É o segundo golpe de estado que enfrento na vida. O primeiro, o golpe militar, apoiado pela truculência nas armas da repressão e da tortura, me atingiu quando eu era uma jovem militante. O segundo, o golpe parlamentar desfechado hoje por meio de uma farsa jurídica, me derruba de um cargo pelo qual fui eleita pelo povo. É uma inequívoca eleição indireta em que 61 senadores substituem a vontade expressa por 54 e meio milhões de votos. É uma fraude contra a qual ainda vamos recorrer em todas as instâncias possíveis.

Causa espanto que a maior ação contra a corrupção da nossa história, propiciada por ações desenvolvidas e leis aprovadas e sancionadas a partir de 2003 e aprofundadas em meu governo, levem justamente ao poder um grupo de corruptos investigados.

O projeto nacional progressista, inclusivo e democrático, que represento, está sendo interrompido por uma poderosa força conservadora e reacionária, com o apoio de uma imprensa facciosa.

Vão capturar as instituições do estado para colocá-las a serviço do mais radical liberalismo econômico e de retrocesso social. Acabam de derrubar a primeira mulher eleita presidenta do Brasil, sem que haja qualquer justificativa constitucional para este impeachment. Mas o golpe não foi cometido apenas contra mim e contra meu partido ou os partidos aliados, que me apoiam hoje. Isso foi apenas o começo, o golpe vai atingir indistintamente qualquer organização política progressista e democrática. O golpe é contra os movimentos sociais e sindicais e contra os que lutam por direitos em todas as suas acepções. Direito ao trabalho e à proteção de leis trabalhistas, direito à aposentadoria justa, direito à moradia e à terra, direito à educação, à saúde, à cultura, direitos aos jovens de protagonizarem a sua própria história, direito dos negros, dos indígenas, da população LGBT, das mulheres. Direito de se manifestar sem ser reprimido.

O golpe é contra o povo e contra a nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito e da violência. Peço às brasileiras e aos brasileiros que me ouçam. Falo aos mais de 54 milhões e meio de votos e pessoas que assumiram e consubstanciam esses votos, que os depositaram nas urnas me aprovando pela segunda vez para presidência da República Federativa do Brasil.

Falo aos 110 milhões que participaram dessas eleições, que saíram de suas casas e que foram colocar o seu desejo, o seu interesse e aquilo que aspiram para o

Brasil na urna indevassável. Falo principalmente aos brasileiros que durante o meu governo superaram a miséria, realizaram o sonho da casa própria, começaram a receber atendimento médico, entraram na universidade e deixaram de ser invisíveis aos olhos da nação, passando a ter direitos que sempre lhes foram negados. A descrença e a mágoa que nos atingem em momentos como esse são péssimas conselheiras, não desistam da luta!

Ouçam bem, eles pensam que nos venceram, mas estão enganados. Sei que todos nós vamos lutar. Haverá contra eles a mais firme, incansável e enérgica oposição que um governo golpista pode sofrer. Repito. Haverá contra eles a mais determinada oposição que um governo golpista pode sofrer.

Quando o presidente Lula foi eleito pela primeira vez em 2003, chegamos ao governo cantando juntos que ninguém devia ter medo de ser feliz, que ninguém devia ter medo de ter esperança porque muitas vezes nós, lutando, conseguíamos conquistar essa esperança e transformá-la em realidade.

Por mais de treze anos, realizamos, com sucesso, um projeto que promoveu a maior inclusão social e redução de desigualdades da história de nosso país. Essa história não acaba assim! Estou certa que a interrupção desse processo por um golpe de estado não é definitiva! Não voltaremos apenas para satisfazer nossos desejos ou nossa vaidade. Nós voltaremos para continuar nossa jornada rumo a um Brasil em que o povo é soberano.

Espero que saibamos nos unir em defesa de causas comuns a todos os progressistas, independentemente de filiação partidária ou posição política. Proponho que lutemos juntos contra o retrocesso, contra a agenda conservadora, contra a extinção de direitos, pela soberania nacional e pelo restabelecimento pleno da democracia.

Saio da presidência como entrei, sem ter incorrido em qualquer ato ilícito, sem ter traído qualquer de meus compromissos. Com dignidade e carregando no peito o mesmo amor e admiração pelas brasileiras e brasileiros e a mesma vontade de continuar lutando pelo Brasil.

Eu vivi a minha verdade, dei o melhor de minha capacidade, não fugi de minhas responsabilidades, me emocionei com o sofrimento humano, me comovi na luta contra a miséria e a fome e combati a desigualdade. Travei bons combates, perdi alguns, venci muitos. E neste momento, me inspiro em Darcy Ribeiro para dizer: não gostaria, mais uma vez, não gostaria de estar no lugar dos que se julgam

vencedores. A história será implacável com eles, como já o foi em décadas passadas.

Às mulheres brasileiras que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem sempre que vocês podem! As futuras gerações de brasileiras saberão que na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência da República, a presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram as suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero, nada poderá nos fazer recuar!

Neste momento, não direi adeus a vocês. Tenho certeza de que posso dizer “até daqui a pouco”. Ou eu ou outros assumirão este processo. Eu, a partir de agora, lutarei incansavelmente para continuar a construir um Brasil melhor. E tenho certeza que outras e outros assumirão, no futuro, um papel que está baseado na eleição direta, na escolha direta dos governantes pelo povo.

Encerro compartilhando com vocês um belíssimo alento do poeta russo “não estamos alegres, é certo, mas também porque razão haveríamos de ficar tristes? O mar da história é agitado, as ameaças e as guerras haveremos de atravessá-las, rompê-las ao meio, cortando-as como uma quilha corta”.

Um carinhoso abraço a todo povo brasileiro, às mulheres e aos homens do meu país. E um abraço especial a todos homens e mulheres que compartilham comigo a crença na democracia e o sonho da justiça. Da justiça em todas as suas dimensões. Obrigada!